

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

ANA CAROLINA RIOS GOMES

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL:
O TRADICIONALISMO SUL-RIO-GRANDENSE E A
MULTITERRITORIALIZAÇÃO DA IDENTIDADE GAÚCHA

Orientadora: Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Rio Claro – SP

2010

910
G633p Gomes, Ana Carolina Rios
 Patrimônio cultural imaterial: o tradicionalismo
 sul-rio-grandense e a multiterritorialização da identidade
 gaúcha / Ana Carolina Rios Gomes. - Rio Claro : [s.n.], 2010
 133 f. : il., figs., quadros, fots., mapas

 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
 Instituto de Geociências e Ciências Exatas
 Orientador: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro
 Oliveira

 1. Geografia. 2. Geografia cultural. 3. Memória. 4.
 Movimento tradicionalista gaúcho. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

ANA CAROLINA RIOS GOMES

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL:
O TRADICIONALISMO SUL-RIO-GRANDENSE E A
MULTITERRITORIALIZAÇÃO DA IDENTIDADE GAÚCHA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira

Prof. Dr. Fadel David Antonio Tuma Filho

Prof. Dr. Dante Flávio da Costa Reis Júnior

Rio Claro, SP, 19 de novembro de 2010

RESULTADO: APROVADA

À minha família.

À minha amada pernambucana, Teresa Couto Rios (vó Guá).

AGRADECIMENTOS

Sempre gostei de ler as dedicatórias e os agradecimentos presentes em livros, filmes, dissertações, teses etc. Eles conferem ao trabalho um ar mais humano, personalizado, e prestam uma justa homenagem àqueles que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa, tanto nos aspectos práticos quanto naqueles mais subjetivos.

Assim, agradeço à minha orientadora, Prof^a Dra. Bernadete Ap. Caprioglio de Castro, que admiro como pessoa, professora e pesquisadora. Obrigada pela oportunidade, pelas orientações e pela amizade.

Agradeço também aos professores presentes na banca de minha qualificação e de defesa da dissertação, Prof. Dr. Dante Flávio da Costa Reis Júnior e Prof. Dr. Fadel David Antonio Tuma Filho. Suas observações foram pertinentes e me ajudaram a conduzir o trabalho.

Ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro, por toda sua estrutura: docentes, discentes e funcionários.

À FAPESP, pelo apoio e financiamento fundamentais para que os trabalhos de campo e a participação em eventos se tornassem possíveis, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa como um todo.

Agradeço às instituições do Estado do Rio Grande do Sul, que prontamente me atenderam: Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC), Secretaria do Turismo (SETUR), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Memorial do Rio Grande do Sul (MRGS), “35-CTG”, Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), na pessoa de Hélio Ferreira, e Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF). Agradeço, em especial, à Rejane Azevedo (Fundação Cultural Gaúcha – MTG), que me recebeu com muita atenção e até credencial de imprensa conseguiu pra que eu pudesse fotografar o desfile Farroupilha mais de perto.

Ao Prof. Dr. Rubem George Oliven e à Cristian Jobi Salaini, doutorando da UFRGS, pelo diálogo, pela disponibilidade e apoio.

Aos informantes, que me receberam de forma acolhedora, permitiram a convivência, contaram suas histórias de vida, mostraram suas opiniões e suas maneiras de enxergar o mundo. Esse contato, essa interlocução, é fundamental para a pesquisa e serve como estímulo para o pesquisador. É uma fonte inesgotável de/para produção de conhecimento!

É chegado o momento de agradecer aqueles que transformaram o caminho da pesquisa, que por vezes se mostrou um tanto solitário, em uma caminhada conjunta, em algo mais leve e sensível.

Agradeço ao Ser superior – independente do nome que se dê a Ele – que tem proporcionado boas oportunidades e lindas surpresas em minha vida. Obrigada por me apresentar as melhores possibilidades!

À minha família, que é meu amor incondicional, que me acompanha em grande parte de minhas vivências, que me deu a oportunidade de morar em diversos lugares e conhecer diferentes culturas ao longo dos meus 26 anos. Obrigada pela vida cigana! Obrigada por serem tão presentes! – Agradeço, especialmente neste trabalho, ao meu *índio velho*, João, porque “*saí igualzita ao pai*”.

À família Copat, pela acolhida, pela generosidade e amizade. Agradeço, de todo o coração, à minha Amiga-Irmã Narimã Copat, pela incrível afinidade e pela parceria desde a adolescência e para sempre. (Amo! Amo! Amo!)

Aos amigos da graduação, do programa de pós e da vida toda, enfim, pelas conversas, pela ajuda, pelo nervosismo compartilhado e pelas idéias geniais que encontramos juntos pra solucionar todos e quaisquer problemas.

De maneira específica agradeço à Tanilda, pela originalidade e diversão; à Camila, pela alegria e pelas técnicas cartográficas; ao Berguito, pela orientação nas questões mais diversas; ao Marrcelo, pela afinidade imediata e pelo companheirismo de irrmão.

Ao Jonas, pelo amor, pelo convívio de anos e incentivo constante, pela arte na vida e pelos inúmeros livros de presente – inclusive por aqueles que ainda me deve. Agradecimento estendido aos Fabran, que serão sempre parte da família.

Aos amigos que mais conviveram comigo nos últimos meses: Fer, Lara, Ralf, Mari, Newton, Elis, entre tantos outros, que alegram o dia a dia!

Agradeço, especialmente, ao amigo que – entre um problema semântico e outro, em meio a um processo intenso de resignificação – se tornou mais que isso e trouxe novas e lindas nuances pro colorido da minha vida. Obrigada, Ju!

Encerra-se um ciclo. Que venha o próximo...

RESUMO

É notório que nas últimas décadas as ciências humanas, em geral, e a Geografia, em particular, têm retomado o interesse por estudos referentes às manifestações culturais, especialmente regionais e locais, devido às inúmeras demonstrações de seu fortalecimento frente à tendência de homogeneização cultural orientada pela globalização. A fim de contribuir para a reflexão sobre esses processos, bem como sobre as expressões reconhecidas como patrimônio por seus atores sociais, faz-se necessária a aproximação entre os diferentes segmentos das ciências, contemplando, assim, as dimensões históricas, espaciais e simbólicas das práticas culturais, numa perspectiva interdisciplinar. Desta forma, o presente trabalho apresenta questões referentes às políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial desenvolvidas no Brasil para, então, estabelecer um estudo pormenorizado sobre os processos de *construção*, *consolidação* e *difusão* da identidade cultural gaúcha, por meio da análise da formação territorial e social do Rio Grande do Sul e, especificamente, sobre o Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Palavras-chave: geografia. identidade. memória. patrimônio cultural imaterial. movimento tradicionalista gaúcho.

ABSTRACT

It is notorious in the last decades the human sciences, in general, and the Geography, have retaken the interest by studies regards to the cultural manifestations, specially regional and local, due to the countless demonstrations of its strengthening before the tendency of cultural homogenization oriented by globalization. In order to contribute to the reflection about these processes, and about the recognized expressions as a heritage by its social actors as well, it is made necessary the approximation among different segments of the science, contemplating, thus, the historical, spacial and symbolic dimensions of the cultural practices, in a interdisciplinary perspective. So, the present work presents questions relative to safeguard policies of the Intangible Cultural Heritage developed in Brazil to, then, establish a detailed studied about the *construction, consolidation and propagation* of the *gaúcha* cultural identity, through the analysis of the Rio Grande do Sul's territorial and social shaping and, specifically, about the *Gaúcho* Traditionalist Movement.

Keywords: geography. identity. memory. intangible cultural heritage. *gaúcho* traditionalist movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Índio vestido com o chiripá primitivo e índia com o tipoy.....	48
Figuras 2 e 3: Modelos de vestimenta dos padrões e das estancieiras gaúchas.....	49
Figura 4: Vestimenta dos peões e das chinas das vacarias.....	49
Figura 5: Vestimenta relativa à fase do <i>Chiripá Farroupilha</i>	50
Figura 6: Vestimenta relativa à fase da <i>Bombacha</i> e ao vestido de <i>Prenda</i>	51
Figura 7: Bandeira primitiva – República Rio-Grandense.....	68
Figura 8: Brasão de Armas do Estado do Rio Grande do Sul.....	69
Figura 9: Bandeira atual do Estado do Rio Grande do Sul.....	70
Figura 10: Brasões do MTG.....	74
Figura 11: Bandeira do MTG.....	75
Figura 12: Reportagem “CTG vira a mesa e quem manda é a mulher”.....	98
Figuras 13 e 14: Identidade gaúcha na publicidade.....	100

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Galpão do Piquete “Campeiros de Morungava”.....	77
Fotografia 2: Interior do Galpão central do MTG.....	78
Fotografia 3: Piquete “Laços de Sangue”.....	79
Fotografia 4: Interior do piquete “Laços de Sangue”.....	79
Fotografia 5: Visão panorâmica do Acampamento Farroupilha – 2009.....	80
Fotografia 6: Professoras e alunos em visita ao Acampamento Farroupilha.....	80
Fotografia 7: Trabalhos de alunos expostos no interior do Piquete “Terra Gaúcha”.....	81
Fotografia 8: Estande da feira de artesanato no centro do Parque Harmonia.....	82
Fotografia 9: Interior do Piquete “Desgarrados do Paternon”.....	83
Fotografia 10: Sr. Flávio preparando o almoço no piquete “Amigos do Parque”.....	84
Fotografia 11: Crianças almoçando carreteiro no piquete “Amigos do Parque”.....	85
Fotografia 12: Simone e Auréa no preparo do carreteiro para as crianças do colégio.....	87
Fotografia 13: Sr. Flávio amolando a faca no esmeril feito por ele mesmo.....	87
Fotografia 14: Apresentação de dança do “DTG 12 de novembro”.....	88

Fotografia 15: Interior do Galpão da RBS.....	89
Fotografia 16: Encenação de batalha entre farroupilhas e imperiais.....	90
Fotografia 17: Casal representado Anita e Giuseppe Garibaldi.....	90
Fotografia 18: Mãe e filha se preparando para o desfile farroupilha.....	91
Fotografia 19: Pai e filho durante o desfile farroupilha.....	92
Fotografia 20: Pai e filha durante o desfile farroupilha.....	92
Fotografia 21: Prenda mirim durante o desfile farroupilha.....	92
Fotografia 22: Prendas reunidas em cerimônia que marcou o fim do “prendado”.....	96
Fotografia 23: Grupo de mulheres do Piquete Anita Garibaldi.....	97
Fotografia 24: Bandeira da Semana Farroupilha levada por mulher	99
Fotografia 25: Churrasco no fogo de chão – CTG “Querência do Norte”.....	111
Fotografia 26: Peões e prendas do CTG “Saudade da Minha Terra”.....	112
Fotografia 27: Sede da Confederação Norte Americana do Tradicionalismo Gaúcho Brasileiro.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Primeiras iniciativas tradicionalistas.....	55
Quadro 2: Distribuição de CTGs por Unidades da Federação.....	105

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Distribuição de CTGs por Unidades da Federação.....	106
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: Contextualização da pesquisa: trajetória da investigação científica.....	15
1.1 . Procedimentos de pesquisa e trabalho de campo.....	15
1.2 . O Patrimônio Cultural Imaterial.....	22
1.3 . Metodologias relativas aos bens imateriais.....	29
CAPÍTULO 2: Construção da identidade: território e sociedade.....	34
2.1 . A gênese de um povo.....	36
2.2 . A Revolução Farroupilha.....	39
2.3 . A figura do gaúcho.....	47
CAPÍTULO 3: Consolidação: o tradicionalismo organizado.....	54
3.1 . Das primeiras iniciativas ao MTG.....	54
3.2 . Os símbolos do Rio Grande do Sul.....	67
3.2.1 . Bandeira, Brasão de Armas e Hino.....	68
3.2.2 . Erva-mate.....	71
3.2.3 . Quero-quero.....	72
3.2.4 . Brinco-de-princesa.....	72
3.2.5 . Cavalo Crioulo.....	72
3.2.6 . Macela.....	72
3.2.7 . Chimarrão.....	73
3.2.8 . Churrasco.....	73
3.2.9 . MTG: brasão de armas, bandeira e hino.....	74
3.3 . A Semana Farroupilha.....	76
CAPÍTULO 4: Difusão: identidade e novas territorialidades.....	93
4.1 . O MTG e “os outros”.....	93
4.2 . O sentido dos espaços de pertencimento.....	101
4.3 . Disseminação dos Centros de Tradições Gaúchas.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	118
GLOSSÁRIO: Regionalismos do Rio Grande do Sul.....	127
ANEXO 1: CTG no Second Life.....	130
ANEXO 2: Roqueiros no Acampamento Farroupilha.....	132
ANEXO 3: Como fundar um CTG.....	133

INTRODUÇÃO

O aperfeiçoamento dos meios de comunicação e de transportes ocorridos especialmente no fim da Segunda Guerra Mundial fortaleceu o desenvolvimento da globalização, processo caracterizado pela expressiva interação entre pessoas e lugares, fluxos de mercadorias e intensa troca de informações por meio de mídias de diversos formatos.

Nosso mundo, e nossa vida, vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. [...] Admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo (CASTELLS, 2000, p.17).

O acesso ao conhecimento em relação aos modos de vida existentes por todo o mundo indica uma tendência à homogeneização cultural orientada pelos países mais desenvolvidos economicamente, isto é, aqueles que guiam os processos de globalização e cujos modos de vida são divulgados e/ou tomados como exemplos a serem seguidos. Entretanto, frente a essa tendência, observa-se o fortalecimento de manifestações culturais em menor escala, especialmente regional e local, no sentido de buscar valorizar o que esses grupos sociais reconhecem como suas próprias referências culturais, como patrimônio.

Neste sentido, muitas ciências humanas, em especial a Geografia em sua linha cultural, bem como as políticas patrimoniais no Brasil, têm se voltado para essa nova configuração que emerge numa conjuntura cultural globalizante: a valorização dos bens culturais de natureza imaterial, considerando a *identidade*, a *memória* e o *patrimônio* como palavras-chave da consciência contemporânea (CANDAU, 1998).

Mais que um movimento de resistência, que remete à noção de estagnação, de aversão às mudanças, essas ações de grupos sociais específicos configuram-se como processos de

afirmação, nos quais são utilizados os mesmos mecanismos “do outro” – agentes orientadores da globalização – para se articular, valorizar e difundir sua própria cultura. Ainda neste sentido, Warnier (2003) explica que a humanidade é uma:

[...] máquina de fabricar diferenças, clivagens, particularidades [...] Estas clivagens perpetuam culturas existentes transmitidas pela tradição, localizadas, socializadas, verbalizadas, identificadoras e que preenchem uma função de bússolas individuais e coletivas. Estas culturas vivem e se transformam. [...] Evidentemente, ele (o mercado global) globaliza os fluxos de objetos e de condutas. Mas, no mesmo movimento, ele abastece as sociedades de bens infinitamente diversificados, que servem para fabricar a diferença e a identidade (WARNIER, J., 2003, p.166).

Considerando esses preceitos, procura-se, no primeiro capítulo deste texto, expor sobre a trajetória da investigação científica, elucidando sobre os procedimentos metodológicos de pesquisa e trabalho de campo que norteiam o presente estudo, para, logo em seguida, estabelecer reflexões sobre as políticas culturais que surgiram ante ao contexto cultural já explicitado, enfatizando aquelas relativas ao patrimônio imaterial e seus procedimentos para identificação, registro e salvaguarda.

No segundo capítulo, apresenta-se o estudo de caso acerca da identidade cultural gaúcha. Portanto recorre-se à história de formação territorial e social do Rio Grande do Sul a fim de compreender como se deu o processo de construção da identidade que hoje se reconhece.

O terceiro capítulo do trabalho se dedica à reflexão sobre a consolidação da identidade sul-rio-grandense, explanando sobre o Movimento Tradicionalista Gaúcho, desde o seu surgimento até os dias atuais, contemplando as teses e os princípios que o norteiam bem como os símbolos e as práticas que cultuam. Neste capítulo é dada atenção especial à Semana Farroupilha, objeto de estudo e palco das pesquisas realizadas em campo.

Posteriormente, no quarto capítulo, é feita uma análise sobre a difusão da identidade gaúcha e da construção de novas territorialidades, por meio da expansão do MTG, bem como da disseminação dos Centros de Tradições Gaúchas para áreas além dos limites do estado do Rio Grande do Sul e, em alguns casos, além das fronteiras nacionais. Trata-se de uma apreciação sobre a multiterritorialização identitária gaúcha, configurada por meio de espaços locais de memória.

Pretende-se, dessa maneira, refletir sobre os processos de *construção*, *consolidação* e *difusão* de uma identidade cultural específica, considerando a natureza dinâmica dos mesmos que podem se influenciar mutuamente e ocorrer de forma simultânea.

Por fim, cabe recorrer mais uma vez às palavras de Castells (2000):

[...] os movimentos sociais podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas ou nenhuma delas. [...] Portanto, do ponto de vista analítico, não há movimentos sociais “bons” ou “maus”. Todos eles são sintomas de nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos que devem ser determinados por meio de pesquisas (CASTELLS, 2000, p.95).

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA: TRAJETÓRIA DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

1.1 . Procedimentos de pesquisa e trabalho de campo

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa majoritariamente qualitativa, que busca interpretar a identidade cultural de um grupo específico, considerando sua dimensão histórica, simbólica e sua espacialização – sua disseminação por diferentes territórios –, e cuja orientação metodológica deve, portanto, se pautar nos princípios pertencentes à geografia cultural, que corresponde a uma abordagem geográfica intimamente ligada à antropologia – a construção de territorialidades.

Neste sentido, busca-se privilegiar a perspectiva hermenêutica. Em outras palavras, procura-se promover a articulação entre a interpretação explicativa e a compreensiva. Segundo o antropólogo norte-americano Clifford Geertz (1989), em seu livro “A interpretação das culturas”, a etnografia é uma descrição densa. Para o autor o dever da teoria em etnografia é:

[...] fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana. [...] É dessa maneira que a teoria funciona. Um repertório de conceitos muito gerais [...] e sistemas de conceitos que se entrelaçam no corpo da etnografia de descrição minuciosa na esperança de tornar

cientificamente eloqüentes as simples ocorrências. O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura da construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas (GEERTZ, 1989, p. 19).

Complementando o pensamento de Geertz (1989), Kaiser (1999), ao definir o conceito de cultura relacionado à etnografia, afirma:

Se considerarmos a cultura como um sistema de significado, a etnografia pode ser definida como a tradução de um encontro entre dois sistemas de significação diferentes – o do grupo estudado e o do antropólogo que indaga sobre natureza das diferenças e semelhanças e utiliza o contraste como meio de investigação da diversidade cultural. A essência da antropologia é estabelecer uma ponte entre estes dois universos – quanto maior a compreensão mútua, melhor será a tradução da conversa (KAISER, 1999, p. 25).

Assim, a geografia cultural renovada surge na década de 1980, admitindo o conceito de cultura como um contexto, como reflexo, meio e condição de existência e reprodução (CORRÊA, 2007). Segundo este geógrafo cultural, os símbolos são traços fundamentais do ser humano e a análise dos mesmos deve abarcar sua organização, constituição, estrutura e, especialmente, a interpretação que se faz desses significados.

Taillard (2003 apud CORRÊA, 2007, p. 5) discorre sobre a função política da cultura, estabelecendo 3 funções: integradora, de regulação e de enquadramento. Cabe, nesta pesquisa, associar a função integradora, onde estão presentes as relações de identidade e pertencimento, ao caráter político da geografia cultural elucidado por Mitchell (2000 apud CORRÊA, 2007, p. 7), que deve possibilitar a intervenção em políticas culturais.

Aproximando as idéias do antropólogo norte-americano Geertz (1989) às de Corrêa (2007), é possível retomar o conceito de descrição densa, entendido pelo antropólogo como a interpretação das culturas, e analisar como o mesmo está presente na geografia cultural:

Por ser uma abordagem, um modo de olhar a realidade, uma interpretação daquilo que os outros grupos pensam e praticam, a geografia cultural não é

definida por um objeto específico, como a própria cultura, concebida segundo o senso comum ou segundo uma visão abrangente.

A geografia cultural está focalizada na interpretação das representações que os diferentes grupos sociais construíram a partir de suas próprias experiências e práticas (CORREA, 2007, p. 7).

A geografia cultural se apresenta bastante diversa em propósitos e métodos, para tanto é preciso recorrer a metodologias de pesquisa variadas a fim de possibilitar uma *descrição densa* das ações humanas.

Segundo Claval (2001) a nova geografia cultural representa uma mudança de propósito na geografia humana. Ao invés de partir do espaço e/ou da paisagem para estudar as especificidades dos lugares, a intenção agora é “compreender como a vida dos indivíduos e dos grupos se organiza no espaço, nele se imprime e nele se reflete” (CLAVAl, 2001, p.40). Trata-se de refletir sobre a “experiência do espaço”, em como se constituem identidades e territorialidades, isto porque, ainda segundo o autor, as questões identitárias atreladas ao território passaram a desempenhar papel fundamental nas investigações científicas.

A territorialidade fascina os geógrafos há uma geração. O espaço é uma categoria vazia, que não contém qualquer referência à sensibilidade, à percepção, ao sentimento. Na vida real atribuem-se muitos sentidos aos lugares onde se vive e às pequenas e grandes pátrias. A construção das identidades está intimamente ligada à organização territorial e à maneira como é percebida por quem é responsável por essa organização ou por quem a experimenta (CLAVAl, 2001, p.66).

Feitas essas considerações, é preciso esclarecer os procedimentos de investigação e trabalho de campo que fundamentam a presente pesquisa. Primeiramente, considera-se que o trabalho do pesquisador se torna ainda mais complexo quando as variáveis que estuda são de natureza dinâmica e mutável, como os seres humanos e suas manifestações culturais, cujo limite de expressão é a imaginação e a criatividade, sendo constantemente recriadas.

A fim de compreender de forma eficaz esse pensamento e contornar as dificuldades apresentadas no decorrer da pesquisa científica relacionada ao patrimônio cultural imaterial e, especificamente, à construção da identidade cultural gaúcha e à toda a trajetória do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), recorreu-se ao antropólogo Roberto Cardoso de

Oliveira que, em sua obra intitulada “O trabalho do antropólogo”, apresenta substanciais contribuições no que diz respeito ao trabalho científico e, em especial, à pesquisa etnográfica.

Oliveira (2006) estabelece três etapas principais no trabalho do pesquisador: o *olhar*, o *ouvir* e o *escrever*, cada qual com suas especificidades; e orienta ações para que se desenvolva por completo cada uma dessas etapas a fim de gerar conhecimento científico substancial.

No que diz respeito ao *olhar*, de acordo com o autor, quando o pesquisador se julga preparado para partir para a investigação científica empírica – em campo – o objeto de estudo já foi modificado pela forma com que é visto. Isto é, o objeto é analisado e compreendido segundo o esquema conceitual que desenvolveu a maneira do pesquisador ver a realidade, segundo o lugar de onde ele vê – o lugar social do pesquisador na estrutura de classes. Os processos de observação são fundamentais para as pesquisas, pois a partir desta etapa surgem questionamentos que impulsionam o desenvolvimento do trabalho. Mas a pura descrição do que é observado a partir do *olhar*, por si só, não é suficiente; faz-se necessário associar o *olhar* ao *ouvir*.

O *ouvir* e o *olhar* são complementares e compartilham as mesmas pré-condições, o que significa dizer que “a teoria social pré-estrutura o nosso olhar e sofisticada a nossa capacidade de observação” (OLIVEIRA, 2006, p. 27). É nesta etapa, a de ouvir, que se compreende as estruturas das relações sociais e o sentido daquilo para o grupo social estudado. A prática de *ouvir* está intimamente ligada às técnicas de coleta de informações sobre determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados – as entrevistas – sejam elas não diretivas, semi-estruturadas, estruturadas, etc. No entanto, as entrevistas ocorrem em condições complexas e bastante delicadas, o que por vezes pode diminuir sua contribuição para a pesquisa.

Dentre as críticas elaboradas sobre essa técnica de pesquisa em campo, Oliveira (2006) esclarece as diferenças entre o que ele denomina de “idiomas culturais” – mundo do pesquisador e do pesquisado – que estabelece, segundo o autor, um “campo ilusório de interação”, onde não há diálogo efetivo. Diante desse impasse, é necessário superar a relação não-dialógica entre pesquisador e informante, transformando ambos em interlocutores, em um processo de intersubjetividade, no que chama de “encontro etnográfico” ou ainda, numa “fusão de horizontes”, como preferem os hermeneutas.

Recorrendo ao antropólogo Clifford Geertz (1989), Oliveira (2006) fala sobre duas etapas básicas da pesquisa: “being there” – trabalho em campo, no qual se pratica o *olhar* e o *ouvir*; “being here” – o *escrever* no ambiente acadêmico. O ato de *escrever*, de acordo com suas contribuições, se constitui no momento em que a produção do conhecimento científico se

torna mais crítica, pois é quando se dá o processo de textualização de todos os fenômenos sociais e culturais vistos e ouvidos em campo.

Textualizar a cultura, isto é, transformar em discurso as manifestações observadas, é complexo, pois não consiste em traduzir, mas em considerar os fenômenos segundo o viés interpretativo da disciplina formadora do olhar do pesquisador, do “idioma da disciplina”, além de considerar suas vivências pessoais, sua condição social e econômica. O *escrever* é etapa fundamental para a produção do conhecimento científico por suscitar a comunicação e permitir que os dados sejam analisados e utilizados por outros cientistas e pesquisas futuras.

Dessa forma, com a intenção de desenvolver uma pesquisa substancial, foi preciso inicialmente fazer um amplo levantamento bibliográfico a respeito das teorias geográficas, sociais e culturais fundamentais para a compreensão dos fenômenos relacionados às questões identitárias e territoriais. Julgou-se interessante também a imersão em publicações escritas por autores do Rio Grande do Sul, no sentido de enriquecer o estudo a partir da visão daqueles oriundos do “lugar” em análise. Neste sentido, é importante registrar quão numerosa é a produção acadêmica e literária sobre os assuntos regionais no estado.

No estudo de caso em questão, é necessária a observação das festividades e rituais desenvolvidos por aqueles que se reconhecem como tradicionalistas para estudar a espontaneidade dos fenômenos culturais e, a partir dessas observações, elaborar os registros das situações relevantes por meio da *escrita* – textualização, interpretando o *visto* e *ouvido* – e de recursos audiovisuais.

A técnica de entrevistas abertas e semi-estruturadas foi amplamente utilizada a fim de coletar dados qualitativos para analisar a participação da população no MTG e decifrar como eles próprios percebem a identidade cultural sul-rio-grandense. Em outras palavras, a coleta de depoimentos procura contribuir para construção de uma visão “por dentro” do tema estudado.

Lançou-se mão também da internet como meio de aproximação ao objeto de estudo. Neste sentido, foi mantido contato com pessoas fundadoras e/ou participantes dos CTGs localizados em outros países, por meio de correio eletrônico, com a intenção de compreender os motivos que levaram à fundação de um CTG no exterior, conhecer as principais atividades desenvolvidas, o número de participantes e o perfil dos mesmos (se homens, mulheres, crianças, idosos etc.) e, especialmente, perceber como é ser gaúcho e tradicionalista fora do Rio Grande do Sul, fora de seu país.

Além disso, ainda no ciberespaço, foram observadas comunidades virtuais presentes no site de relacionamentos mais popular no Brasil, o “Orkut” – filiado à empresa Google.

Nessas comunidades são travados embates entre amantes e odiosos do tradicionalismo organizado. Analisando os discursos ali apresentados, é possível perceber as tensões e conflitos existentes em torno da figura do gaúcho defendida pelo MTG e acerca dos princípios do próprio movimento. Foram também “garimpadas” informações importantes e/ou curiosas que apontaram novas sugestões de pesquisa como, por exemplo, a existência de um CTG no “Second Life”, um ambiente virtual que procura simular tridimensionalmente aspectos da vida real. Isto nos leva a questionar se a identidade gaúcha está efetivamente consagrada a ponto de se “territorializar” também no espaço virtual (ver anexo 1).

Foram investigados dados para quantificar e delimitar a expansão do MTG. A partir dessas informações, foi elaborado um mapa temático que indica o número de CTGs presentes em cada Unidade da Federação, tornando possível a análise de sua distribuição pelo território nacional e suscitando a reflexão sobre os processos migratórios que envolvem o povo gaúcho.

A delimitação da área de estudo é tarefa importante no sentido de estabelecer limites para fundamentar a pesquisa em bases territoriais, o que é, especialmente para a geografia, ponto crucial. Nesse estudo de caso, a escolha de Porto Alegre – RS como área de estudo para a realização dos trabalhos de campo se deu pelo fato de o município se constituir ponto de partida das questões apresentadas na pesquisa, isto é, foi nessa cidade que o MTG se iniciou e é onde até os dias atuais ele é coordenado. Além disso, trata-se de uma capital, apresentando as fortes interações comerciais e de comunicação características do mundo globalizado, mas que, em contrapartida, convive com o caráter rural e conservador do movimento.

As atividades de campo foram realizadas, em sua primeira etapa, entre os dias 08 e 20 de abril de 2009, na cidade de Porto Alegre – RS, e teve como prioridade o levantamento de dados já produzidos e divulgados pelas instituições responsáveis sobre a história e cultura do estado, além de informações sobre o Movimento Tradicionalista Gaúcho em particular.

Foram feitas visitas à Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC), à Secretaria do Turismo (SETUR), ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), ao Memorial do Rio Grande do Sul (MRGS), ao “35-CTG”, à sede do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e também ao Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF).

Não há dúvidas de que entre todas as instituições citadas acima, as quatro últimas foram as que trouxeram maiores contribuições para a pesquisa, por terem gerado conhecimento novo, enquanto muitas das informações disponibilizadas pelas anteriores estão presentes em publicações e em sites da internet. De qualquer forma, a aproximação efetiva a esses órgãos envolvidos com o objeto de pesquisa em questão é sempre enriquecedora.

Ainda nesta etapa, realizou-se um levantamento bibliográfico junto à biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que abrange uma produção significativa sobre o assunto em investigação. Nesta mesma universidade, foi possível contatar o Prof. Dr. Rubem George Oliven, titular do Departamento de Antropologia, cujas produções científicas são, desde o início da elaboração deste projeto de pesquisa, referências de grande relevância. Oliven se mostrou bastante solícito, disponibilizando o material que produziu durante seus estudos sobre cultura gaúcha. Outro acadêmico da UFRGS responsável por trazer importantes contribuições foi o doutorando em antropologia social Cristian Jobi Salaini, que desenvolveu em seu mestrado um estudo sobre formas de "ser negro" e de "ser gaúcho" no estado do Rio Grande do Sul, e que já assessorou trabalhos junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Além das visitas e contatos acima citados, foi possível vivenciar o cotidiano em Porto Alegre – considerando as limitações relativas ao tempo hábil para tal. Essa experiência se deu por meio de idas ao Mercado Municipal e conversas com transeuntes e vendedores das barracas tradicionalistas – nas quais se vende cuia, chimarrão, charque, dentre outros tantos símbolos representantes da identidade gaúcha –, idas aos parques da cidade nos fins de tarde, onde uma expressiva parcela da população ali presente pratica o ritual do mate; caminhadas pelo centro da capital e “passeios” de ônibus e de Trensurb, observando o cotidiano daquele espaço e estabelecendo semelhanças e distinções entre ele e os países vizinhos, entre ele e o restante do Brasil.

A segunda etapa da pesquisa em campo foi desenvolvida entre os dias 13 e 20 de setembro de 2009 com a intenção de observar e participar das comemorações da “Semana Farroupilha”, pois para explanar sobre tradicionalismo gaúcho é fundamental vivenciar esse evento considerado sua festividade máxima. De acordo com Camargo (2006), a Semana foi criada com o objetivo de divulgar os símbolos sul-rio-grandenses, estimular as pessoas a entoarem o hino do estado, por meio de sua intensa divulgação, promover ações que incentivem a busca pelo conhecimento da história do Rio Grande do Sul, etc. Em outros termos, o ápice das comemorações relativas à identidade cultural do gaúcho se dá na Semana Farroupilha.

Durante esta segunda etapa do estudo em campo, foi essencial a permanência junto ao Acampamento Farroupilha a fim de desenvolver uma etnografia da cultura tradicionalista gaúcha: *olhar* como as práticas defendidas pelo tradicionalismo se realizam, *ouvir* o que os participantes do MTG, de diferentes perfis, pensam sobre seus próprios símbolos e rituais, além de compreender o significado presente em cada uma das práticas por eles realizadas.

Procurou-se também saber o que pensam aqueles que são contrários ao movimento, bem como os que não participam dele, mas que mesmo de forma não intencional incorporam em sua fala, vestimenta e hábitos, os símbolos e práticas cultuadas pelo tradicionalismo.

Por fim, os dados adquiridos em campo por meio de observações, entrevistas e da análise documental feita com a colaboração das instituições já citadas aqui, foram analisados em seu contexto cultural e de forma interpretativa, buscando relacionar os novos conhecimentos às leituras que fundamentam a pesquisa, sob uma perspectiva crítica.

1.2 . O Patrimônio Cultural Imaterial

A noção de Patrimônio Cultural Imaterial ainda é pouco conhecida e explorada tanto no debate acadêmico quanto no senso comum. Trata-se de um universo novo que se abre à pesquisa, especialmente a partir da segunda metade do século XX, devido à ampliação do conceito de patrimônio e à abrangência conferida ao tema por meio da “Convenção do Patrimônio Mundial”, celebrada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1972.

A necessidade de se desenvolver estudos científicos sobre bens imateriais foi surgindo conforme as transformações do contexto global. A partir do avanço da industrialização e da difusão dos meios de comunicação de massa, foram criadas as condições para os processos de globalização. Diante das transformações ocorridas em todas as esferas da vida em sociedade, incluindo a compressão do espaço e do tempo – duas categorias consideradas por Stuart Hall (2006) como coordenadas básicas de todos os sistemas de representação –, muitos estudiosos acreditaram que ocorreria uma profunda homogeneização cultural na humanidade. Porém, verifica-se uma tendência contrária:

A modernização dos últimos quarenta anos não produziu a convergência esperada. Mais do que isso: tomou-se consciência de que a humanidade está, de forma inerente, fadada a produzir clivagens sociais, de não sei quantos grupos, de distinção cultural, de modos de vida e de consumo muito variados. Em suma: a humanidade é uma formidável máquina de produção de diferenças culturais, a despeito dos processos que agem em sentido contrário (HALL, 2004 apud PELEGRINI, S. C. A. e FUNARI, P. P. A., 2008, p.20).

Pelegri e Funari (2008) afirmam que os movimentos sociais que se originaram a partir da década de 1940 resultantes das características do período pós-guerra, eclodiram tanto no interior quanto no exterior das sociedades e que neles a noção de diversidade surgiu como categoria explicativa para esclarecer as divergências políticas e culturais entre grupos culturais.

Longe de negar as influências da globalização nos aspectos culturais das sociedades, constata-se que a variedade cultural humana, marcada pela alta criatividade e pela capacidade de estabelecer referenciais identitários e distintivos, é mais poderosa do que se supunha. É nessa conjuntura que as atenções se voltam para as questões relativas à identidade, memória e patrimônio.

Os movimentos de valorização da diversidade cultural, antes limitados aos aspectos materiais, se ampliaram em direção às manifestações de caráter intangível. Rompeu-se, então, a idéia de patrimônio pautada na excepcionalidade, aproximando o conceito às práticas mais cotidianas, mais representativas de grupos diversos.

Com a democratização da cultura e sua definição sócio-antropológica expandida (segundo a qual quase qualquer atividade humana pode ser igualmente cultura, e onde todo produto humano pode ser, da mesma maneira, digno de preservação), a distância entre o patrimônio cultural como monumentos e as pessoas como suas criadoras, guardiã e usuárias foi muito reduzida (LOULANSKI, 2006 apud PELEGRINI, S. C. A. e FUNARI, P. P. A., 2008, p. 213).

Castro e Fonseca (2008) expõem que a trajetória brasileira relativa às políticas patrimoniais de bens imateriais têm em seu início um duplo impulso: externamente, começam a existir estímulos por parte da UNESCO, criada no pós-Guerra, em defesa da diversidade cultural, considerada como a maior riqueza humana; internamente, destacam-se as preocupações e aspirações dos Modernistas desde 1920, que fundamentaram realizações intelectuais e também institucionais, como a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Em 1946, durante o Preâmbulo da Convenção de Londres, responsável por instituir a UNESCO, ficou acertado que cada país estabeleceria organismos formados por delegados governamentais e grupos ligados a questões educacionais, científicas e culturais que coordenariam os esforços nacionais associando-os àqueles empregados pela organização

internacional. Assim, no Brasil foi criado o Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura (IBEEC), que tinha como uma de suas comissões aquela de maior relevância para o campo que hoje compreende o patrimônio cultural imaterial: a Comissão Nacional do Folclore.

Responsável por articular grupos organizados em pesquisa pelos estados brasileiros, a Comissão produziu amplo registro de divulgação do folclore nacional, promovendo em 1958 a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Essa iniciativa que fortaleceu a trajetória de reconhecimento e defesa dos bens imateriais foi também orientada pela UNESCO, que considerava o folclore como importante instrumento facilitador do diálogo e da compreensão entre os povos.

Legalmente, em âmbito nacional, a imaterialidade do patrimônio cultural tem na Constituição Federal de 1988 o seu primeiro reconhecimento:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988 apud CASTRO, M. V. e FONSECA, M. C. 2008, p. 14).

Em fins da década de 1980, e dali em diante, muitas orientações da UNESCO foram propostas para atender os anseios dos países membros. Dentre elas as mais importantes são a “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, de 1989; o programa de “Proclamação das Obras-primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade”, datada de 1997; e a “Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, elaborada em 2003.

De acordo com esta Convenção, elaborada na Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Paris – FR, o conceito de patrimônio cultural imaterial é entendido como:

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. [...] Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana (IPHAN, 2006, p. 15).

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural imaterial se manifesta por meio de tradições, expressões orais, práticas sociais, rituais, eventos festivos, artesanato tradicional, entre outras formas. A fim de assegurar sua perpetuação, sua viabilidade, as estratégias de salvaguarda desse patrimônio contemplam “a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspectos desse patrimônio” (IPHAN, 2006).

As políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil são, atualmente, coordenadas pelo IPHAN e se estruturam em premissas e princípios de atuação, definindo conceitos e instrumentos que associe a história das iniciativas nessa área às novas reflexões sobre o tema.

Nasceu quando a melancolia perante a ameaça de desaparecimento das tradições e identidades culturais frente à cultura de massa – típica do romantismo – foi sendo substituída pela pragmática moderna de criação de jurisprudência e políticas com o objetivo de desenvolver meios de controlar e encaminhar solução para as questões, tensões e conflitos de interesses na área.

Da antropofagia modernista à canibalização pós-moderna, ao longo de décadas, o esforço para desenvolvimento de legislação de proteção do

patrimônio cultural proporcionou acúmulo de experiências e conhecimentos bastante significativos (VIANNA, L., 2009, p. 1).

Segundo Sant'Anna (2008), atual diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI-IPHAN), a característica das políticas patrimoniais brasileiras de resgatar experiências e idéias anteriores associando-as às contemporâneas a fim de definir conceitos e diretrizes de atuação, conferem especificidade e fortalecem a forma com que o Governo Federal organiza suas ações. Ainda de acordo com esta pesquisadora, a ação governamental se fundamenta nos pressupostos a seguir:

1. *“O patrimônio cultural é uma construção social que diz respeito a todos, ou seja, não é fruto apenas da ação do Estado e dos especialistas aos quais sempre se delegou a tarefa de atribuir valor patrimonial aos bens da cultura.”*

Esse pressuposto revela que o patrimônio cultural se refere especialmente aos seus participantes, sujeitos sociais que são a um só tempo aqueles que o produzem, mantêm e recriam. A partir disso, entende-se que o conceito de patrimônio cultural imaterial é amplo, sendo composto por conhecimentos e práticas presentes no cotidiano de um grupo e que se constituem em suas principais referências culturais.

Os saberes e as manifestações culturais possuem valor diferenciado para o grupo que os produz e, por isso, o patrimônio cultural tem como fundamento de sua existência o ser humano, em sua mutabilidade e criatividade. Portanto, para que formas de expressão sejam conceituadas como patrimônio cultural, é necessário que as mesmas sejam significativas, primordialmente, para seus detentores, pois são eles os responsáveis por sua existência e continuidade.

2. *“A natureza dos bens culturais imateriais é dinâmica e mutável.”*

É inerente aos bens culturais imateriais a sua constante reiteração e recriação. Diante do exposto, é preciso que os instrumentos legais de identificação, registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial considerem essa dinâmica.

A fluidez com que as expressões culturais se transformam não permite que se trabalhe com a noção ‘autenticidade’ como sinônimo de permanência de determinado bem; deve-se considerar autêntico aquilo que é real e que se concretiza e materializa num dado momento.

3. *“O critério básico que orienta a seleção do que deve ser reconhecido e declarado como patrimônio cultural imaterial é o da representatividade e não o da excepcionalidade.”*

Neste pressuposto evidencia-se a necessidade de considerar os inúmeros contextos culturais existentes em território nacional, bem como os grupos sociais que compõem a

sociedade brasileira. Dessa forma, é possível identificar os interlocutores locais e comunitários participantes dos processos de salvaguarda.

A partir dessas idéias foram instituídos o Registro, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), os quais permitiram a institucionalização dos pressupostos acima citados. É por meio desses instrumentos que o Ministério da Cultura (MINC) e, em particular, o IPHAN executam a política federal de salvaguarda patrimonial, pautada nos seguintes princípios de atuação:

1) “Adesão e participação dos atores que mantêm e produzem esses bens culturais nos processos de identificação, valorização e gestão desse patrimônio, é condição sine qua non do processo de salvaguarda.”

Para que as ações de valorização, apoio e fomento possam, de fato, fortalecer a capacidade de continuidade de determinado bem é fundamental que seus realizadores tenham conhecimento detalhado sobre todos os processos de transmissão, produção e reprodução desse bem cultural.

2) “Descentralização e socialização dos métodos e procedimentos necessários à produção de conhecimento”.

Os atores sociais que produzem o patrimônio devem gozar de autonomia, tendo irrestrito acesso à instrução técnica de processos de reconhecimento patrimonial, ao uso de fontes de financiamento e ao conhecimento do funcionamento do Estado, na forma da lei. As atuais políticas federais de salvaguarda procuram considerar os produtores dos bens imateriais como os principais protagonistas de sua salvaguarda.

3) “Articulação da política de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial com outras políticas públicas”

Essas políticas de reconhecimento e valorização patrimonial devem ser associadas às políticas voltadas à educação, ao trabalho, ao turismo, ao desenvolvimento social e, também, à ciência, à produção do conhecimento formal. Busca-se, assim, considerar a cultura como ponto central na formulação e articulação das políticas públicas, promovendo o respeito à diversidade cultural do país.

4) “Visão abrangente da expressão cultural objeto de reconhecimento e salvaguarda, incluindo os atores que delam participam e o território em que se desenvolve”.

Este princípio de atuação permite que sejam identificados e analisados os fatores responsáveis pelo fortalecimento e pelo enfraquecimento de determinada expressão cultural em estudo com a intenção de intervir de forma estratégica, potencializando as condições que

garantem a existência e permanência dos bens culturais imateriais e minimizando aquelas que contribuem para seu desaparecimento.

5) *“Promoção e divulgação como modo de valorizar e ampliar a base social comprometida com a continuidade dos bens culturais imateriais.”*

A política patrimonial brasileira busca constituir bases de dados que proporcionem o registro, a sistematização e a difusão de todo o conhecimento produzido sobre essas manifestações culturais, respeitando os direitos de propriedade intelectual coletiva definidos por lei.

6) *“Valorização das pessoas que detêm e transmitem esse patrimônio durante todo o processo de salvaguarda.”*

O último princípio de ação se pauta na valorização dos atores sociais protagonistas de seu patrimônio. A importância deste princípio é tamanha que deve estar incluso nas etapas de identificação, reconhecimento como patrimônio e desenvolvimento das ações de apoio e fomento às comunidades em questão.

Ante as noções e entendimentos sobre os pressupostos e princípios de ação das políticas de patrimônio cultural imaterial apresentados acima, é preciso considerar as etapas de elaboração do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3.551/2000. Trata-se de um expressivo avanço no que diz respeito às políticas patrimoniais brasileiras, pois, segundo Lima e Alves (2008) reconhece os bens culturais como processuais e dinâmicos, arraigados no cotidiano e representativos de diferentes grupos sociais, aos quais o tombamento não se aplicava. De acordo com a autora, ao tornar viável a inclusão de bens culturais que referenciam a identidade, a ação e a memória de camadas sociais até então alheias a esse processo, o Registro contribui no sentido de democratizar a política pública de construção e reconhecimento do patrimônio cultural.

Além disso, o objetivo primordial do processo de Registro oficial de um bem cultural é compilar e sistematizar o mais completo conhecimento e documentação sobre o bem cultural que se quer reconhecer como Patrimônio Cultural do Brasil, com a finalidade de incentivar, mas sem o poder de garantir, a transmissão dos saberes e propiciar sua ampla difusão e valorização social.

Diante do exposto, deve-se agora refletir sobre as contribuições do trabalho de campo e das técnicas amplamente utilizadas especialmente pela história, sociologia, antropologia e a geografia a fim de compreender e analisar a eficácia das metodologias de inventário e a pesquisa aplicada ao patrimônio cultural imaterial pelo governo federal.

1.3 . Metodologias relativas aos bens imateriais

No ano de 2000 foram estabelecidas por decreto legal – Decreto nº 3.551 – quatro dimensões do patrimônio imaterial: celebrações, saberes, formas de expressão e lugares expressivos das diferentes identidades constituintes da diversidade cultural brasileira.

A partir de então foram criados instrumentos responsáveis pela identificação, proteção e salvaguarda desse patrimônio, tais como o Registro nos Livros do Patrimônio Imaterial, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), todos vinculados ao IPHAN.

Nesse contexto, foi delegada aos pesquisadores, especialmente aqueles ligados às ciências humanas, a tarefa de analisar, documentar, registrar, desenvolver e implementar políticas públicas para segmentos sociais alheios às anteriores políticas de proteção patrimonial.

Muitos questionamentos vieram à tona em relação à definição do objeto cultural passível de patrimonialização, e como e para quê transformar tal objeto em patrimônio. Neste sentido, é consenso o entendimento de cultura como conceito amplo que remete a ação humana dotada de significado, sendo assim, fatos culturais de diferentes tradições são potencialmente patrimonializáveis.

Pautados nesses aspectos, é notável a necessidade do pesquisador, em seu trabalho de campo, relativizar sua particular maneira de olhar a fim de compreender a cultura do outro, por meio da interpretação do simbolismo de suas expressões inseridas em seu contexto cultural. Para tanto devem ser utilizados instrumentos de pesquisa que permitam documentar, descrever e analisar fenômenos culturais, possibilitando a formulação de políticas de patrimônio de forma conjunta com os grupos sociais envolvidos. Trata-se de uma pesquisa coletiva que não se limita ao meio acadêmico e prima pelo interesse público.

É possível afirmar, então, que são imprescindíveis na implementação das políticas para o patrimônio cultural imaterial, a utilização de instrumentos conceituais e metodológicos das ciências humanas, nos quais se busca a valorização da pluralidade cultural por meio do relativismo.

O relativismo cultural consiste em pressuposto teórico construído não sob o ponto de vista de um grupo ou coletividade específica, mas sob o ponto de vista de toda a humanidade. Dessa forma, segundo Vianna (2008) todas as sociedades e culturas são, a um só tempo, distintas e análogas, pois têm suas próprias racionalidades e irracionalidades intrínsecas,

formas, funções e expressões específicas, e que essa diversidade é característica de toda a espécie humana.

Nesse sentido os pesquisadores responsáveis pela identificação, registro e formulação de pesquisas referentes ao patrimônio cultural imaterial devem se pautar na perspectiva relativista, considerando seus preconceitos etnocêntricos e atentos ao que os cientistas sociais chamam de “o ponto de vista nativo”. Assim, Geertz (1997) aconselha a realizar um movimento dialético entre uma visão das partes através da totalidade, e vice-versa, para que seja possível captar este ponto de vista.

Esse esforço permite identificar e compreender o modo de vida e a visão de mundo, os significados dos signos e símbolos, a lógica cultural, o sistema, a estrutura e a conjuntura, o contexto das práticas culturais, o valor identitário e patrimonial de um fato cultural.

Em outras palavras, o pesquisador deve, segundo Geertz (1989), fazer uma “descrição densa” do contexto cultural investigado, considerando as subjetividades, interpretando gestos, objetos, palavras, pensamentos e relações, construindo um mapa de significados dos fatos que ocorrem no sistema cultural observado.

Do ponto de vista das ciências humanas existem diversas perspectivas complementares na investigação sobre sociedades e culturas, tais como a *geografia*, no sentido de observar a dimensão espacial, a base territorial onde se localiza o grupo ou comunidade, bem como sua relação com o ambiente, a construção simbólica do espaço, a distribuição dos grupos sociais e a relação com outras comunidades próximas ou distantes; *história*, contribuindo para o entendimento do processo de ocupação do território em questão, o desenvolvimento da sociedade ao longo do tempo, a construção da memória, o registro das histórias de vida com testemunhos de um tempo – tempos imemoriais; e a *sociologia* e a *antropologia*, no que diz respeito à compreensão da organização social e simbólica da comunidade, como se articulam e funcionam os principais sistemas simbólicos que são estruturantes do modo de viver e pensar dos grupos e comunidades estudadas, os elementos simbólicos mais relevantes da identidade destas comunidades, as motivações, condições e interpretações para os fatos culturais e sociais que acontecem.

As pesquisas relativas ao patrimônio cultural imaterial têm como principal fonte de investigação os documentos, as entrevistas e a atuação por meio da observação participante. De acordo com Severino (2007) a pesquisa participante é aquela em que o cientista compartilha a vivência do grupo social estudado para realizar a observação das manifestações dos sujeitos de sua pesquisa. Procura-se estabelecer uma relação de identidade entre pesquisador e pesquisado. Nesse sentido, é imprescindível, além da técnica, a sensibilidade

para superar a simples constatação de dados, interpretando os significados implícitos nas manifestações culturais.

Como orientações teóricas nas pesquisas relativas aos bens imateriais, são fundamentais os conceitos de sistemas sociais, processos históricos, identidade, trajetória e mediação social e cultural. Além disso, mais do que questão teórica e metodológica, a sensibilização e valorização dos segmentos sociais envolvidos se constitui em processo imprescindível para a construção das políticas de salvaguarda sustentáveis e favoráveis aos grupos e comunidades participantes. Segundo Vianna (2008) a pesquisa e implementação de políticas para o patrimônio imaterial só têm sentido se levadas a cabo pelo Estado e segmentos sociais, e incorporadas no cotidiano dos grupos em questão, não sendo impostas, mas propostas e incorporadas pelo coletivo.

Em 2001 o IPHAN criou uma metodologia de inventário específica para as pesquisas relacionadas ao patrimônio imaterial, devido à sua singularidade. O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), cuja metodologia foi desenvolvida de modo a possibilitar a constituição de um instrumento de pesquisa, documentação, mobilização social e gestão de políticas para determinada área. Dessa forma, possibilita o levantamento de dados e a produção de conhecimentos e diagnósticos sobre os contextos sociais, a partir da relação direta e da colaboração das comunidades, grupos e segmentos envolvidos com os processos de produção cultural em questão, além da delimitação de sítios e localidades de ocorrências, de acordo com as quatro categorias de bens culturais imateriais já citadas anteriormente.

Um dos principais resultados teóricos e conceituais da aplicação do INRC é a noção de “bem cultural” atribuída ao traço cultural característico em uma cultura transformado em objeto patrimonializado, isto é, em objeto reconhecido como referência de uma identidade cultural singular. É importante reafirmar que, independente da metodologia a ser utilizada para a pesquisa do patrimônio imaterial, o pesquisador deve sempre considerar a natureza mutável da dimensão imaterial da cultura. O bem cultural imaterial pressupõe dinâmica e transformação.

O fato cultural definido como patrimônio imaterial pode ser entendido como sistema de práticas tradicionais reconhecidas e transmitidas de geração em geração, ao longo de um tempo, caracterizando identidades coletivas, entretanto, sua autenticidade está presente em cada recriação. As políticas para o patrimônio imaterial são, de forma ideal, potencialmente inclusivas e transformadoras, na medida em que objetiva não os produtos culturais em si, mas os seres humanos protagonistas e as condições e processos objetivos de produção e reprodução dos tais bens culturais patrimonializáveis.

Arantes (2008) afirma que o patrimônio cultural corresponde ao conjunto de bens tangíveis ou intangíveis que são protegidos oficialmente e que contribuem para a construção das noções de “pertencimento, das identidades e da continuidade da experiência social, tanto no âmbito dos processos de formação e transformação das nações contemporâneas e das relações internacionais”. E completa:

Todo grupo humano atribui valor diferenciado às estruturas edificadas e aos elementos da natureza que constituem os marcos de tempo-espço que balizam seus territórios e práticas sociais, assim como aos conhecimentos e técnicas que participam da construção de diferenças de gênero e de gerações. Conservam-se os artefatos que participam dos modos de estruturação das relações sociais e eventualmente os representam; aqueles em que se ancoram as visões de mundo, materializando lembranças e crenças compartilhadas; assim como os que celebram episódios marcantes da história. Celebram-se festas e perpetuam-se narrativas que, ao serem executadas, realimentam a cosmologia, a organização social e o sentimento de pertencer a um meio social determinado (ARANTES, 2008, p.1).

Diante do exposto, é possível considerar a identidade gaúcha como patrimônio cultural imaterial, pois, como será apresentado adiante, ela se constrói ao longo da história, é valorizada por meio de um movimento social que busca, em seus referenciais culturais, o progresso integral de seu povo, e transmite suas tradições através das gerações por meio de práticas simbólicas.

Se a apreensão dos bens culturais imateriais como expressões máximas da “alma dos povos” conjuga memórias e sentidos de pertencimento de indivíduos e grupos, evidentemente fortalecem os seus vínculos identitário. Entretanto, as contínuas intimidações às tradições culturais e a violência imposta ao meio ambiente, tão prosaicas na contemporaneidade, têm sinalizado a necessidade dos cidadãos de exercerem seus direitos e se mobilizarem em favor da proteção das tradições populares e dos múltiplos e plurais bens culturais de toda a humanidade (PELEGRINI, S. C. A. e FUNARI, P. P. A., 2008, p. 9).

O tradicionalismo parece ser, em certa medida, um dos precursores das iniciativas relacionadas à proteção do patrimônio imaterial no país, pois desde a fundação do primeiro CTG, em 1948, e especialmente com a oficialização do MTG, em 1966, se empenha no sentido de se organizar com a intenção de garantir meios legais para preservar suas práticas e símbolos, sua identidade.

CAPÍTULO 2

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: TERRITÓRIO E SOCIEDADE

Se a identidade é uma construção social e não um dado, se ela é do âmbito da representação, isto não significa que ela seja uma ilusão que dependeria da subjetividade dos agentes sociais. A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais (CUCHE, 2002, p. 182).

O povo gaúcho é certamente aquele, em nosso país, em que os aspectos culturais simbólicos estão fortemente presentes no imaginário e no cotidiano dos indivíduos (OLIVEN, 2006). Seguindo este mesmo viés interpretativo, Ramil (2004), escritor e músico nascido em Pelotas-RS, afirma que os gaúchos “aparentam sentir-se os mais diferentes em um país feito de diferenças” (RAMIL, 2004, p.7).

À primeira vista, pode parecer estranho esse renascimento do gauchismo na virada do século, quando o Brasil já se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico, cultural, de transportes e de comunicação de massa. A crescente centralização econômica, política e administrativa e o desenvolvimento de sofisticada redes de comunicação são freqüentemente considerados responsáveis pelo enfraquecimento do poder regional e pelo aprofundamento de um processo de homogeneização e padronização dos hábitos e atitudes da população. Apesar – ou talvez por causa – dessa

crescente centralização, observam-se atualmente no Brasil tendências contrárias a este processo, que se manifestam através da afirmação de identidades regionais, das quais o Rio Grande do Sul é um exemplo expressivo (OLIVEN, 1995, p. 79).

Oliven (2006) afirma que devido às suas características geográficas, à sua posição estratégica, à forma de seu povoamento, à sua economia e ao modo pelo qual se insere na história nacional, o Rio Grande do Sul é geralmente considerado como um estado que ocupa posição singular em relação ao Brasil. Isto porque ao observar a relação entre o universo nacional e o local, nota-se, por parte da sociedade sul-rio-grandense, um distanciamento em relação ao nacional e um forte apego ao local no qual se está integrado: a identidade regional sobrepõe-se à nacional.

Em outras palavras, a identificação com o estado do Rio Grande do Sul assume proporções maiores do que com a identificação com o Brasil-Nação, transmitindo esse sentimento através de gerações. Assim, “a construção dessas identidades passa pela elaboração de traços da cultura brasileira que são apropriados e usados como sinais diacríticos, sinais que conferem uma marca de distinção a diferentes grupos sociais.” (OLIVEN, 1995, p. 80)

A construção identitária do grupo social em questão deve ser analisada através de sua trajetória, numa perspectiva que contemple a história do Rio Grande do Sul, enfatizando o processo de ocupação e conquista do território numa área fronteira, marcada por significativos conflitos armados, além dos principais processos culturais que conferiram a miscigenação do povo e a construção de fronteiras étnicas. Neste sentido, é importante recorrer às contribuições dos estudiosos e literatos que se dedicaram à temática, entre eles: Barbosa Lessa, Simões Lopes Neto, Erico Verissimo, Cyro Martins etc.

A escolha desta forma de abordagem se baseia na seguinte proposição de Balandier (1955):

Se a cultura não é um dado, uma herança que se transmite imutável de geração em geração, é porque ela é uma produção histórica, isto é, uma construção que se inscreve na história e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si. Para analisar um sistema cultural, é então necessário analisar a situação sócio-histórica que o produz como ele é (BALANDIER, 1955 apud CUCHE, 2002, p. 143).

Devido à importância da questão fronteiriça na construção da identidade gaúcha, o conceito de identidade que orienta as reflexões na presente pesquisa se aproxima ao de *identidade socioterritorial* defendido por Haesbaert (1999), no qual sua estruturação se dá na referência a um território, em sentido simbólico e concreto: “Assim, a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou transpassa o território” (HAESBAERT, 1999, p.178).

Apesar de claro e abrangente, o termo não será utilizado no trabalho, sendo substituído por identidade, apenas, ou por identidade cultural – com intenção de sublinhar os aspectos simbólicos – pois território pressupõe sociedade e sociedade pressupõe cultura.

2.1 . A gênese de um povo

De forma diferente das demais áreas conquistadas por Portugal na América, a porção meridional do Brasil demorou a ser incorporada de fato ao processo colonização e não contou com a ação de um sistema colonial típico da Coroa portuguesa. As primeiras iniciativas de expansão em direção ao Rio Grande do Sul aconteceram durante o século XVII.

Pesavento (2002) afirma que a falta de força de trabalho escrava nas zonas açucareiras do nordeste, devido à ocupação dos holandeses nessas áreas, bem como nas áreas africanas fornecedoras de escravos, fez com que os paulistas se especializassem no apresamento de índios como substitutos à mão-de-obra em falta. Conforme aumentava a escassez de índios em áreas próximas a São Paulo, os bandeirantes paulistas seguiam rumo às reduções indígenas promovidas pela Cia de Jesus.

Os índios encontrados nas reduções eram considerados de grande valia pelos paulistas, pois estavam acostumados com trabalho e obediência, devido aos ensinamentos dos padres missionários, com os quais se dedicavam à agricultura e formavam áreas de criação de gado.

Na Zona de Tapes, área em território sul-rio-grandense onde se concentravam as reduções indígenas, houve, em torno do ano de 1640, o apresamento de um expressivo número de índios, e os jesuítas se viram forçados a deixar a região, partindo para o Uruguai juntamente com os índios que conseguiram escapar, porém deixando para trás o gado que criavam.

Estes rebanhos, abandonados no pampa e reproduzindo-se à solta, tornaram-se bravios e formaram uma imensa reserva de gado, conhecida como “Vacaria del Mar”. Estava lançado o fundamento econômico básico de

apropriação da terra gaúcha: a preia do gado xucro (PESAVENTO, S. J., 2002, p. 9).

Procurando ampliar sua zona de influência e melhor explorar sua colônia, a Coroa portuguesa voltou-se para áreas pouco exploradas e de alto valor estratégico, como a região do Prata. Assim, fundou em 1680 a Colônia de Sacramento, de onde os portugueses tomaram conhecimento sobre a “Vacaria del Mar”, a qual serviu como fornecedora de animais na atividade predatória de caça ao gado xucro, que visava a exportação de couro para o mercado europeu.

Segundo Pesavento (2002), a partir de 1682 os jesuítas começaram a retornar ao Rio Grande do Sul, fundando os Sete Povos (São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo), onde os padres formaram estâncias para criação de gado – base da economia ao lado da produção de erva-mate. De acordo com a autora, os Sete Povos tornaram-se centros econômicos de grande importância, nos quais eram realizados também “*trabalhos de fiação, tecelagem, metalurgia, ofícios vários e trabalhos artísticos, com destaque na arquitetura e escultura*” (PESAVENTO, S. J., 2002, p.12).

No fim do século XVII, o contexto colonial brasileiro sofreu intensos processos de renovação, marcados pela decadência do açúcar e pela descoberta das minas de ouro. Diante da nova conjuntura, a importância do gado sulino foi retomada como “economia subsidiária da economia central de exportação”. Assim, os paulistas desejavam ir ao sul em busca do gado abundante a fim de levar para a zona da mineração; entretanto, a Coroa portuguesa pretendia o povoamento efetivo das terras meridionais, devido à importância estratégico-militar da área.

Dessa forma, em torno de 1730 foi iniciado o processo de distribuição das sesmarias, estabelecendo as *estâncias* por meio da posse da terra e do gado. De maneira diferente à distribuição das sesmarias no nordeste do país, onde as terras eram doadas a pessoas abastadas, as sesmarias do Rio Grande do Sul foram distribuídas para tropeiros que se sedentarizaram e, principalmente, para militares, como retribuição aos serviços prestados.

Por um ponto de vista antropológico, Darcy Ribeiro (1995), em sua importante obra sobre – e intitulada de – “O Povo Brasileiro”, esclarece que o Brasil sulino surge à civilização por meio das ações jesuíticas espanholas do século XVII e explica que os gaúchos brasileiros e platinos tem formação histórica comum:

Surgem da transfiguração étnica das populações mestiças de varões espanhóis e lusitanos com mulheres Guaraní. Especializam-se na exploração do gado, alçado e selvagem, que se multiplicava prodigiosamente nas pradarias naturais das duas margens do rio da Prata. O principal contingente foi formado na própria região de Tapes por índios missionários Guaraní ou guaranizados pelos jesuítas e, posteriormente, mestiçados com espanhóis e portugueses. Outra fonte foi o núcleo neoguarani de paraguaios de Assunção, que se expandiu sobre os campos argentinos juntamente com o gado que ocuparia o pampa. Uma terceira fonte foi a prole dos portugueses instalados na Colônia do Sacramento (1680) no rio da Prata (RIBEIRO, 1995, p. 414).

A gênese comum conferiu unidade cultural a esses gaúchos em torno das atividades campeiras, dos costumes e da língua. Entretanto, devido aos embates entre Portugal e Espanha pelo domínio da região e à integração do sul do país no mercado nacional, no qual fornecia mulas de carga para as minas de ouro, como já dito anteriormente, uma parcela desses gaúchos passou a ser incorporado à etnia brasileira.

Devido à suas habilidades nas práticas pastoris, os gaúchos eram considerados mão-de-obra especializada para a lida nas estâncias, passando a ser incorporados ao processo produtivo. Por outro lado, foram também empregados nos embates fronteiriços que exigiam um número expressivo de combatentes dispostos a “arriscar a vida pela mística do heroísmo” (GONZAGA, 1980). Segundo este autor, uma característica das sociedades pastoris bastante evidente nesse grupo era a alta fidelidade demonstrada para com os patrões.

Com o passar do tempo, o vocábulo “gaúcho”, antes empregado a grupos errantes que vagavam pelos campos sulinos, aos ladrões de gado, passou a ter novas conotações, designando outros trabalhadores da estância. Oliven (2006) aponta que a figura pejorativa do “gaúcho” foi gradativamente sendo transformada em “peão da estância”, num processo de mitificação associado a valores como coragem, honestidade, valentia, lealdade que, por sua vez, contribuiu para legitimar as relações entre estancieiros e peões.

Assim, as mudanças semânticas do termo – “do *gaúcho-pária* ao *gaúcho-aristocrata*” – ocorreram ao longo de décadas até, enfim, se tornar gentílico dos nascidos do Rio Grande do Sul. São, portanto, reflexos das transformações sociais ocorridas ao longo da história, que deram origem à figura do gaúcho, hoje símbolo identitário.

Deste modo, os três últimos quartéis do oitocentos assistiram à gênese de “belas mentiras” que, livres do cotejo com a realidade – afinal o verdadeiro gaudério já tinha sido riscado do mapa – terminaram por difundir um outro real, real ilusório, mistificador, confortante. O rastreamento das origens da imagem positiva do gaúcho remete-nos para 1835 (GONZAGA, S., 1980, p. 118).

2.2 . A Revolução Farroupilha

Não se pretende, neste trabalho, estabelecer a caracterização detalhada e promover profundo debate sobre cada um dos conflitos nos quais o Rio Grande do Sul se envolveu, mas considerar que a constância dos combates promoveu uma intensa exigência de politização da população e um forte sentimento identitário, de pertencimento, necessários a esses homens de fronteira.

Optou-se por explanar sobre a mais longa guerra civil brasileira, a Revolução Farroupilha, que se estendeu de 1835 a 1845, por tratar-se do acontecimento mais festejado do estado e sobre o qual mais se tem escrito, em termos regionais.

Além disso, seus principais representantes e acontecimentos mantêm-se vivos na memória do povo gaúcho, ainda que o término da revolução date de mais de cento e sessenta anos, servindo como fundamento para a construção e legitimação de uma identidade cultural, especialmente aquela defendida pelo MTG. Para muitos sul-rio-grandenses, mais que uma guerra, ela significa a manutenção do tradicionalismo gaúcho e a autonomia do estado.

Seguindo a mesma linha de pensamento, o antropólogo francês Joël Candau (1998) expõe que as memórias dolorosas deixam como herança traços de pertencimento que duram por muito tempo para os indivíduos que vivenciaram – ou são próximos de quem vivenciou – tal sofrimento. Assim, um grupo pode fundamentar sua identidade sobre um passado histórico real e prestigioso, mas geralmente a identidade se enraíza em uma memória de sofrimento compartilhado.

Há muitas divergências com relação à maneira com que fatos são relatados pela historiografia tradicional. Inúmeras críticas vêm sendo elaboradas com base no argumento de que o discurso dos historiadores do início do século XX é impregnado de idealizações relativas aos principais nomes da Revolução Farroupilha e à rebelião como um todo, considerando-os símbolos do “espírito guerreiro” do povo gaúcho e de suas tendências

libertárias. No entanto, o discurso presente na historiografia oficial do estado parece ter a função de validar o sistema de dominação vigente e a hegemonia do grupo agropecuarista na sociedade civil.

[...] uma tendência muito difundida pelos intelectuais rio-grandenses foi a da “glorificação do gaúcho”. Esta talvez seja uma das características que melhor expressam a visão que a classe dominante agropecuarista (mais pecuarista que propriamente agrícola) apresentava de si mesma para a sociedade.

Uma das características básicas é o enaltecimento de um passado guerreiro, onde o historiador busca nas lutas fronteiriças com os castelhanos vitórias grandiosas, lances de heroísmo e, dominando o cenário do pampa, “verdadeiro campo de batalha”, encontra-se a figura altaneira, viril e destemida do gaúcho, “centauro dos pampas”, “monarca das coxilhas” (PESAVENTO, 1985, p. 67).

Muitos historiadores que defendem um enfoque mais realista dos acontecimentos optam por analisar a Farroupilha de acordo com o contexto histórico de sua ocorrência e assim a definem como “uma rebelião dos senhores de terra e gado gaúchos contra a dominação que a oligarquia do centro do país, beneficiária da independência, buscava impor sobre as províncias da jovem monarquia brasileira” (PESAVENTO, 1985, p.8).

Entretanto, é consenso que as relações entre o Rio Grande do Sul e o centro da Colônia eram tensas, muitas vezes marcadas pelo descaso por parte desta para com o extremo sul do país. Na situação que se configurou após o processo de independência no Brasil, em 1822, as relações “Sul–Centro” continuaram em “equilíbrio instável”, mas tendendo ao agravamento.

A situação que deflagrou os descontentamentos das lideranças locais em relação à administração central pode ser explicada, em linhas gerais, pela política tributária aplicada pelo governo central. No ano de 1821 os impostos sobre os produtos que a então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul exportava, tais como o charque, o trigo, a erva-mate, couros, etc., começaram a sofrer aumentos.

No caso do charque, especialmente, no ano de 1830 os elevados impostos foram mantidos, ao passo que as taxas de importação do charque oriundo do Prata foram reduzidas. Além disso, houve o aumento das taxas de importação do sal, elemento indispensável para a produção do charque. Estas ações propiciaram o deslocamento do principal produto gaúcho

do mercado nacional e foi vista como uma estratégia de boicote do governo central aos produtores sul-rio-grandenses.

A Revolução Farroupilha, assim como as outras revoltas provinciais – a Cabanagem no Pará, a Sabinada na Bahia, a Balaiada no Maranhão, a Praieira em Pernambuco –, eclodiu contra a estrutura de poder centralizada, devido aos descontentamentos das lideranças locais em relação à administração central. O centralismo era claramente percebido através da nomeação direta do presidente da província e das políticas tributárias contestáveis.

A Província de São Pedro se via explorada pelo governo central e limitada à condição de “estalagem do Império” por oferecer soldados, cavalos e alimentos durante as rebeliões na fronteira e não receber o reconhecimento que esperava. Outro indício de desprestígio da região era o fato de os altos comandos das tropas pertencerem a personagens do centro, enquanto a frente de batalha era composta pelos sul-rio-grandenses e, como já dito, era a província que sustentava as guerras, fornecendo os suprimentos necessários. Contrários a esta situação, começava a brotar do sul do país anseios de autonomia, balizados por princípios liberais, republicanos e federativos.

O estopim da rebelião gira em torno da nomeação, por parte do Império, de um novo presidente da província sem que as lideranças locais fossem consultadas. Os estancieiros sul-rio-grandenses esperavam que Antônio Fernandes Braga se aliasse às causas da província e advogasse por ela junto ao Império. Entretanto, o novo presidente se empenhou na manutenção do regime imperial e, inclusive, foi o primeiro a delatar o levante farroupilha.

Segundo Pesavento (1985), o incidente que propiciou a eclosão da revolução deu-se no momento em que Braga e o comandante de armas Sebastião Barreto Pereira Pinto, durante a primeira Assembléia Legislativa Provincial, acusaram Bento Gonçalves da Silva por divulgar idéias republicanas e separatistas.

Desde já é interessante esclarecer que em torno da figura do general líder farroupilha pairam diversas análises e interpretações. Segundo a historiografia tradicional, Bento Gonçalves é visto como o grande herói do movimento de revolta contra o império e detentor de caráter irretocável e de todas as virtudes típicas do gaúcho idealizado. Já obras mais recentes se empenham em desmitificar sua figura, chamando atenção às práticas de contrabando de gado e de usurpação de terras que teriam sido realizadas por ele. Diante dessa situação chama-se atenção para o fato de que os estudos sobre acontecimentos pretéritos devem ser realizados considerando sua conjuntura:

Nesta medida, toda ação de Bento Gonçalves – nem herói, nem ladrão – se enquadra a partir de interesses sociais bem definidos. O contrabando e a usurpação de terras mediante a violência, no caso, não podem deixar de ser entendidos senão à luz do seu tempo, como práticas históricas correntes em sua época (PESAVENTO, 1985, p. 48).

A Revolução Farroupilha se inicia efetivamente em 20 de setembro de 1835, quando um grupo de revoltosos composto por 30 homens liderados pelo capitão Manuel Vieira da Rocha chegou a Porto Alegre a fim de depor o presidente. Pontos estratégicos foram ocupados a fim de impedir a entrada de alimentos, isolando a cidade caso Braga resistisse ao levante. Porém, diante da adesão de guarnições locais aos farroupilhas, o presidente deixou a capital e seguiu para o município de Rio Grande.

Após a retirada de Fernandes Braga, o general Bento Gonçalves chegou a Porto Alegre e declarou o vice-presidente Marciano Ribeiro como novo presidente da província. A notícia se espalhou e a adesão aos revoltosos foi tamanha que apenas cinco dias depois de eclodir, os pontos de resistência limitavam-se aos municípios de Rio Pardo, São Gabriel e Rio Grande.

Bento Gonçalves, em carta ao regente Feijó, esclarecia a posição tomada pela província:

[...] Em nome do povo do Rio Grande, depus o governador Braga e entreguei o governo a seu substituto legal Marciano Ribeiro. E em nome do Rio Grande do Sul eu lhe digo que nesta província extrema, afastada dos corrilhos e conveniências da Corte, dos rapapés e salamaleques, não toleramos imposições humilhantes, nem insultos de qualquer espécie. [...] O Rio Grande é a sentinela do Brasil, que olha vigilante para o Rio da Prata. Merece, pois, maior consideração e respeito. Não pode e nem deve ser oprimido pelo despotismo. Exigimos que o governo imperial nos dê um governador de nossa confiança, que olhe pelos nossos interesses, pelo progresso, pela nossa dignidade, ou nos separaremos do centro e com a espada na mão saberemos morrer com honra, ou viver com liberdade (GONÇALVES, B., 1835 apud PESAVENTO, 1985, p. 50).

Durante os quatro primeiros anos da revolução, as forças farroupilhas avançaram sobre as legalistas, tomando os municípios de Rio Pardo, Piratini e Pelotas. Após importante vitória na Batalha do Seival, em 11 de setembro de 1836 o general Antônio de Souza Netto proclamou, embora sem consultar seus superiores, a “República Rio-Grandense”.

Camaradas! Nós, que compomos a Primeira Brigada do exército liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência dessa Província, a qual fica desligada das demais do Império e forma um Estado livre e independente, com o título de República Rio-Grandense, e cujo manifesto às nações civilizadas se fará oportunamente. Camaradas! Gritemos pela primeira vez: Viva a República Rio-Grandense! Viva o exército republicano rio-grandense! (NETTO, S., 1836 apud COSTA, E. B.; FONSECA, R. e SCHMITT, R. [coord], 2004, p. 124).

Apesar de não reconhecida pelo império, a proclamação foi registrada por Conselhos Municipais da região da campanha. Assim, a revolução ganhou forças; em contrapartida, os farroupilhas perderam Porto Alegre em meio a uma cisão entre os rebeldes, depois, no rio Jacuí, cercado por tropas imperiais na batalha da ilha de Fanfa, as forças farroupilhas foram dilaceradas e o general Bento Gonçalves foi preso e levado à capital do Império e depois ao Forte do Mar, em Salvador–BA, de onde fugiria em 11 de setembro de 1837.

A fuga se deu com a ajuda da maçonaria, especialmente na figura do Cônego Joaquim Antônio das Mercês. Quando Bento pediu licença para banhar-se no mar, alcançou uma canoa posta próxima ao forte e foi para a ilha de Itaparica. Alguns dias depois, o general chegou a Salvador, onde:

Aproximou-se dos revolucionários baianos, procurou mostrar a inconveniência de estar aquela província sujeita ao Governo do Regente do Império. Convinha que a Bahia fizesse o mesmo que o Rio Grande. Esta sugestão agradou e foi se estendendo por todos que adotaram as idéias liberais, entre eles, seu grande líder, o médico Doutor Francisco Sabino A. da Rocha Vieira – foi ele a alma e o cérebro da revolução que tomou seu nome “A Sabinada” – e o Ten. Cel. Francisco José da Rocha que, pessoalmente, participou da libertação de Bento Gonçalves. Este, mais tarde, o acolheria no Rio Grande fazendo-o comandante de um batalhão de infantaria farrapo e a mais alta autoridade Maçônica do Rio Grande (SAVARIS, M. C., 2009, p. 36-37).

Durante o período em que foi mantido preso, Bento Gonçalves foi eleito presidente da República Rio-Grandense. Ao fugir da prisão, retornou ao Rio Grande do Sul para assumir seu cargo na capital, Piratini.

O ano de 1838 foi marcado pela vitória em Rio Pardo, mas pelo fracasso em conquistar Rio Grande e, o que era mais almejado, o porto marítimo. Pressionados, os farroupilhas transferiram a capital para uma área mais protegida, em Caçapava. Dali em diante travou-se uma intensa guerra entre os rebeldes e o exército brasileiro, tornando possível a expansão da luta para Santa Catarina. Em 29 de julho de 1839, em Laguna, foi fundada por Giuseppe Garibaldi e David Canabarro a República Catarinense, também conhecida como República Juliana, com duração de seis meses.

O ano de 1840 foi considerado desastroso para os farroupilhas, pois foram atacados de surpresa e viram seu arsenal de guerra e a tipografia serem destruídos. Novamente houve mudança da capital da República, agora para Alegrete. Pela primeira vez Bento Gonçalves escreveu carta ao novo presidente da província, marechal Soares d'Andrea, cogitando a pacificação, demonstrando o início do enfraquecimento da revolta.

Entre 1841 e 1842 a guerra se amenizou, pois o Império distribuía suas forças pelas revoltas regenciais que ocorriam em outras áreas do país. Foi a partir de 1843 que as atenções imperiais se voltaram para o Rio Grande do Sul e iniciou-se o declínio da revolução. Sob o governo de Luís Alves de Lima e Silva – o então barão e futuro duque de Caxias – as tropas da província foram reorganizadas e reanimadas a enfrentar os farroupilhas, usando as mesmas táticas de guerrilhas empregadas pelo inimigo.

Os anos seguintes são marcados por cisões internas e, externamente, ora pela manutenção da guerra, ora por entendimentos em busca de um acordo de paz. Embora desgastados, os farroupilhas não foram vencidos em campo de batalha. Duque de Caxias foi o representante do império que efetivamente propôs o fim da guerra, oferecendo anistia aos revoltosos que depusessem suas armas.

O acordo de paz entre os republicanos e o governo imperial foi assinado no dia primeiro de maio de 1845, em Ponche Verde, assegurando a unidade nacional. Nesta feita, dentro do princípio da “paz honrosa”, inúmeras concessões foram feitas aos farroupilhas, tais como a escolha do novo presidente da província; a liberação dos prisioneiros de guerra; a incorporação de oficiais ao Exército imperial mantendo-se os mesmos postos; a garantia do direito de propriedade e a segurança dos indivíduos; e a liberdade dos escravos que lutaram na revolução. Além disso, segundo a “paz de Ponche Verde”, as dívidas farroupilhas seriam assumidas pelo governo central.

Os caminhos para pacificação vinham sendo traçados pelo Império desde 1942, quando foi decretada elevação do imposto a 25% sobre o charque estrangeiro. Entretanto, essas concessões aos farroupilhas e a busca pela reintegração da República Rio-Grandense ao país ocorreu em função do cenário político em torno das questões do Prata, mais especificamente da ameaça representada pela aliança entre os caudilhos Oribe, do Uruguai, e Rosas, da Argentina.

Neste sentido, Pesavento (1985) chama atenção para o fato de que a militarização da sociedade do sul do país, em virtude de sua posição geográfica fronteiriça, serviu como ponto essencial de barganha política com o Império.

Segundo Costa, Fonseca e Schmitt (2004) não foram dez anos de guerra sem interrupções, pois durante o inverno os combates cessavam ou se limitavam a embates pontuais. Em termos quantitativos, ao longo dos 3466 dias de revolução ocorreram 118 confrontos bélicos e escaramuças, nos quais cerca de 4 mil pessoas perderam a vida.

São profundas as divergências de opiniões sobre o caráter da revolta dos farroupilhas. Muitos estudiosos acreditam que a rebelião foi claramente um movimento separatista, efetivado pela proclamação da República Rio-Grandense; outros tantos pesquisadores crêem que a rebelião se configurou apenas como pressão regional, ainda que por meio de armas, contra o descaso do poder central para com a província.

Em documento exposto no Memorial do Rio Grande do Sul, as ambigüidades em torno da revolução, embasadas nas distintas correntes historiográficas e literárias que ora a veneram, ora a criticam ferrenhamente, são explicitadas:

A controvérsia continua envolvendo não apenas alguns episódios da luta, mas a própria revolução. O que foi, afinal, a Guerra dos Farroupilhas? Uma revolta econômica, provocada pelo centralismo rapinante do império? Uma revolução separatista e republicana, uma guerra com um ideal? Uma guerra de guerrilhas liderada por caudilhos? Uma luta libertária conduzida por cavaleiros heróicos e esfarrapados? Há versões para todos – basta escolher o livro certo (MRGS - Exposição permanente, 2009).

Kühn (2007) parte do princípio de que o emprego do termo “revolução” é inadequado por não terem ocorrido reais mudanças nas estruturas sociais e políticas e por ter se perpetuado o padrão de mando autoritário da elite pecuarista, pois segundo o autor, na prática os farroupilhas eram tão conservadores quanto a elite central com a qual travaram o combate.

Com relação ao separatismo, se para a historiografia tradicional gaúcha não é conveniente identificar uma proposta de separação entre o Rio Grande do Sul e o Brasil, mas sim travestir o regionalismo de um conteúdo nacionalista (PESAVENTO, 1985), para Flores (2006), apesar do objetivo principal da revolução ser a luta pelos princípios liberais e a oposição ao autoritarismo e centralismo do império, a tendência separatista da revolução é evidente:

Os farroupilhas fundaram uma república separatista porque adotaram uma nova bandeira, escudo de armas e hino nacional próprios; concediam cidadania e consideravam brasileiros de outras províncias como estrangeiros; mantiveram representantes diplomáticos no Prata e em suas cartas diziam que fundaram uma nova nação. Pela primeira vez, em território brasileiro, funcionou um Estado republicano com presidente, ministros, coletorias, serviços de correio, Exército, leis próprias e com um projeto de constituição liberal, tendo como capitais a vila de Piratini (10/11/1836 a 14/02/1839), Caçapava (14/02/1839 a 23/03/1840) e Alegrete até o término da guerra civil. O jornal O Povo, que circulou de 01/09/1838 a 23/05/1840, era o órgão oficial, publicando notícias, proclamações e decretos (FLORES, 2006, p.85-86).

Pesavento (1985), em busca de uma produção historiográfica pretensamente mais científica, segundo a própria autora, defende a idéia de que a conjuntura que levou os gaúchos à insurreição armada contra o império é melhor compreendida quando analisada segundo os interesses das duas partes envolvidas:

De um lado, aquele setor de classe dominante nacional que exercia o controle do poder político no país, exigindo submissão da periferia e – o que é fundamental – carreando recursos das províncias em função da economia central do país, o café, que se achava em expansão. Do outro lado, a conscientização, embora parcial, dos setores mais representativos da economia de uma região periférica, que sofria a exploração do centro e que visualizava seu problema através da dominação política (PESAVENTO, 1986, p .71).

Julga-se primordial para a reflexão a ser desenvolvida no presente trabalho considerar que as causas que levaram a Revolução Farroupilha a se consolidar como principal referência para construção e manutenção da identidade regional estão associadas à historiografia oficial do estado que a consideram uma verdadeira “epopéia”, tendo em vista os feitos dos “heróis farroupilhas” e a duração do conflito. Além disso, o término da guerra por meio de um acordo de “paz honrosa”, e não da derrota em campo de batalha, foi elemento que contribuiu enormemente para a mitificação e idealização desta revolução.

Outro ponto que merece atenção especial é a idéia de República, de “nação gaúcha”, presente no discurso farroupilha e retomada no século XX a partir da adoção oficial dos símbolos da revolução pelo estado do extremo sul do Brasil. Dessa forma, os princípios liberais e republicanos da revolução tornados símbolos, foram adotados como referência e são exaltados pelo estado.

2.3 . A figura do gaúcho

O estudo relativo à indumentária de um grupo social permite conhecer seus elementos históricos, as características e circunstâncias de uma época, bem como suas variações ao longo do tempo. A vestimenta pode, assim, ser considerada como reflexo do contato entre diferentes culturas, além de configurar-se como elemento simbólico partícipe dos processos de construção e afirmação de identidades, como no caso da figura do gaúcho.

Segundo Antônio Augusto Fagundes (1985), a evolução da indumentária sul-rio-grandense se deu em quatro estágios: *Chiripá primitivo*, *Braga*, *Chiripá Farroupilha* e *Bombacha*, existindo uma indumentária feminina para cada uma destas fases.

O *Chiripá primitivo* corresponde ao período do traje indígena (1620 a 1730), surgido a partir do contato entre missionários europeus, índios missioneiros e índios cavaleiros. Os índios missioneiros passaram a se vestir de acordo com a moral jesuítica, com calções e camisas de modelo europeu; enquanto a mulher missioneira usava o “tipoy”, um vestido feito de algodão cru, costurado como uma túnica, e na cintura amarravam um cordão – o “chumbé”.

Outra peça amplamente utilizada pelos índios missioneiros era o poncho, também conhecido como pala bichará, e que, só passou a existir no Rio Grande do Sul com a vinda dos brancos, pois, segundo Fagundes (1985), os índios pré-missioneiros não fiavam nem teciam.

Eram chamados de índios cavaleiros aqueles que logo assimilaram o cavalo trazido pelos brancos como parte de sua cultura e desenvolveram aprimoradas técnicas de equitação e adestramento dos animais. Pelas características apresentadas, esses índios necessitavam de uma indumentária diferenciada, que permitisse maior mobilidade como o “chiripá” e o “cayapi”, consideradas absolutamente originais.

O chiripá era uma espécie de saia, da cintura aos joelhos, formada por um retângulo de pano; enquanto o cayapi, criado pelos minuanos, era basicamente um couro de boi que utilizavam sobre as costas e que a noite se deitavam sobre. As mulheres índias cavaleiras usavam como vestimenta apenas o chiripá.



Figura 1: Índio vestido com o chiripá primitivo e índia com o tipoy
(Fonte: FAGUNDES, A. A., 1985.)

A fase da *Braga* contempla o traje gaúcho de 1730 a 1820, apresentando, porém, distinções das vestimentas dos patrões das vacarias e as estancieiras gaúchas para com as dos peões e das chinas das vacarias.

Os patrões trajavam-se à moda européia, com a braga e as ceroulas de crivo, adicionando outros elementos como botas de garrão de potro, a guaiaca (cinturão), o lenço de pescoço, o chapéu, entre outros. A mulher estancieira usava botas fechadas e vestidos longos, feitos geralmente de seda ou veludo e, como acessórios, eram indispensáveis o xale, o leque e o tecido para prender parte dos cabelos.



Figuras 2 e 3: Modelos de vestimenta dos patrões das vacarias e das estancieiras gaúchas
(Fonte: FAGUNDES, A. A., 1985.)

A vestimenta do peão das vacarias era adaptada às funções campeiras, de modo a facilitar suas atividades. Assim, este gaúcho utilizava camisa de algodão sem botões e mangas largas, o chiripá primitivo e um pala de lã (bichará), além do cinturão de faixa larga para levar moedas, denominado guaiaca. As botas mais comuns eram de couro de vaca, burros e éguas, apesar do nome dado a elas ser garrão-de-potro. O chapéu mais utilizado por eles era o de palha.

Ainda mais simples que o peão era o modo de se vestir das chinas das vacarias, cujo traje era composto por saia comprida e rodada, comumente de cor escura, e por blusa clara. Por conta do frio, à vezes usavam calças femininas por baixo da saia, mas os pés e as pernas ficavam descobertos.



Figura 4: Vestimenta dos peões e das chinas das vacarias
(Fonte: FAGUNDES, A. A., 1985.)

A próxima fase da indumentária gaúcha é a do *Chiripá Farroupilha* (1820-1965). Trata-se da ampla utilização de um chiripá mais largo e funcional, adaptado ao homem que cavalgava, daí seu surgimento e ampla difusão. As camisas continuam sem botões, com golas e mangas largas. Costumavam usar jaqueta ou, ainda, colete de lã ou veludo. A mulher passou a usar enfeites e rendas em seus casacos e a cobrir as pernas com meias.



Figura 5: Vestimenta relativa à fase do *Chiripá Farroupilha*
(Fonte: FAGUNDES, A. A., 1985.)

Finalmente, a fase atual, iniciada em 1865, corresponde à *Bombacha* e ao vestido de prenda. Há algumas divergências com relação à origem das bombachas, porém, a tese mais aceita é aquela defendida por Fagundes (1985), principal estudioso do tema no Rio Grande do Sul, segundo a qual a bombacha surgiu com os turcos e chegou ao Brasil por meio do comércio britânico que trazia as sobras dos uniformes de suas forças coloniais, durante a Guerra do Paraguai (1864) - onde foi usada pelos pobres e, posteriormente, incorporada pela população gaúcha como um todo.

O termo espanhol “bombacho” refere-se a calças largas, daí a nomenclatura dada a essa peça do vestuário gaúcho. As bombachas, portanto, são calças largas abotoadas nos tornozelos e costumam ser de brim, linho, algodão ou tergal.

O uso de bombachas pelas mulheres é limitado, sendo a roupa típica da figura feminina o vestido de prenda: longo, com saias para dar volume, passa-fitas, babados e rendas, tecido estampado ou liso, sem decotes, com mangas compridas ou até os cotovelos.



Figura 6: Vestimenta relativa à fase da *Bombacha* e ao vestido de *Prenda*
(Fonte: FAGUNDES, A. A., 1985.)

Outro importante elemento da indumentária gaúcha é o lenço. Antes usado na cabeça, o lenço passou a ser utilizado no pescoço e se tornou popular por associar-se a questões político-partidárias. Foi a partir da Revolução Federalista (1893) que o lenço passou a distinguir federalistas de republicanos: o lenço vermelho identificava os maragatos (federalistas); enquanto os pica-paus (republicanos) se identificavam pela cor verde no lenço – que posteriormente, com a fundação do Partido Republicano Federal, passou a utilizar a cor branca para simbolizar os chimangos. Atualmente, a utilização do lenço no pescoço ocorre independente de posição político-partidária.

Ainda com relação à figura do gaúcho, é preciso esclarecer que, em todo o mundo, povos se reconhecem e são reconhecidos por sua história, geografia, modos de vida, usos e costumes. Nos processos de construção de identidade são criados mitos unificadores pautados na territorialidade, isto é, em relações sociais materializadas no espaço.

Assim, o Gaúcho constitui-se em modelo comportamental que se fundamenta em características altivas, como aquelas apresentadas por José de Alencar (1998), em 1870, e por Euclides da Cunha (1998), em 1902: valentia, elegância, jovialidade, espírito aventureiro, decência, entre outras. Apesar de não ser um retrato fiel da realidade – e talvez por isso mesmo – ganha forças e nela interfere. Assim, mais do que discutir sobre a autenticidade deste símbolo, faz-se necessário refletir sobre a apropriação e percepção que se tem dele.

Na literatura sul-rio-grandense existem numerosos trabalhos que se dedicam à temática regional e, especificamente, fronteiriça. Um dos exemplos mais marcantes é o de Erico Veríssimo (2004) que, em sua trilogia literária intitulada “O tempo e o vento”, dividida em “O Continente” (1949), “O Retrato” (1951) e “O Arquipélago” (1962), registra e apresenta sua percepção sobre a história do Rio Grande do Sul, misturando personagens reais e fictícios, mantendo a liberdade poética.

O autor prima pela caracterização da *terra*, do *tempo* e do *homem* a fim de contextualizar as ações de suas personagens. Em seu romance, a *terra* é, inicialmente, considerada uma fronteira aberta, uma área disponível à conquista, onde a monotonia do pampa e o gado marcavam a paisagem, e onde o vento era constante. A “terra de ninguém” passa a ser palco das ações dos pioneiros representados pelas duas famílias que conduzem a trama. O *tempo*, por sua vez, transcorre a partir do referencial das guerras e, para as mulheres, da espera. Finalmente, o *homem* é caracterizado por uma forte ligação com os elementos da natureza, tornando-se bruto e indomável.

Os personagens criados por Erico podem ser considerados portadores e inspiradores do perfil identitário do gaúcho. O mais emblemático é, certamente, Rodrigo Cambará, estereótipo do gaúcho da fronteira: homem aventureiro, destemido, guerreiro, bruto.

Cyro Martins (1944), por sua vez, revela uma identidade menos heróica, por meio de uma produção literária mais realista sobre as mudanças socioeconômicas que se processaram na área rural. Em sua trilogia do gaúcho a pé, dividida nas obras “Sem rumo” (1937), “Porteira fechada” (1944) e “Estrada nova” (1954), Cyro fala sobre os problemas relativos à proletarianização do trabalhador campeiro. Ligia Chiappini (2004) expõe de maneira clara a problemática apresentada por Cyro (1944):

Do Paternon Literário, no século XIX, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no século XX, progressivamente estruturava-se uma visão mítica do gaúcho, a partir da literatura e da poesia, que fora endossado pelo discurso histórico. Como já foi assinalado, o estereótipo desse padrão identitário de referência se consolidara com a figura arquetípica regional, desse gaúcho super-homem, *monarca das coxilhas*, *centauro dos pampas*. A essa visão grandiosa, atemporal, glamourosa e de ampla aceitação, Cyro Martins contrapõe um outro gaúcho, em correspondência com um outro Rio Grande: sem cavalo nem terra, desfaz-se a identidade do centauro e do monarca (CHIAPPINI, L. 2004, p. 127).

Dentre as diferentes formas de “ser gaúcho”, predomina atualmente no imaginário coletivo a figura romântica associada à historiografia oficial, aos feitos heróicos de um gaúcho mítico, amante da lida campeira. A vigência dos principais estereótipos sul-rio-grandenses foi confirmada por meio de uma pesquisa elaborada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2000, com a intenção de investigar a imagem que os gaúchos têm de si próprios. Para tanto, fez-se um levantamento das representações sociais relativas à terra, ao homem, aos costumes, à história, ao perfil socioeconômico, entre outros.

Foram entrevistadas, ao todo, 1346 pessoas, sendo 677 homens e 669 mulheres. A partir dos dados obtidos, constatou-se que a Campanha gaúcha representa a paisagem típica do Estado. O homem, por sua vez, é representado pelo estereótipo do gaúcho – ilustrado com propriedade por Erico Verissimo na figura literária do Capitão Rodrigo, personagem já citado anteriormente –, e são por eles considerados “criativos, inteligentes, responsáveis, lutadores, confiáveis, hospitaleiros, informados e cultos”; ao passo que a mulher é representada por atributos como “jovens, bonitas, esbeltas”. Com relação à história, o episódio tomado pela grande maioria dos entrevistados como referencial identitário é a Revolução Farroupilha e seu líder, Bento Gonçalves. Em termos socioeconômicos, os gaúchos se consideram como uma sociedade onde predomina a atividade rural (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2000).

A partir das considerações apresentadas neste capítulo, é possível afirmar que a figura mítica do gaúcho surge e se mantém em torno da vida campeira – seja em realidade e/ou em seu estereótipo. Trata-se de uma figura simbólica que congrega e diferencia um grupo social, fortalecendo suas lutas, mas que em contrapartida é capaz de anular outras formas de “ser gaúcho”, de ocultar a diversidade cultural existente no Estado. Segundo Ramil (2004)

O empenho de grupos tradicionalistas em legitimar esse personagem e seu mundo como nossa verdadeira identidade, e a vinculação histórica do gaúcho aos heróis da Guerra dos Farrapos contribuem de forma decisiva para que o estereótipo seja largamente assumido pelos rio-grandenses como imagem de representação. No estado e no país quase não se fala em rio-grandense, mas em gaúcho. À parte sua real significação, o gaúcho é um símbolo que, em especial nos momentos em que a auto-afirmação se faz necessária, está sempre à mão [...] (RAMIL, 2004, p.12).

CAPÍTULO 3

CONSOLIDAÇÃO: O TRADICIONALISMO ORGANIZADO

3.1 . Das primeiras iniciativas ao MTG

Como estratégia para legitimar o sistema de exploração fundiária vigente, a burguesia rural exaltava as virtudes comuns a todos os peões/soldados da estância, adotando como tipo representativo a figura do gaúcho pautada em valores como a raça, coragem, lealdade e audácia. Entretanto, em torno de 1870, a economia e a política sul-rio-grandense passaram por profundas transformações que conferiram à área da campanha gaúcha alta modernização, provocando também mudanças nos aspectos sócio-culturais.

Despejados de seu espaço ou simplesmente ameaçados pelo colapso de um capitalismo arcaico, os trabalhadores assumiram uma concepção idílica do passado. A exemplo dos rebeldes primitivos, de que nos fala E. J. Hobsbawm, cultivariam a nostalgia de um mundo tradicional, anterior à ruptura modernizadora. Mas, ao contrário dos “bandidos sociais”, não empunhavam armas para enfrentar a estrutura vigente. O clima saudosista sedimentara-se como uma tática dos dominadores: sua adoção pelos dominados pressupunha o expurgo de toda e qualquer violência. A restauração de um hipotético paraíso perdido se daria exclusivamente na esfera da linguagem oral e, depois, escrita. Criou-se, digamos assim, um saudosismo benigno, não-virulento. Nos decênios posteriores, a fantasia de

uma comunidade humana ideal, localizada no passado remoto, ganharia importância (GONZAGA,S., 1980,p. 119-120).

Neste contexto surgem as primeiras iniciativas de preservação das tradições no Rio Grande do Sul, datadas do século XIX, como se pode notar no quadro abaixo:

1868	SOCIEDADE PARTENON LITERÁRIO Principal mentor: Apolinário Porto Alegre Importância: primeiro esforço em agremiar os intelectuais da época, procurando, por meio de atividades literárias, a convivência social e a defesa de princípios político-sociais. Registrou as lendas gaúchas e abriu o ciclo da literatura regionalista.
1898	GRÊMIO GAÚCHO DE PORTO ALEGRE Mentor e fundador: João Cezimbra Jaques Importância: primeiro movimento organizado em defesa das tradições gaúchas. Promoveu desfiles, ciclos de palestras, ordenamento dos usos e costumes e redescoberta das danças gaúchas.
1899	UNIÃO GAÚCHA Mentor: João Simões de Lopes Neto Importância: intenção de levar o gauchismo às escolas, revitalizando os usos e costumes e praticando as danças.

QUADRO 1: Primeiras iniciativas tradicionalistas

Segundo Camargo (2006), foi a partir da fundação do Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, em 1898, que se intensificou o culto às tradições, surgindo diversas sociedades com finalidades comuns. O expressivo número de iniciativas afins à sua fez com que João Cezimbra Jaques, atualmente considerado patrono do tradicionalismo gaúcho, idealizasse a criação de uma federação que reunisse as entidades empenhadas na preservação das tradições regionais. Entretanto, essas associações perderam força diante da elite urbana que, até então, se mostrava preconceituosa em relação à figura do gaúcho cultuada pelo gauchismo.

Posteriormente, o gaúcho, fruto essencialmente da miscigenação de portugueses, espanhóis, alemães, italianos e africanos com os povos indígenas da terra, se deparou com a

dificuldade de manter suas raízes históricas, seus costumes nativos e sua maneira de ser frente às transformações ocorridas no século XX.

Processos como a globalização, o aprimoramento e difusão dos meios de comunicação e também dos meios de transporte, que promoveram a integração das regiões, o fluxo de mercadorias e de pessoas, inevitavelmente acabaram por modificar hábitos e afetar costumes e tradições. É no contexto caracterizado pela tendência de ‘homogeneização cultural’, isto é, pela entrada maciça de culturas externas impulsionadas pela economia estadunidense no pós-guerra, que se intensificam os movimentos de valorização da cultura local e regional.

O tradicionalismo atual não foi, de início, influenciado pelas iniciativas pioneiras já relatadas, pois os idealizadores do movimento as desconheciam (CAMARGO, 2006). Dessa forma, reforça-se a idéia da existência de uma aspiração da sociedade gaúcha, construída através da história, pela busca de sua identidade, por meio do culto às tradições.

Quando se pretende comparar o Rio Grande do Sul ao resto do País, apontando diferenças e construindo uma identidade social, é quase inevitável que esse processo lance mão do passado rural do estado e da figura do gaúcho, por serem estes os elementos emblemáticos que permitem ser utilizados como sinais distintivos (OLIVEN, 1995, p. 80).

Em meados da década de 1940 foi fundado o Departamento de Tradições Gaúchas junto ao Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos, em Porto Alegre - RS, liderado pelo então estudante e já tradicionalista João Carlos D’Ávila Paixão Côrtes. Os motivos que levaram esse pequeno grupo de estudantes de faixa etária em torno dos 19 anos a se empenhar na busca da “identidade da terra gaúcha”, revitalizando as tradições locais, eram evidentes:

Sob o prestígio da vitória alcançada na Segunda Guerra Mundial, a cultura norte-americana começara a entrar avassaladoramente em nosso País e nos cercava por todos, todos os lados. Na música, no disco, no cinema, nas história-em-quadrinhos, na moda, na gíria, em tudo, Nessa hora o Tio Sam (e à sombra dele outros tios) nos dizia que esquecêssemos tudo e saíssemos logo de nosso campinho arrendado, pois ele carecia muito de engordar boi no final da safra (LESSA, B., 1995, p. 75).

No ano de 1947, durante as comemorações relativas à Semana da Pátria, se programou a transladação dos restos mortais do general David Canabarro, considerado um dos homens

mais importantes da Revolução Farroupilha, de Santana do Livramento até a capital do estado, onde seriam entregues aos cuidados do Panteão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.

Foi nesse contexto que Paixão Côrtes propôs à Liga de Defesa Nacional, organizadora do evento, que “se fizesse uma guarda de honra, à pata de cavalo, por gaúchos que lembrassem os tempos em que os nossos estancieiros e suas peonadas enfrentaram durante dez anos todo um império” (CAMARGO, 2006, p. 162). A proposta foi aceita e cumprida por um grupo formado por oito cavaleiros trajados conforme a tradição campeira. Assim, a Semana da Pátria originou a Ronda Crioula, na qual a centelha do fogo simbólico foi levada ao colégio Júlio de Castilhos onde permaneceu do dia 7 ao dia 20 de setembro daquele ano em alusão à data de início da Revolução Farroupilha em 1835.

De acordo com Savaris (2008a), a retirada de uma centelha do “fogo simbólico da pátria” transformado em “chama crioula”, ocorrida pela primeira vez em 1947, se repete anualmente “reforçando a idéia de vinculação entre o a União e o Estado no imaginário da sociedade”. A Ronda terminou com um baile tipicamente regional, revitalizando os festejos e as práticas culturais de outrora, motivando as comemorações relativas à revolução e o surgimento da Semana Farroupilha.

Enquanto as ações do Departamento de Tradições Gaúchas se desenrolavam, outro estudante do “Julinho”, Luiz Carlos Barbosa Lessa, imbuído pelos mesmos anseios do grupo liderado por Paixão Côrtes, saía em busca de assinaturas com o desejo de formar um “clube tradicionalista”. Em seu caderno de “abaixo assinado”, Barbosa Lessa esclarecia suas intenções:

Aqui trazemos aos gaúchos que, embora residindo na Capital e tendo hábitos citadinos, guardam ainda nas veias o sangue forte da terra rio-grandense. É sobre a fundação de um clube tradicionalista. Terá como finalidade reunir no mesmo rodeio os guapos das muitas querências do Rio Grande, mas agora residindo em Porto Alegre (LESSA, apud SAVARIS, 2008a, p.184) .

Savaris (2008a) revela que, na ocasião dos festejos da Semana da Pátria de 1947, Barbosa Lessa tomou conhecimento de que havia outras pessoas que compartilhavam de seus ideais de preservação das tradições. Além do grupo liderado por Paixão Côrtes, Lessa conheceu também outro grupo de jovens com intenções similares às suas – eram ex-escoteiros

liderados por Hélio José Moro. Configuravam-se, então, três iniciativas independentes, de princípios ideológicos bastante semelhantes.

Daquele momento em diante, para que esses empreendimentos de interesses afins ganhassem força, houve aproximação entre os grupos, que passaram a se reunir semanalmente, formando o embrião do tradicionalismo gaúcho organizado, isto é, criando o primeiro Centro de Tradições Gaúchas.

Depois de seis meses de reuniões semanais, em 24 de abril de 1948 foi fundado o “35 CTG”, cujo nome foi escolhido em alusão à Revolução Farroupilha. Em suas diretrizes fica explicitada a finalidade de zelar pelas tradições do Rio Grande do Sul, divulgando sua história, lendas, canções, costumes; defender a elevação moral e cultural do estado; e suscitar a criação de núcleos regionalistas. É exposto também que o centro não realizará atividades políticas, partidárias ou religiosas.

A escolha da estrutura e da nomenclatura de identificação dos setores do “35” se pautou em denominações oriundas da área campeira do estado, dos latifúndios pecuaristas, justamente onde os grupos tradicionalistas buscam resgatar sua identidade. Essa escolha foi muito bem aceita pelas pessoas que, posteriormente, uniram-se ao movimento, perpetuando até os dias atuais em todos os CTGs do Brasil e do mundo. Nela, o presidente é “Patrão”, o vice-presidente é “Capataz”, o tesoureiro é “Agregado das Pilchas”, o secretário é “Sota-Capataz”, já os departamentos são denominados “Invernadas” e o traje é “pilcha”. Por fim, os membros masculinos são chamados de “peões” enquanto as mulheres são as “prendas”.

Os precursores do movimento tradicionalista não dispunham de conhecimento suficiente no que diz respeito às práticas tradicionais que desejavam valorizar, isto porque os dados e as informações eram escassos e pareciam ter se perdido ao longo do tempo. Diante desse impasse fez-se necessário então, em certa medida, “inventar tradições”.

Segundo Lessa (apud SAVARIS, 2008a), não se pode inventar ciência – como a História, a Antropologia e o Folclore – mas o tradicionalismo constitui-se em prática, em convivência, portanto, é permitido que seus adeptos encontrem formas de suprir as lacunas existentes.

Hobsbawm e Ranger (1997) alertam para o fato de que muitas vezes “tradições” consideradas antigas podem ser, na realidade, muito recentes ou até mesmo inventadas. Segundo o autor, “tradição inventada” se define como:

[...] um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam

inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, E. e RANGER, T., 1997, p. 9).

O autor acredita que a invenção de tradições seja uma prática que ocorre – ou que em algum momento já ocorreu – em todos os lugares, em todos os tempos; todavia essas práticas tornam-se mais freqüentes a medida que as mudanças da sociedade, que hoje acontecem com extrema rapidez, debilitam ou destroem padrões sociais, tornando as velhas tradições incompatíveis por não se mostrarem flexíveis.

Uma das formas que Hobsbawm e Ranger (1997) julgam mais interessante para se inventar tradições novas é a utilização de elementos antigos, pois, segundo eles, sempre é possível encontrar no passado das sociedades um amplo repertório de práticas e símbolos que servirão como matéria-prima para a invenção de tradições.

[As tradições inventadas] parecem classificar-se em três categorias superpostas: a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as contradições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento. Embora as tradições dos tipos “b” e “c” tenham sido certamente inventadas [...], pode-se partir do pressuposto de que a do tipo “a” é que prevaleceu, sendo as outras funções tomadas como implícitas ou derivadas de um sentido de identificação com um ‘comunidade’ e/ou as instituições que a representam, expressam ou simbolizam, tais como a ‘nação’ (HOBSBAWM, E. e RANGER, T., 1997, p. 17).

Partindo da análise destas três categorias apresentadas por estes autores, nas quais podem ser distinguidas as invenções de tradições, considera-se aqui que as tradições inventadas pelo MTG se classificam dentre aquelas cujo propósito primordial é a socialização e a proposição de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento. Neste sentido, cabe enfatizar que toda tradição inventada procura na história a legitimação das ações como fundamento que efetiva a coesão do grupo.

É preciso reconhecer o empenho dos tradicionalistas em buscar as origens das músicas, danças, poesias, indumentárias, enfim, da cultura do Rio Grande do Sul. Foram feitas excursões pelo interior do estado e países vizinhos para resgatar essas tradições, porém a escassez de informações, que nos aponta para o avançado estágio de desaparecimento das antigas práticas, fez com que fossem feitas criações.

Após dois anos de pesquisa e recriação artística, demos nosso trabalho preliminar por encerrado. Talareando as melodias, ou repassando-as para gaiteiros (já não havia mais violeiros de antanho), fomos reconstruindo passos com a ajuda de nossas prendas e peões (LESSA apud SAVARIS, 2008a, p. 187).

Ainda neste sentido, o Manual do Tradicionalista, escrito por Glaucus Saraiva (1961) esclarece o entendimento de tradição adotado pelo MTG:

Tradição não é, simplesmente, o passado.

O passado é um marco. A Tradição é a continuidade...

O passado é o acontecimento que fica. A Tradição é o fermento que prossegue.

O passado é a paisagem que passa. A Tradição é a correnteza que continua.

O passado é a mera estratificação dos fatos históricos já realizados. A Tradição é a dinamização das condições propulsoras de novos fatos.

O passado é estéril, intransmissível. A Tradição é essencialmente fecundadora e energética.

O passado é a flor e o fruto que findaram. A Tradição é a semente que perpetua.

O passado é o começo, as raízes. A Tradição é a seiva circulante, o prosseguimento.

O passado explica o ponto de partida de uma comunidade histórica. A Tradição condiciona o seu ponto de chegada.

O passado é a fotografia dos acontecimentos. A Tradição é a cinematografia dos mesmos.

Enfim: Tradição é tudo aquilo do passado não morreu! (SARAIVA, G., 1961 apud MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2006, p. 69)

O movimento tradicionalista se inicia, em 1947, visando preservar tradições e combater fatores de desintegração social, mas é em 1966 que ele surge oficialmente como “Movimento Tradicionalista Gaúcho” e cria seu estatuto. Segundo Barbosa Lessa, em “O Sentido e o Valor do Tradicionalismo” (1954), para analisar estes fatores de desintegração das sociedades é preciso definir os conceitos de *núcleo cultural* e *grupo local*. O primeiro concentra hábitos, valores e princípios morais; ao passo que o segundo constitui-se, ao lado da família, no mais importante transmissor de cultura, através do qual os indivíduos recebem sua herança social.

A hipótese defendida por LESSA (1954) é a de que as sociedades poderão evitar a dissolução enquanto forem capazes de manter a integridade de seu núcleo cultural e grupo local. Assim, a fim de gerar grupos locais em novos contextos, sobretudo urbanos, onde as pessoas pudessem transmitir seus saberes através de músicas, poesia, danças típicas, além do estudo aprofundado de sua história, foram criados os Centros de Tradições Gaúchas, considerados estâncias simbólicas.

Os CTGs visam recompor os “grupos locais” que, por seu turno, são responsáveis por manter as características e os valores no “núcleo cultural”, garantindo a identidade de uma sociedade (SAVARIS, 2008a). Ainda neste sentido, o tradicionalismo dispensa atenção especial também às novas gerações e ao homem do campo, numa tentativa de promover a perpetuação do movimento e assegurar o desenvolvimento das atividades rurais e a valorização de seus trabalhadores.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho é definido como:

[...] um organismo social, perfeitamente definido e estatuído, de natureza cívica, ideológica doutrinária, com características próprias e singulares que o colocam em plano especialíssimo no panorama da vida sul-rio-grandense, brasileira e americana.

Cumprindo ciclos sociais, culturais, literários e artísticos de natureza nativista, procurando influir em todas as formas de manifestação da vida e do pensamento sul-rio-grandenses, o Tradicionalismo gira em uma órbita que tem como centro os problemas rurais da nossa terra, o homem brasileiro em geral e o sul-rio-grandense em particular, sua maior expressão, e onde estão fixadas as suas raízes mais profundas (FAGUNDES, A. A., 2009, p. 13).

Como movimento organizado, o MTG procurou, desde cedo, assegurar sua unidade por meio da elaboração de uma “Carta de Princípios” que fixa vinte e nove objetivos. Elaborada por Glaucus Saraiva, um dos fundadores do “35 CTG”, foi aprovada no VIII Congresso Tradicionalista (1961) e permanece em vigor, sendo considerada documento máximo que norteia as atividades do movimento e baliza as ações dos tradicionalistas:

CARTA DE PRINCÍPIOS DO MTG

I - Auxiliar o Estado na solução dos seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo.

II - Cultuar e difundir nossa História, nossa formação social, nosso folclore, enfim, nossa Tradição, como substância basilar da nacionalidade.

III - Promover, no meio do nosso povo, uma retomada de consciência dos valores morais do gaúcho.

IV - Facilitar e cooperar com a evolução e o progresso, buscando a harmonia social, criando a consciência do valor coletivo, combatendo o enfraquecimento da cultura comum e a desagregação que daí resulta.

V - Criar barreiras aos fatores e idéias que nos vem pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagônicos aos costumes e pendores naturais do nosso povo.

VI - Preservar o nosso patrimônio sociológico representado, principalmente, pelo linguajar, vestimenta, arte culinária, forma de lides e artes populares.

VII - Fazer de cada CTG um núcleo transmissor da herança social e através da prática e divulgação dos hábitos locais, noção de valores, princípios morais, reações emocionais, etc.; criar em nossos grupos sociais uma unidade psicológica, com modos de agir e pensar coletivamente, valorizando e ajustando o homem ao meio, para a reação em conjunto frente aos problemas comuns.

VIII - Estimular e incentivar o processo aculturativo do elemento imigrante e seus descendentes.

IX - Lutar pelos direitos humanos de Liberdade, Igualdade e Humanidade.

X - Respeitar e fazer respeitar seus postulados iniciais, que têm como característica essencial a absoluta independência de sectarismos político, religioso e racial.

XI - Acatar e respeitar as leis e poderes públicos legalmente constituídos, enquanto se mantiverem dentro dos princípios do regime democrático vigente.

XII - Evitar todas as formas de vaidade e personalismo que buscam no Movimento Tradicionalista veículo para projeção em proveito próprio.

XIII - Evitar toda e qualquer manifestação individual ou coletiva, movida por interesses subterrâneos de natureza política, religiosa ou financeira.

XIV - Evitar atitudes pessoais ou coletivas que deslustrem e venham em detrimento dos princípios da formação moral do gaúcho.

XV - Evitar que núcleos tradicionalistas adotem nomes de pessoas vivas.

XVI - Repudiar todas as manifestações e formas negativas de exploração direta ou indireta do Movimento Tradicionalista.

XVII - Prestigiar e estimular quaisquer iniciativas que, sincera e honestamente, queiram perseguir objetivos correlatos com os do tradicionalismo.

XVIII - Incentivar, em todas as formas de divulgação e propaganda, o uso sadio dos autênticos motivos regionais.

XIX - Influir na literatura, artes clássicas e populares e outras formas de expressão espiritual de nossa gente, no sentido de que se voltem para os temas nativistas.

XX - Zelar pela pureza e fidelidade dos nossos costumes autênticos, combatendo todas as manifestações individuais ou coletivas, que artificializem ou descaracterizem as nossas coisas tradicionais.

XXI - Estimular e amparar as células que fazem parte de seu organismo social.

XXII - Procurar penetrar e atuar nas instituições públicas e privadas, principalmente nos colégios e no seio do povo, buscando conquistar para o Movimento Tradicionalista Gaúcho a boa vontade e a participação dos representantes de todas as classes e profissões dignas.

XXIII - Comemorar e respeitar as datas, efemérides e vultos nacionais e, particularmente o dia 20 de setembro, como data máxima do Rio Grande do Sul.

XXIV - Lutar para que seja instituído, oficialmente, o Dia do Gaúcho, em paridade de condições com o Dia do Colono e outros "Dias" respeitados publicamente.

XXV - Pugar pela independência psicológica e ideológica do nosso povo.

XXVI - Revalidar e reafirmar os valores fundamentais da nossa formação, apontando às novas gerações rumos definidos de cultura, civismo e nacionalidade.

XXVII - Procurar o despertar da consciência para o espírito cívico de unidade e amor à Pátria.

XXVIII - Pugar pela fraternidade e maior aproximação dos povos americanos.

XXIX - Buscar, finalmente, a conquista de um estágio de força social que lhe dê ressonância nos Poderes Públicos e nas Classes Rio-grandenses para atuar real, poderosa e eficientemente, no levantamento dos padrões de moral e de vida do nosso Estado, rumando, fortalecido, para o campo e homem rural, suas raízes primordiais, cumprindo, assim, sua alta destinação histórica em nossa Pátria.

(CARTA DE PRINCÍPIOS, 1961)

Convém aqui fazer um breve esclarecimento sobre o objetivo que gera maior descontentamento entre os críticos do tradicionalismo organizado. Trata-se do item VIII que defende o estímulo ao processo aculturativo dos imigrantes e seus descendentes e que está seguido pelo item IX que, contraditoriamente, luta pelos direitos humanos de liberdade, igualdade e humanidade.

A tese intitulada “A função aculturadora dos CTGs” foi apresentada por Carlos Galvão Krebs no 2º Congresso Tradicionalista (1955). Neste texto, Krebs afirma que o objetivo do MTG é reforçar o núcleo da cultura regional e esclarece outra finalidade:

Há uma outra finalidade, ainda não bem entrevista, e que consiste em desempenhar um papel de foco aculturador, isto é, de atrair para o seu reduto os elementos de origem estrangeira, de transmitir-lhes os fundamentos de nossa cultura regional e de auxiliar eficientemente a transformação desses alienígenas em autênticos gaúchos, tomado o adjetivo em sua acepção gentílica. Que os centros de tradições devem ajudar os descendentes de imigrantes a encontrar meios de substituir seus padrões de cultura original pelos padrões da nossa cultura. Fazer deles homens que saibam o que sabemos, que sintam o que sentimos, que queiram o que queremos. Para o autor, o importante numa sociedade não é a língua única, nem a religião única, nem a origem única. O importante é o que se tem no coração, na inteligência dos fatos e na vontade comum (KREBS, 1955 apud MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2006, p. 48).

O caráter acolhedor do MTG pode ser verificado na participação de pessoas vindas de outros estados e outros países nos CTGs e na adesão dos mesmos ao movimento. O migrante que muitas vezes se sente desterritorializado, não pertencendo a nenhuma pátria, a nenhum lugar, encontra no MTG uma forma de se integrar à nova realidade.

O simbólico galpão do CTG está sempre aberto aos forasteiros. E tanto é verdade que - trinta anos depois, quando os “magrinho” de estilo hippie

eram olhados de soslaio em toda parte – foi nos acampamentos tradicionalistas que eles encontraram uma cuia de chimarrão e uma gaita-ponto dando-lhes boas-vindas, igualzinho ao tempo dos gaudérios (LESSA, 1985 apud SAVARIS, 2008a, p. 185).

Entretanto, as afirmações presentes na tese de Krebs (1955 apud MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2006) se mostram radicais e inconseqüentes, não respeitando os preceitos de liberdade, igualdade e humanidade também presentes da Carta de Princípios. É preciso, sem dúvida, considerar o contexto em que a tese foi elaborada e a ânsia por consolidar por todo o Rio Grande do Sul a identidade cultural gaúcha através das práticas associadas ao MTG. Porém, com o desenvolvimento das ciências humanas e das políticas culturais, o entendimento sobre questões multiculturais se amplia e a diversidade cultural se consagra como um bem que deve ser primado em todas as esferas.

Além disso, naquela época provavelmente não se imaginava a abrangência que o MTG alcançaria, existindo atualmente CTGs no exterior. Nesta situação é o gaúcho que se constitui em elemento migrante, que mantém suas tradições, buscando evitar ou limitar seu processo de aculturação.

A definição proposta pelo Memorando para o Estudo da Aculturação, elaborada em 1936, esclarece a aculturação como “o conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto de grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças dos modelos (*patterns*) culturais iniciais de um ou dos dois grupos” (CHUCHE, 2002, p. 115)

O autor completa a informação, afirmando que a transformação da cultura inicial se dá por meio da seleção de elementos culturais oriundos de outra cultura, segundo os anseios da cultura que a recebe. Não se trata, portanto, de desaparecimento de uma cultura, mas de agregação de referenciais conforme a lógica interna permite.

Herskovtis (1948 apud CUCHE, 2002, p.117) supera as análises até então desenvolvidas e propõe o conceito de “reinterpretação” para designar processos nos quais valores mudam a significação cultural de formas antigas, e/ou antigas significações são atribuídas a elementos novos. Diante deste pensamento, se evidencia a natureza dinâmica dos processos culturais.

Stuart-Hall (1993), por sua vez, é mais categórico:

Já que a diversidade cultural é, cada vez mais, o destino do mundo moderno, e o absolutismo étnico, uma característica regressiva da

modernidade tardia, o maior perigo agora se origina das formas de identidade nacional e cultural – novas e antigas – que tentam assegurar a sua identidade adotando versões fechadas da cultura e da comunidade e recusando o engajamento nos difíceis problemas que surgem quando se tenta viver com o diferente (HALL, 1993 apud BAUMAN, 2005, p. 105).

Além da Carta de Princípios, que é cláusula pétrea do Estatuto do MTG, há também um “Código de Ética Tradicionalista”, que se configura como um código de postura para ordenar a vida urbana, segundo os ideais tradicionalistas. Nele estão explicitados os direitos e os deveres dos tradicionalistas, tais como “participar das atividades promovidas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho”; “votar e ser votado, nos termos do Estatuto e Regulamento do Movimento Tradicionalista Gaúcho”; “preservar, em sua conduta social, a honra, a nobreza, a dignidade, a retidão de caráter, próprias aos cidadãos conscientes das suas obrigações”; “zelar e velar pela reputação pessoal e da sua condição de tradicionalista”; “primar pelo decoro, lealdade e boa-fé, quer no meio tradicionalista, quer no âmbito da sociedade”; “não se valer da causa tradicionalista para promoção pessoal, em detrimento dos princípios”, dentre outros.

Para alcançar os objetivos estabelecidos em sua principal diretriz filosófica, o Movimento Tradicionalista recorre a ciências como a Geografia, a História, a Antropologia e a Sociologia, estimulando os estudos por parte de seus membros em busca de conhecimento mais apurado sobre suas tradições. Por não ser apenas intelectual, mas nitidamente popular, utiliza-se também de meios como a música, a dança, a literatura, o teatro etc.

Ainda de acordo com esses propósitos, convém enfatizar que desde 1954 vem sendo realizado anualmente o Congresso Tradicionalista Gaúcho, considerado o maior fórum de debates e decisões do MTG. O 56º Congresso Tradicionalista Gaúcho, realizado no ano de 2009, reuniu em torno de 1200 pessoas, entre peões, delegados de entidades, conselheiros, coordenadores de regiões tradicionalistas, etc. A Convenção Tradicionalista, por sua vez, reúne as principais lideranças e os jovens ligados às atividades culturais realizadas pelo movimento, decidindo normas internas e externas sobre as quais se pautarão os eventos. Em 2009 foi realizada sua 74ª edição.

No ano de 1990 foi criada a Fundação Cultural Gaúcha (FCG - MTG) com o propósito de atender as demandas econômicas e financeiras do movimento, podendo atuar também em diversos setores do tradicionalismo organizado. No entanto, foi em 1999 que as ações da Fundação conferiram maior visibilidade ao movimento, por meio da realização de cursos de

aprimoramento e seminários de formação, administração de eventos do MTG, estabelecimento de parcerias com empresas privadas, especialmente com aquelas ligadas aos veículos de comunicação, que permitiram a publicação de livros, CDs, DVDs e programas voltados à tradição gaúcha, à história do Rio Grande do Sul.

Além disso, em 2000 criou-se um selo de qualidade e autenticidade, o “ISO - Tchê”, que busca certificar pessoas, projetos, obras e entidades que atendam os princípios do movimento. Foi criado no ano seguinte o Informativo Oficial do MTG, intitulado “Ecos da Tradição”, que vem sendo publicado sem interrupções desde esta data. Por fim, no ano de 2005, houve o lançamento da própria marca de erva-mate, a “Marca Grande – MTG”.

Assim, a revalorização da cultura gaúcha por meio do MTG e da disseminação dos CTGs constitui-se em “mercado de bens materiais e simbólicos de dimensões muito significativas que movimenta grande número de pessoas e recursos e que, pelo visto está em expansão” (OLIVEN, 2006, p.152).

No final dos anos 70 tornou-se lugar-comum afirmar que as tradições gaúchas estavam morrendo. A profecia não se concretizou e toda a década de 80 foi na verdade fortemente marcada pelo renascimento do gauchismo. Este é o responsável pela existência de aproximadamente mil centros de tradições gaúchas, mais de quarenta festivais de música nativista, e de vários rodeios. O crescente interesse pelas coisas gaúchas também ajuda a explicar o consumo de produtos culturais voltados a temáticas do Rio Grande do Sul: programas de televisão e rádio (há inclusive uma emissora FM na região metropolitana de Porto Alegre que toca exclusivamente música nativista, definindo-se como “uma rádio de bombachas”), colunas jornalísticas, revistas e jornais especializados, editoras, livros, livrarias e feiras de livros regionais, publicidade que faz referência direta ao valores gaúchos, bailões, conjuntos musicais, cantores e discos, restaurantes típicos com shows de música e danças gaúchas, lojas de roupas gauchescas, etc. (OLIVEN, 1995, p. 77).

3.2 . Os símbolos do Rio Grande do Sul

Considerados como materializações da identidade, os símbolos representam idéias e valores, fortalecendo os sentimentos relacionados à noção de pertencimento a determinado grupo e/ou território.

A iconografia, oferecendo às comunidades políticas os símbolos e mitos unificadores que servem de fator de resistência à mudança ou de base de estabilidade, favorece a ancoragem espacial e temporal e uma identidade territorial e a difusão da mensagem identitária dentro e fora do território (BOSSÉ, 2004, p.168).

Os símbolos oficiais do Rio Grande do Sul definidos por legislação específica são: a Bandeira, o Brasão de Armas, o Hino, a Erva-mate, o Quero-quero, Brinco-de-princesa, o Cavalo Crioulo, a planta Macela, o Chimarrão e o Churrasco.

3.2.1 . Bandeira, Brasão de Armas e Hino (Lei 5.213/66)

Segundo Berg (2009), a bandeira e o brasão configuram-se como ícones visuais, elementos de demarcação territorial de uma determinada sociedade. O hino, por sua vez, é um ícone musical, é uma canção simbólica que desperta o sentimento identitário, a noção de pertencimento de um grupo a determinado território.

A bandeira do Rio Grande do Sul passou por alterações desde sua criação como símbolo da República Rio-Grandense até sua forma atual. A bandeira original era quadrada e não apresentava o brasão de armas; quando da inserção deste, o formato passou a ser retangular.

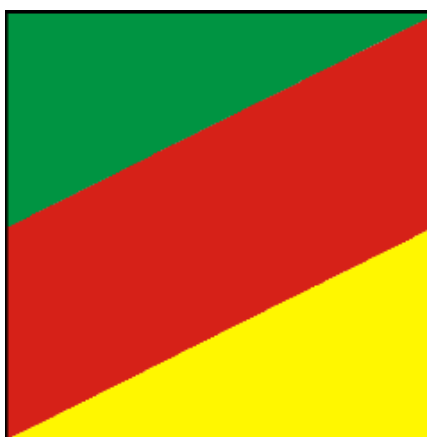


Figura 7: Bandeira primitiva – República Rio-Grandense
(Fonte: SAVARIS, M. C., 2008b)

Segundo Savaris (2008b), apesar de serem desconhecidos os reais motivos que levaram José Mariano de Mattos e Bernardo Pires, autores da bandeira, a adotar as cores que

ela ostenta, acredita-se que o verde e o amarelo são herança da bandeira do Brasil, enquanto a cor vermelha, que atravessa o retângulo em uma faixa diagonal, remete à Revolução Farroupilha – ao embate entre a República Rio-Grandense e a República do Brasil.

Ao estudar o Brasão de Armas da República Rio-Grandense, posteriormente adotado como símbolo oficial pelo Estado, é possível verificar a influência maçônica em sua simbologia, visto que os maçons participaram ativamente do movimento republicano federalista no decênio farroupilha.

O Brasão que é ostentado hoje na bandeira do Rio Grande do Sul é baseado, de acordo com Savaris (2008b) em brasões construído pelos maçons Mariano de Mattos e Bernardo Pires, e nas alegorias dos padres – e também maçons – Chagas e Hidelbrando.



Figura 8: Brasão de Armas do Estado do Rio Grande do Sul
(Fonte: SAVARIS, M. C., 2008b)

O brasão é composto por diversos elementos, tais como: escudo oval, quadrilátero, sabre, barrete frígio, ramos, losango, triângulo equilátero – em posição normal e invertida, triângulo isóceles, estrela de cinco pontas, colunas jônicas, bala de canhão antigo, campo ondulado de verde em ponta, bordadura azul com inscrição “República Rio-Grandense” e “20 de setembro de 1835”, bandeiras tricolores, lança de cavalaria, quatro fuzis, tubos de canhões e, finalmente, a legenda “Liberdade Igualdade Humanidade”, cujas simbologias podem ser melhor compreendidas em estudos especificamente heráldicos.

A inserção do brasão de armas na bandeira do Rio Grande do Sul só se consagrou oficialmente com a Lei Estadual 5.213/66, pois até então, apenas a bandeira – sem especificações sobre os elementos que ostentava – e o hino eram considerados símbolos oficiais.



Figura 9: Bandeira atual do Estado do Rio Grande do Sul
(Fonte: SAVARIS, M. C., 2008b)

O Rio Grande do Sul conta com três registros diferentes de seu Hino, desde o período da Revolução Farroupilha até a quarta versão, a letra atual oficializada por lei em 1966.

A primeira versão, escrita em 1838 pelo capitão farroupilha, Serafim José de Alencastro, foi substituída por uma nova versão de autor anônimo, mas que ganhou caráter oficial por ter sido publicada no jornal “O Povo”, em 1839. A terceira versão foi publicada no ano de 1887, de autoria de Jose Gabriel Teixeira e música de J. J. Mendanha.

O hino da República Rio-Grandense passou a ser, depois da proclamação da República do Brasil, em 1889, o hino do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, suprimiu-se a estrofe: “Entre nós reviva Atenas / Para assombro dos tiranos / Sejamos gregos na glória / E na virtude romanos”, pois consideravam que o hino devia cantar as glórias e o orgulho de seu povo, não de outros.

HINO RIOGRANDENSE

Letra de: Francisco Pinto da Fontoura

Música de: Joaquim José Mendanha

Como a aurora precursora
Do farol da divindade,
Foi o vinte de setembro
O precursor da liberdade.

Estrilho:
Mostremos valor, constância
Nesta ímpia e injusta guerra,
Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda terra.

Mas não basta pra ser livre
Ser forte, aguerrido e bravo;
Povo que não tem virtude,
Acaba por ser escravo.

Mostremos valor, constância
Nesta ímpia e injusta guerra,
Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda terra.

(Fonte: SAVARIS, M. C., 2008b)

3.2.2 . Erva-mate (Lei 7.439/80)

A erva-mate é, dentre os símbolos gaúchos, o mais tradicional. Trata-se de uma planta nativa encontrada com maior abundância nas áreas banhadas pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Os pássaros eram responsáveis pela propagação das sementes, especialmente para as regiões das Missões, no Rio Grande do Sul, e para a Argentina. Entretanto, os jesuítas desenvolveram técnicas de cultivo devido ao potencial de comercialização da erva.

Os índios guaranis, antes da chegada do branco europeu, já conheciam empiricamente as propriedades terapêuticas da erva-mate que *“mantinha o guerreiro ativo e nutrido, durante suas lides cotidianas, quer na caça, em busca de alimentação para sua tribo ou nas batalhas e guerras, em defesa de seu povo e seus domínios”* (SAVARIS, M.C. , 2008b, p.63).

Sabe-se hoje que a erva é um poderoso estimulante do sistema nervoso e facilitador da diurese, além de atuar na fixação de fósforo no organismo, aumentando a disposição física.

3.2.3 . Quero-quero (Lei 7.418/80)

Esta ave, símbolo ecológico do Estado, é conhecida como sentinela do Rio Grande do Sul. Segundo a lenda, durante as caminhadas noturnas dos índios guaranis, o quero-quero era o protetor dos bandos, pois este emitia seu som estridente característico sempre que algum intruso invadisse seus domínios.

É um pássaro comumente visto no Sul do país e hoje seu canto é considerado como um sinal de boas-vindas a quem chega às terras gaúchas.

3.2.4 . Brinco-de-princesa (Decreto 38.400/98)

Diferente dos outros símbolos, esta flor, amplamente utilizada em projetos paisagísticos, não apresenta origem lendária ou fundamentada na história do Estado. Sua escolha como símbolo ecológico se deu por sua beleza, fácil cultivo, bem como por suas propriedades medicinais diuréticas.

3.2.5 . Cavalo Crioulo (Lei 11.826/02)

O “pequeno grande cavalo das Américas” descende de cavalos Lusitanos e Andaluzes trazidos à America no século XVI pelos colonizadores europeus (SAVARIS, M.C., 2008b). Sua criação do Rio Grande do Sul teve início em 1634, nas reduções guaraníticas. Esses animais passaram a ser domados pelos índios, que desenvolveram habilidosas técnicas de equitação.

A presença do cavalo na cultura dos “centauros dos pampas” é uma constante. A relação de companheirismo, afeto e fidelidade que se estabelece com o *Pingo* em torno das práticas campeiras e ao longo de duradouras batalhadas fez que com este se tornasse símbolo do estado.

3.2.6 . Macela (Lei 11.858/02)

A Macela é uma planta que há muito vem sendo estudada por suas propriedades medicinais e é amplamente utilizada na medicina popular.

Sua maior ocorrência é no sul do estado e sua colheita é envolta por uma aura mística e religiosa. A colheita deve seguir a tradição, ocorrendo antes do nascer do sol na Sexta-feira

Santa, para que a ação terapêutica seja potencializada, garantindo mais eficiência ao chá feito a partir da infusão das flores da macela.

3.2.7 . Chimarrão (Lei 11.929/03)

O chimarrão é uma bebida de sabor forte e amargo, feita a partir da erva-mate. Preparado na cuia, o chimarrão é feito de erva-mate e água quente – que é preenchida sempre que acaba. Geralmente esta bebida é tomada sem nenhum ingrediente que suavize seu sabor.

Amplamente difundido como uma das principais tradições gaúchas, o chimarrão está presente no cotidiano desta população, que muitas vezes a levam a tiracolo, tomando-a em parques, shoppings, supermercados, dentro dos carros, no trabalho...

Além disso, mais do que discorrer sobre suas benesses para a saúde, como estimulante do coração e sistema nervoso, faz-se necessário entender a simbologia presente do ritual do mate, na roda de chimarrão.

La rueda Del mate, esa costumbre cotidiana, humilde, sencilla, lenta, es siempre um momento mágico, um momento de tranquilo recogimiento com amigos o em familia. En el mate no hay urgencias ni soledades. La rueda presupone um ambiente de cerimonia y como toda cerimonia tiene ritos que deben cumplirse siempre de La misma manera. En el campo, alrededor Del fogón, se reúnen los paisanos a tomar mate después de um largo día de trabajo. El cansancio lleva al silencio y silenciosamente el mate pasa de mano em mano hasta que de pronto La conversación se suelta. Es el momento de La confraternización y de la comunicación, lãs confidencias se abren paso. El mate los há igualado a todos (LE COMTE, M. G. H., 2005, p.7)

3.2.8 . Churrasco (Lei 11.929/03)

Ainda que existam outros pratos típicos no Rio Grande do Sul, o churrasco é, certamente, o mais emblemático. Mais do que carne assada sobre brasas, o churrasco remete à figura do gaúcho e aos processos identitários ocorridos no sul do país, possuindo, assim, alto valor simbólico.

Assim como o chimarrão e seu “*matear*”, o simbolismo do churrasco se manifesta no “*churrasquear*”, onde há uma organização grupal em que se cria um ambiente de convivência

entre afins, que, por sua vez, remonta ao passado campeiro que alicerça a identidade gaúcha. Trata-se de uma prática que realimenta – em sentido literal e metafórico – a tradição sul-riograndense.

3.2.9 . MTG: brasão de armas, bandeira e hino

Além desses símbolos oficiais do estado, existem também os símbolos do MTG: o brasão de armas, a bandeira e o hino.

O Brasão de Armas do tradicionalismo foi aprovado no 12º Congresso Tradicionalista, no ano de 1966. Com o passar dos anos ele sofreu algumas modificações e em 1999 definiu-se o desenho que permanece até hoje:



1966



1999

Figura 10: Brasões do MTG
(Fonte: MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2006)

Os símbolos presentes no Brasão aludem aos preceitos fundamentais do MTG. Assim, o tronco representa o passado, o broto representa o presente, e as sete folhas do broto representam o tradicionalismo como organismo social de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica; o mate simboliza a hospitalidade, considerada uma virtude inerente ao gaúcho; o cavalo, por sua vez, representa a liberdade e é traço de união entre os povos (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2006).

A Bandeira oficial do MTG é constituída por um retângulo branco, tendo em sua parte central o Brasão de Armas do Tradicionalismo. A cor branca representa a coerência, a compostura, a harmonia, a paz, a moderação, a prudência, a quietude, a serenidade, a transigência e a tolerância.



Figura 11: Bandeira do MTG
(Fonte: MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2006)

Com relação ao Hino tradicionalista, cabe afirmar que a partir de sua análise, é possível perceber a preocupação com a transmissão dos saberes de geração em geração e a defesa do convívio harmônico entre essas diferentes gerações. A figura emblemática do gaúcho durante o ritual do mate é apresentada como modelo de cordialidade e respeito que devem ser seguidos. Além disso, a citação que Barbosa Lessa faz da lenda da “Salamanca do Jarau” e do “velho Blau” remete aos “Contos Gauchescos” de João Simões de Lopes Neto (2008), numa tentativa de suscitar indagações e, assim, incentivar o estudo das lendas do sul do país.

HINO TRADICIONALISTA

Letra e música: Barbosa Lessa

I

Eu agradeço a Salamanca do Jarau
 Por me ensinar o que aprendeu com "velho" Blau:
 Com alma forte e sereno coração
 Achei meu rumo pra sair da escuridão.
 Vi uma luz no ritual do Chimarrão,
 E descobri que é a Cordialidade
 Que nos conduz á real felicidade.

II

Avante, cavaleiro mirim!
 Em frente, veterano peão!
 Lado a lado, prenda e prendinha,
 Todos juntos dando a mão.
 Avante, seguindo os avós!
 Em frente, trazendo os piás!
 Coisa linda é se ver gerações
 Convivendo em santa paz.
 E dá uma gana de sair dançando,
 ou gritando com força juvenil:
 "Viva a Tradição Gaúcha dos campeiros do Brasil!"

(Fonte: MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2006)

3.3 . A Semana Farroupilha

As festas populares são rituais nos quais determinados aspectos dos modos de vida, da história e da realidade atual de um grupo social são enaltecidos. Essas festas configuram-se como “momentos extraordinários marcados pela alegria e por valores que são considerados altamente positivos” (DAMATTA, 1983, p.40).

A Semana Farroupilha, considerada pelos próprios gaúchos como a maior festa popular sul-rio-grandense, foi criada com o objetivo de divulgar os símbolos do Rio Grande do Sul, estimular as pessoas a entoarem o hino, promover ações que incentivem a busca pelo conhecimento da história do Estado, fortalecer os traços identitários, dentre outros.

Trata-se de uma festividade regulada pela Lei Estadual nº 8.715, de 1988, que deu nova redação à Lei nº 4.850, de 1964, e foi regulamentada pelo Decreto nº 33.224, de 1989, tornando oficial este evento que envolve milhares de participantes e celebra as tradições gaúchas do dia 14 ao dia 20 de setembro com um tema específico a cada ano, culminando em um grande desfile. Em 2009 o tema escolhido foi “Os Farroupilhas e suas Façanhas”.

Durante esse período há festejos por todo o estado e em diversos lugares da capital, mas é na área central de Porto Alegre – RS, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (o Parque Harmonia), que as comemorações são mais evidentes: centenas de grupos montam acampamento no local, com seus galpões de costaneira, e lá procuram (re)viver as tradições campeiras do povo gaúcho – preparo de churrasco, carreteiro, roda de chimarrão, música e danças tradicionais, etc.



Fotografia 1: Galpão do Piquete “Campeiros de Morungava”
(Autora: Carol Rios)



Fotografia 2: Interior do Galpão central do MTG
(Autora: Carol Rios)



Fotografia 3: Piquete “Laços de Sangue”
(Autora: Carol Rios)



Fotografia 4: Interior do piquete “Laços de Sangue”
(Autora: Carol Rios)

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e da Comissão Organizadora dos Eventos Farroupilhas, cerca de 800 mil pessoas – entre acampados, turistas, imprensa e outros participantes – passaram pelo Acampamento durante os festejos de setembro e havia em torno de 363 entidades acampadas.



Fotografia 5: Visão panorâmica do Acampamento Farroupilha – 2009.
(Fonte: Site do Clic RBS - <http://www.clicrbs.com.br>)

Para que seja possível montar acampamento no Parque Harmonia, durante a Semana, é preciso se credenciar junto ao MTG e ao IGTF e, para isso, há regras como a de se estabelecer um Projeto Cultural para a Comissão dos Festejos Farroupilhas – encerrados os festejos farroupilhas, há a premiação dos melhores projetos. A intenção, com isso, é promover ampla divulgação das tradições, envolvendo a população como um todo. Assim, são convidados a participar do evento diversos grupos escolares e as mais variadas associações (grupos de terceira idade, de teatro, de bancários etc.).



Fotografia 6: Professoras e alunos em visita ao Acampamento Farroupilha
(Autora: Carol Rios)

Além disso, o acampamento é aberto à livre circulação de pessoas e conta com numerosas atrações culturais – shows musicais, competições campeiras, bailes, apresentações de dança, leitura de contos, dentre tantas outras, atraindo um público ainda maior e mais diverso.

Dentre as tantas personagens com as quais foi possível estabelecer, em campo, um diálogo baseado em experiências únicas de interlocução e intersubjetividades, é preciso limitar – dada a estrutura do trabalho – e escolher aquelas que contribuíram de forma a demonstrar de maneira mais clara o perfil, o panorama da identidade gaúcha durante o Acampamento Farroupilha.

Maria Salete, de 49 anos, é gaúcha de São Leopoldo e mora em Porto Alegre desde os 13 anos. Está à frente do piquete da família. Ela explica que o Piquete, para o MTG, tem a finalidade de preservar e divulgar as tradições especificamente relacionadas às práticas campeiras; enquanto os Centros de Tradições atuam de maneira mais abrangente, contemplando também atividades como danças, músicas, poesia etc. Entretanto, atualmente essa diferenciação quase não existe na prática, sendo, muitas vezes, apenas questão de denominação.

No piquete de sua família, denominado “Terra Gaúcha”, o projeto cultural baseava-se em aulas de história do Rio Grande do Sul, considerando o tema anual da Semana, levando ao acampamento e ao piquete, escolas que trabalham com crianças especiais.



Fotografia 7: Trabalhos dos alunos da “Escola Especial Renascença” expostos no interior do Piquete “Terra Gaúcha”
(Autora: Carol Rios)

Segundo Salete, antigamente cada grupo montava seu acampamento por si, com barracas de lona; agora cada qual constrói seu próprio galpão, mas a prefeitura dá suporte, fornecendo água e energia elétrica.

Maria tira férias nesta época do ano para poder passar os dias (e noites) no galpão montado no Parque. Para ela, o espaço do piquete, estendido ao acampamento, é como um “pedacinho do pampa”.

Para Brigida, de 59 anos, vinda de Cachoeira do Sul-RS, o tradicionalismo une as pessoas: *“Aqui no acampamento farroupilha, as pessoas se ajudam como se vivessem na área rural, por isso me sinto em casa.”*

Artesã de artigos de couro cru, Brigida explica que sua família está envolvida em todas as etapas do processo produtivo dos artigos que expõe e vende na “feirinha” do acampamento. Ela defende o trabalho em família como importante na manutenção dos valores e transmissão dos conhecimentos.

Quando questionada a respeito do papel da mulher no MTG, ela defende que a mulher tem papel fundamental e que deve poder escolher a maneira com que deseja participar. *“Acho interessante ver as mulheres de bombacha. A mulher gaúcha é forte, guerreira!”*



Fotografia 8: Estande da feira de artesanato no centro do Parque Harmonia
(Autora: Carol Rios)

No Piquete “Desgarrados do Paternon”, Roseli, de 41 anos, revela que mantém o galpão naquele mesmo local há 13 anos para não fugir da tradição e para mostrar aos filhos, que freqüentam o acampamento desde muito pequenos, o valor dos costumes campeiros.

Reforçando o que foi dito pelas outras mulheres informantes, Roseli fala sobre a amizade que é construída ao longo do evento e ao longo dos anos com os piquetes vizinhos, numa relação onde todos procuram se ajudar e os laços de afetividade se estreitam.

No piquete de sua família há muitos troféus de competições campeiras, além do forno à lenha, da bandeira do Rio Grande, do pelego, etc.



Fotografia 9: Interior do Piquete “Desgarrados do Paternon”
(Autora: Carol Rios)

O “Piquete dos Beißudos” é um dos mais tradicionais entre os tradicionalistas. Ao visitar este espaço, foi possível conversar com Edemar (63), Luiz Antônio (51) e Eduardo (44) que, em uma roda de chimarrão, contaram sobre a alegria de participar do acampamento, reencontrar os amigos e reviver tradições.

O projeto cultural dos “Beijudos” era trazer para vivenciar o acampamento farroupilha o grupo de terceira idade do SESC – “Juventude Acumulada” – fornecendo transporte, almoço, atividades culturais no próprio piquete e guiando o grupo pelo Parque.

Edemar, ao discorrer sobre os CTGs localizados fora do Rio Grande do Sul, enfatiza que a cultura e a própria tradição estão em movimento, que ele mesmo morando do Sul vive “nas pedras” (cidade) e sente muita saudade “de lá” (área rural). Eduardo, concordando com seu amigo, afirma que sente a necessidade de tirar férias na época da semana farroupilha porque, segundo ele: “foi a saída que encontrei pra viver um pouco no campo”. Luiz Antônio, por sua vez, falou sobre a importância da ida dos grupos tradicionalistas às escolas – ou da vinda das escolas ao acampamento – porque acredita que é preciso ensinar mais sobre a história do Rio Grande do Sul: “Quem conhece a história, se apaixona!”

Foi no Piquete “Amigos do Parque” que se deu a experiência mais próxima com uma família tipicamente tradicionalista. O piquete, fundado em 1997, é formado por Flávio (49 anos), sua esposa Áurea (44 anos), pelos dois filhos, Guilherme (11 anos) e Milena (1 ano), e, ainda, pela sobrinha do casal, Simone (37 anos); além dos amigos e parentes que estão sempre visitando o local.



Fotografia 10: Sr. Flávio preparando o almoço no interior do piquete “Amigos do Parque”
(Autora: Carol Rios)

Áurea diz que vivia no campo e que agora, morando da cidade, poder participar do acampamento é renovador: *“É como o carnaval no Brasil, mas os gaúchos esperam o mês de setembro”*.

Como Projeto Cultural, eles procuram levar alunos de colégios particulares para conhecer as tradições gaúchas no piquete. Segundo Áurea:

As dificuldades que a gente tinha no campo faziam com que a gente valorizasse mais as coisas simples. As crianças aprendem muita coisa aqui... Agora você imagina a Milena - já tá dançando... gosta da comida... gosta do ambiente. Vê os pais dançando, bate palma e imita (Áurea, participante do Acampamento Farroupilha, 2009).



Fotografia 11: Crianças de um Colégio Particular de Porto Alegre almoçando carreteiro no piquete “Amigos do Parque”
(Autora: Carol Rios)

Ao lado de seu marido, Áurea participa ativamente da Semana Farroupilha. Ela conta, inclusive, que no ano anterior, mesmo estando grávida, participou de todos os eventos e saiu do piquete direto para o hospital para dar a luz à Milena.

É possível notar que há grande preocupação com relação à acolhida dos visitantes:

Ontem a gente recebeu uma guria do Rio de Janeiro, toda bronzada, com roupa de decote, mas não tem problema... é turista, tá aqui nos visitando, tem que ser bem recebida. Tem alguns piquetes que já restringem, que colocam uma plaquinha na frente dizendo que só entra quem estiver pilchado, mas a maioria é como nós que pensamos que quanto mais gente vier visitar, conhecer nossa cultura, melhor... Veio também o pessoal de uma escola de samba e ficou interessado em ver a dança e nós convidamos pra entrar em nosso piquete. [...] Tu vê a mãe do aniversariante ontem: logo que chegou já deu pra notar que ela era mais chique, né?! De saltinho, casaquinho... e ela disse: “mas é brincadeira... invés de ir no shopping fazer o aniversário lá, cisma de vir pra cá” – e eu já pensei: Mas bah, vou ter que dar uma atenção especial senão vai queimar nosso filme; mas fiquei na minha, né?!... Vou ter que quebrar o gelo dessa mulher... Aí ela perguntou: “Tu passa o dia inteiro aqui? E como é que fica o cheiro?” – Olha infelizmente a gente fica fumada... mas faz parte da festa, da tradição... Expliquei, né?! Até que no fim ela comentou com a amiga: “Sabe que no começo eu tive uma impressão ruim desse ambiente, mas ficou bom, né?!” – E ficaram mais de 1 hora depois do tempo acertado (Áurea, participante do Acampamento Farroupilha, 2009).

Áurea relata ainda sobre outras questões interessantes como o caso de uma amiga que vive em Porto Alegre, mas que nunca tinha ido ao Parque na época do acampamento. Diante da situação, ela é categórica: “*Muitas pessoas que são daqui mesmo não conhecem, e só se interessam quando vão morar em outro lugar*” - e complementa: “*Tu ver no papel é uma coisa, agora tu vir aqui, sentir o cheiro da fumaça, andar no barro, conversar com as pessoas... é outra. E duvido que não goste. Duvido!*”.

Seu Flávio fala sobre o cuidado com montagem do galpão, que chega pré-moldado e lá é montado com a ajuda do peão. Toda a preocupação com a segurança do local é devido à grande circulação de pessoas da família, amigos, turistas, escolas, etc.

Vem a família inteira, os agregados, a mascote... A gente recebe vários amigos. Uma infinidade de gente que não dá pra contar nos dedos. Amanhã vai ter um aniversário aqui... Isso porque a gente foi conquistando o pessoal pelo nosso modo de receber, sem restrição de raça, dinheiro... sem preconceito. O único preconceito é uma dança aí que eles misturaram o

pagode com a música gaúcha... E os tradicionalistas, 99%, é contra porque denigre a imagem da tradição mesmo, não é o tradicional... Não é autêntico... é uma dança mais vulgar. Fora isso, não há preconceitos! Eu recebi os roqueiros (ver anexo 2) aqui e eles ficaram bem a vontade... só teriam que tirar os brincos pra dançar, porque esses adornos não combinam com a nossa bombacha. [...] A gente gosta de explicar sobre a nossa cultura, sobre as nossas tradições, principalmente pra quem é de fora e não conhece... (Flávio, participante do Acampamento Farroupilha, 2009)

Flávio conta que eles não são filiados a nenhum CTG específico, nem ao MTG, sendo *“tradicionalistas de coração e alma, não de papel”*, mas afirma que quando saem para passear, costumam frequentar esses lugares.



Fotografia 12: Simone e Auréa no preparo do carreteiro para as crianças do colégio
(Autora: Carol Rios)



Fotografia 13: Sr. Flávio amolando a faca no esmeril feito por ele mesmo
(Autora: Carol Rios)

No Departamento de Tradições Gaúchas “12 de novembro – Não tá morto quem peleia” foi realizado, no dia 15 de setembro de 2009, um show de teatro de bonecos para as crianças, tendo como principal atração a personagem de “Gaudêncio”, cujas falas tinham como principal tema o orgulho de ser gaúcho: *“Eu gosto de ser gaúcho e também de ser brasileiro”*; *“A gente tem que conhecer a história do Rio Grande do Sul e amar a nossa pátria”*; *“A gente tem que se querer bem aqui no Rio Grande”*.

Este mesmo DTG apresentou seu grupo “invernada de danças tradicionais”, no palco central do Parque, como uma homenagem *“aos homens farroupilhas que legaram liberdade aos gaúchos”*.



Fotografia 14: Apresentação de dança do “DTG 12 de novembro”
(Autora: Carol Rios)

Já no Galpão da RBS – afiliada da Rede Globo no Sul – o apresentador reverenciava os cavalarianos que prestavam homenagem à data comemorativa por todo o estado, a

“gauchada” que estava assistindo ao programa pela televisão e matando, assim, a saudade do pago. Além disso, houve exaltação à figura da mulher: *“Enquanto os homens peleavam na luta, as mulheres é que sustentaram o estado e são elas que levam o tradicionalismo aos quatro cantos do mundo. Viva a mulher gaúcha! Viva a mulher brasileira! Viva a mulher sul-americana!”*



Fotografia 15: Interior do Galpão da RBS
(Autora: Carol Rios)

No dia 19 de setembro de 2009, durante a noite, houve desfile temático noturno. O espetáculo, ocorrido na Avenida Beira Rio, envolveu cerca de 800 pessoas e teve como enredo “Os Farroupilhas e suas Façanhas”, apresentando, por meio de alas e carros alegóricos, episódios marcantes da Revolução Farroupilha.

Cabe dizer que a realização deste desfile aproximou o MTG de artistas que promovem o carnaval em Porto Alegre, ampliando seu diálogo com grupos de diferentes orientações ideológicas e rompendo antigos preconceitos existentes envolvendo questões machistas.



Fotografia 16: Encenação de batalha entre farroupilhas e imperiais
(Fonte: Site Clic RBS - <http://www.clicrbs.com.br>)



Fotografia 17: Casal representado Anita e Giuseppe Garibaldi
(Fonte: Site Clic RBS - <http://www.clicrbs.com.br>)

O desfile cívico do dia 20 de setembro de 2009, que celebrou o “Dia do Gaúcho” e encerrou a Semana Farroupilha, atraiu, segundo dados publicados pela emissora RBS, 5 mil pessoas e 3 mil cavaleiros de 130 piquetes.

Durante as horas que antecederam o evento, foi possível observar grande comoção por parte dos cavaleiros, que, chegando de diversas regiões do estado, se organizavam para que todos os grupos estivessem ordenados, devidamente pilchados e com os cavalos encilhados.

Muitos expectadores afirmavam estar ali pelo “*orgulho de ser gaúcho*”, pelo “*amor às tradições do Rio Grande do Sul*”, para “*transmitir os valores pra gurizada*”. Essas falas podem soar como reprodução de um discurso pré-fabricado, orientando pelo tradicionalismo institucionalizado; entretanto, a autenticidade que ganha quando dito por essas pessoas, revela a força e a consolidação da identidade gaúcha no imaginário coletivo, transcendendo ao Movimento.



Fotografia 18: Mãe e filha se preparando para o desfile farroupilha
(Autora: Carol Rios)



Fotografia 19: Pai e filho durante o desfile farroupilha
(Autora: Carol Rios)



Fotografia 20:
Pai e filha durante o desfile farroupilha
(Autora: Carol Rios)



Fotografia 21:
Prenda mirim durante o desfile farroupilha
(Autora: Carol Rios)

CAPÍTULO 4

DIFUSÃO: IDENTIDADE E NOVAS TERRITORIALIDADES

O Movimento Tradicionalista Gaúcho se encontra em franca expansão, promovendo embates e debates com outras organizações civis. Além disso, ele vem se disseminando, por meio de seus Centros de Tradições Gaúchas, para outros estados brasileiros, bem como para outros países, conferindo situações complexas relativas ao contato entre diferentes culturas e a produção de novas territorialidades.

A identidade é simultaneamente uma forma de relação social e uma forma de representação espacial que resulta num certo tipo de territorialidade. Em outros termos, essa identidade não é um dado irredutível da realidade, mas sim uma construção, que associa de maneira vital e orgânica os vínculos entre o grupo e seu território (GOMES, 2002 apud COSTA, B. P., 2005, p.87).

4.1 . O MTG e “os outros”

As relações entre o MTG e outros segmentos da sociedade nem sempre são harmoniosas. Nesta seção do trabalho são tecidos breves apontamentos a respeito dessa afirmação, estabelecendo reflexões sobre a posição de grupos negros e da mulher em relação ao tradicionalismo organizado.

O historiador Euzébio Assumpção (1998) expôs, em seu artigo intitulado “*Por que não festejo o 20 de setembro*”, os motivos pelos quais muitos negros são contrários ao MTG e a exaltação à Revolução Farroupilha:

[...] Consciente de minha posição social e racial, não festejo o 20 de Setembro, pois entendo terem os rio-grandenses, e principalmente os farroupilhas, uma dupla dívida social com os afro-gaúchos. A primeira é referente à escravidão, que foi tão cruel no Rio Grande do Sul como no resto do país. A segunda, e mais grave ainda, é referente aos combatentes negros que lutaram ao lado dos “heróis” farroupilhas em troca de sua liberdade, e que foram traídos por Canabarro (ASSUMPÇÃO, E. 1998, p. 21).

Assumpção (1998) refere-se, nesta citação, a um dos acontecimentos mais polêmicos ocorridos durante a revolução. Trata-se da “Traição de Porongos” que ocorreu às vésperas da assinatura do tratado de Ponche Verde. Neste episódio, ocorrido no Cerro de Porongos, na madrugada de 14 de novembro de 1844, tropas imperiais atacaram o acampamento farroupilha, onde o Batalhão de Lanceiros Negros se encontrava desarmado por ordem de David Canabarro.

Inúmeras interpretações foram e ainda são feitas a respeito desse episódio. Muitos pesquisadores acreditam que houve traição, pois existe, como prova documental, uma carta enviada ao Coronel Francisco Pedro de Abreu (comandante imperial) pelo líder imperial Duque de Caxias que revela a ciência de Canabarro sobre o ataque dos imperiais. O “acordo secreto” foi considerado uma “facilitação” da assinatura do tratado de paz, já que o Império do Brasil era contrário à libertação dos escravos que lutaram junto aos farroupilhas.

No entanto, há muitas pesquisas que contestam a veracidade da famigerada prova documental. Os argumentos dos estudiosos que defendem esta idéia é a de que a carta tem todos os indícios de um documento falso, como, por exemplo, as instruções demasiadamente explícitas e a menção de nomes, além da intenção do império em provocar cisões no grupo inimigo. Segundo esse viés interpretativo, não houve a traição de Canabarro, pois, assim como todo o resto da tropa, ele foi surpreendido pelas forças imperiais.

Em meio a essas divergências, a possibilidade de Canabarro ter permitido e, mais que isso, ter facilitado o extermínio do corpo de lanceiros negros que comandava, se mantém presente na memória da população negra, que a considera, como já disse Assumpção (1998),

uma dívida social com os afro-gaúchos. Neste sentido, muitos grupos do estado vêm procurando revisar o local do negro na história local, o “ser negro” e “ser gaúcho” no Rio Grande do Sul (SALAINI, 2006).

No caso das mulheres, os embates se dão, geralmente, por conta do caráter tradicionalmente machista da sociedade sul-rio-grandense. Sua história fundamentada numa oligarquia militarizada, em lutas fronteiriças e guerras por autonomia, fez com que a figura masculina – forte e destemida – fosse sobreposta a imagem da mulher – fraca, submissa e sempre a espera.

Com as mudanças sociais ocorridas no século passado, especialmente as conquistas feministas, a mulher passou a exercer funções que antes que eram destinadas apenas ao gênero masculino. Entretanto, o MTG, reluta em acompanhar essas mudanças, mesmo porque, no princípio não se imaginava a presença da mulher no Movimento.

A figura da Prenda, inventada pelo imaginário tradicionalista, só passou a ser cogitada depois que Paixão Côrtes, Cyro Dutra Ferreira e Barbosa Lessa, do “35”, foram, em 1949, a um evento em Montevideu – Uruguai – a fim de comemorar o “dia da tradição”, e lá perceberam que nas outras sociedades tradicionalistas havia expressivo número de mulheres atuantes.

Ao voltar para a capital gaúcha, decidiram abrir os galpões simbólicos para a figura feminina, estabelecendo na primeira reunião, um grupo de danças: a Invernada das Prendas. Segundo Dutra (2002) a entrada das mulheres no MTG foi marcada pela presença marcante dos estereótipos do gênero feminino: suas funções deviam ser “apropriadas às características femininas”, sendo bem distintas das dos homens.

Fazia-se necessário, então, escolher uma designação para as novas integrantes do movimento. O nome “china” foi cogitado por alguns, por remeter às mulheres indígenas ou mestiças que viveram na época de ocupação e demarcação no território do Rio Grande do Sul. Entretanto, com o passar dos anos, foi atribuída à palavra uma conotação pejorativa, daí a não adequação do nome à figura feminina do novo galpão.

A escolha do termo Prenda se deu em virtude da idealização de uma mulher graciosa e pura, que seria par do gaúcho, o herói mitificado. A palavra significa objeto de valor, a ser dado de presente a alguém.

A figura da prenda foi criada com base no modelo feminino da sociedade patriarcal e oligárquica. Sua indumentária é reflexo desses preceitos, buscando exaltar a imagem da mulher delicada, romântica e dócil, dependente da figura masculina, marcada pela força, independência e coragem, bravio e independente.

É possível identificar alguns símbolos que constituem esta representação a *prenda* como princesa: seu vestido de dama, a flor no cabelo, os seus gestos delicados na dança; todos eles formando um conjunto romântico que reforçam a imagem da mulher submissa dependente e ingênua, compondo uma "identidade feminina". A razão não consegue explicar como a figura da *prenda* pode atrair jovens que vivem num contexto tão diferenciado, é aí que percebe-se a força do mito na mentalidade do povo, na busca de uma identidade coletiva (DUTRA, 2002, p.100).

A atração de jovens mulheres à figura da *prenda*, a qual a autora faz referência na citação acima, diz respeito aos Concursos de *Prenda* no Rio Grande do Sul. Nestes concursos as candidatas, organizadas nas categorias mirim, juvenil e adulta, passam por uma série de provas relacionadas à geografia, história, tradição, tradicionalismo e folclore do Rio Grande de Sul. Em etapa posterior, são avaliadas a comunicação oral e as habilidades artísticas (danças tradicionais, dança de salão, tocar, cantar ou declamar), além das características pessoais, como boas maneiras, simpatia, graciosidade e beleza.



Fotografia 22: Prendas reunidas em cerimônia que marcou o fim do “prendado” 2008/2009
(Fonte: Chasque Pampeano - <http://www.chasquepampeano.com.br/>, acesso em 15/01/2010)

Insatisfeitas com a forma pela qual são representadas, muitas mulheres vêm se organizando para se opor a essa figura feminina defendida pelo MTG, que elas julgam subalterna ao homem. É o caso do “Piquete Anita Garibaldi”.

O piquete surgiu da iniciativa de Elma Sant’Ana, geógrafa, historiadora, estudiosa da cultura do Rio Grande do Sul e atual diretora do Instituto Estadual do Livro – RS. Em 1989, participou da Cavalsa do Mar – evento que reuniu cerca de mil tropeiros e onde a participação

de mulheres se reduzia a um número ínfimo de filhas e esposas dos cavaleiros. No ano de 1992, Elma foi convidada, devido aos laços de amizade estabelecidos, a participar de outro evento de cavalarianos. O convite foi aceito e, em entrevista à rádio local, propôs a participação das mulheres, formando um grupo em homenagem à heroína a cavalo, Anita Garibaldi. Segundo Sant’Ana (1993), a adesão foi surpreendente e em 20 de outubro de 1992 o piquete foi oficialmente fundado.

Assim, com o decorrer dos anos, muitas mulheres que não montavam passaram a querer a aprender, e aquelas que montavam solitárias se agregaram ao movimento. Ao contrário das prendas, as participantes deste piquete vestem-se de fardas militares, usam botas e, montadas a cavalo, carregam suas bandeiras, representando uma forma de “ser mulher” alternativa a do MTG. Desfilam em datas comemorativas como o Dia Internacional da Mulher e o Dia 20 de setembro (Revolução Farroupilha). Estiveram presentes também no aniversário da morte de Anita Garibaldi, celebrado em Ravenna, na Itália.



Fotografia 23: Grupo de mulheres do Piquete Anita Garibaldi
(Fonte: Blog do Instituto Anita Garibaldi – <http://institutoanita.blogspot.com>, acesso em 17/01/2010)

Há também aquelas mulheres que, mesmo como prendas, encontram uma nova forma de atuar junto ao MTG. É o caso das prendas do CTG Portão do Oeste, localizado no município de Itapiranga, extremo-oeste do Estado de Santa Catarina, onde as mulheres assumiram o comando da entidade, em 06 de novembro de 1998. Na sequência, matéria completa sobre o fato, extraída do Jornal “A Notícia”, de Santa Catarina, na data de 28 de novembro de 1998.



As novas diretoras do CTG Portão do Oeste querem acabar com o imobilismo da gestão masculina

CTG vira a mesa e quem manda é mulher

Homens ajudam a quebrar o machismo reinante no Centro de Tradicionalismo Gaúcho de Itapiranga/SC

Itapiranga O tradicionalismo gaúcho, que sempre foi feito como uma organização extremamente machista, definitivamente não é mais o mesmo. As mulheres, dentro dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) denominadas de prendas, acabaram de romper com a condição de coadjuvantes, deram um basta à submissão masculina dos peões e estão começando a disputar de igual para igual o comando dos CTGs, pela primeira vez, desde que o primeiro foi fundado em 1945, em Porto Alegre. Dentro da organização, as mulheres têm uma participação ativa, mas não têm poder de mando. Pelo menos até agora. Em Santa Catarina, o precedente, perigoso na visão machista, vem do município de Itapiranga, no Extremo-oeste do Estado, um dos berços da colonização alemã em Santa Catarina. Desde o dia 6 de novembro, o CTG Portão do Oeste, um dos maiores da região, com cerca de 200 sócios, está sendo comandado por seis mulheres, que lotearam todos os cargos da diretoria da entidade, dentro do tradicionalismo chamada de patronagem. A eleição ocorreu com chapa única e o resultado foi 59 votos sim, quatro não e um em branco. Votaram, de forma secreta, 52 homens e sete mulheres. A posse foi realizada minutos após encerrado o escrutínio.

As integrantes da primeira patronagem feminina da história do tradicionalismo gaúcho em Santa Catarina são casadas, têm filhos e desenvolvem também atividades profissionais fora de casa. Noeli Heberle Bortoluzzi, 41 anos, duas filhas, foi eleita patroa, cargo máximo, equivalendo à presidência; Eloá Dalbosco, 43 anos, quatro filhas, é a capataz, equivalendo à vice-presidência; Mirna Margarete Zinn Klein, 42 anos, dois filhos, é a 1ª sota-capataz, o que equivale ao cargo de secretária; Lenita Lima da Encarnação, 52 anos, cinco filhos, é a 2ª sota-capataz; Lia Lucrecia Rauber da Silveira, 36 anos, quatro filhos, é a 1ª encarregada das pílhas, ou a tesoureira; e Ana Deli Ferreira Heinen, 35 anos, dois filhos, ficou como a 2ª encarregada das pílhas. Quatro das seis são esposas de ex-patrões. Para os peões, sobrou apenas o cargo de patrão de hora, de caráter decorativo, preenchido pelo também ex-patrão Ambrósio José Zinn.

O CTG Portão do Oeste é um dos mais de 400 existentes em todo o Estado. A entidade foi fundada em 2 de outubro de 1984 e hoje conta com uma invejável estrutura instalada nas barrancas do rio Uruguai, num dos pontos mais altos do município. São 10 mil metros quadrados de área e mais de 1.500 metros de área construída, compreendendo o galpão reservado para os fandango e uma área esportiva.

Vencer preconceito machista foi a tarefa mais difícil da chapa

Uma patronagem feminina dentro de uma sociedade dominada essencialmente por homens era uma coisa impensada até agora. No Rio Grande do Sul, há um precedente único, mas outras iniciativas foram abafadas em nome da tradição machista. Em Itapiranga, o movimento feminista teve reações imediatas e houve resistência de um grande número de sócios, que alarmados com a possibilidade de perder para as mulheres o controle da entidade, tentaram de todas as formas demover o grupo do propósito de concorrer.

A patroa Noeli Heberle Bortoluzzi conta que a ideia surgiu há cerca de três meses antes da eleição, durante uma conversa informal entre as seis mulheres, e foi motivada pelo marasmo que o CTG vinha vivendo nos últimos meses. "Havia muito descontentamento entre os associados pela forma como a sociedade vinha sendo conduzida, sem grandes motivações", salienta ela.

Antes de qualquer aventura, entretanto, elas foram buscar a opinião primeiro dos maridos, que não se opuseram e até incentivaram. O marido de Noeli, Hélio Bortoluzzi, também ex-patrão, foi um dos mais entusiastas. Com o apoio dos companheiros, o grupo foi buscar o amparo legal, consultando os estatutos do CTG, o código civil e até a Constituição federal, que assegura às mulheres direitos iguais aos dos homens.

Mudança serviu para rediscutir papel da família

A última barreira contra o feminismo no CTG foi superada quando o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) deu o sinal verde. O MTG é o órgão máximo que coordena todas as atividades ligadas às tradições gaúchas.

Segundo Noeli Bortoluzzi, o mais difícil, porém, foi vencer o preconceito dentro da própria sociedade. Durante algum tempo ela recebeu telefonemas de associados indignados, que afirmavam não ser legal a eleição de uma chapa com patronagem feminina. A principal alegação é de que mulheres não têm direito de voto dentro do CTG. Na verdade, explica Noeli, cada família associada tem direito a voto, do homem ou da mulher. Para acabar com as dúvidas, elas chegaram a consultar um advogado. No final, prevaleceu a inovação e hoje os próprios homens já começaram a elogiar as ações da nova patronagem.

Novas Idéias

Noeli diz que toda a polêmica gerada acabou servindo para trazer mais união dentro da sociedade e rediscutir o papel da família. "Dentro do CTG, sempre os homens mandaram e as mulheres obedeciam, mas na verdade o trabalho mais intenso é realizado por nós", garante ela. Apesar disso, Noeli afirma que a decisão de concorrer não foi com o intuito de afronta, mas para ampliar a participação de toda a família dentro da sociedade, influenciando também os filhos a cultivar a tradição gaúcha.

Pouco mais de 20 dias depois de assumir, a patronagem já tem traçada todas as metas para este e para o próximo ano, tempo do mandato. Na programação, muitas inovações, como a primeira cavalcada integrada só por prendas, algo inédito e onde os peões vão poder apenas apreciar. Já no próximo dia 19 de dezembro será realizado o primeiro fandango organizado por esta patronagem. Se tudo correr bem, em novembro do próximo ano as mulheres prometem apresentar novamente uma chapa. Se depender delas, não querem deixar o poder tão cedo.

Apoio de peso

Para frear a intenção dos machistas de plantão, a revolução das prendas em Itapiranga ganhou o apoio do mais antigo e respeitado tradicionalista gaúcho de Santa Catarina, Alexandre Tiezerini, de 81 anos, responsável pela introdução da cultura gaúcha no Estado, foi o conselheiro das mulheres em todo o processo de eleição. Segundo ele, as mulheres têm o mesmo direito que os homens dentro dos CTGs, desde que sejam casadas e levem uma vida regrada dentro dos preceitos familiares.

Tiezerini, que foi o fundador do primeiro CTG no Estado, o Porteira Aberta, de São Miguel do Oeste, em 1958, acha que o caso de Itapiranga vai abrir precedentes em outras entidades. Embora hoje isso seja possível, ele admite que há alguns anos atrás seria impensável.

Figura 12: Reportagem "CTG vira a mesa e quem manda é a mulher"
(Fonte: <http://www1.an.com.br/1998/nov/28/0ger.htm>, acesso em 28/02/2010)

Assim, a mulher gaúcha segue, cada qual e/ou cada grupo a sua maneira, conquistando o espaço e a representação que deseja. Suas ações de oposição frente ao machismo e conservadorismo do MTG têm surtido efeitos. No ano de 2002, por exemplo, o tema da Semana Farroupilha foi a “Mulher Gaúcha”, numa forma de homenagem às Anitas, às prendas, às chinas... à mulher gaúcha, enfim.

Durante os festejos da Semana, em 2009, foi possível notar – ainda que simbolicamente – a valorização da mulher e a quebra de estereótipos, como representa, de forma emblemática, a imagem abaixo:



Fotografia 24: Bandeira da Semana Farroupilha levada por mulher trajada como cavaleira
Porto Alegre, 20 de setembro de 2009
(Autora: Carol Rios)

Para muitas pessoas o MTG e suas práticas são motivos de veneração, para outros tantos é motivo de vergonha. Indivíduos e/ou grupos contrários ao tradicionalismo organizado o definem como a principal representação do conservadorismo, machismo e autoritarismo – heranças da oligarquia latifundiária e militarista do Rio Grande do Sul. Entretanto, é curioso notar que mesmo os portadores desse discurso anti-tradicionalista compartilham os símbolos identitários difundidos pelo Movimento.

Durante o trabalho de campo, foram numerosas as falas em que os informantes discursavam sobre as “barbaridades” da organização do movimento, da “cintura de gesso” dos líderes tradicionalistas, do proselitismo dos mesmos e do excesso de normas rígidas do Movimento. Para alguns deles, a figura do gaúcho defendida pelo MTG, envolta por símbolos como o chimarrão, a indumentária, a bandeira, o hino, entre outros, “são tudo coisa pra turista ver” (César, 19 anos, 2009).

Porém, é curioso constatar que muitos desses informantes estavam, no momento da entrevista, tomando chimarrão, enquanto outros, ainda, tinham a bandeira do Rio Grande do Sul como *boton* na roupa, chaveiro ou no carro, colada como adesivo. Quando questionados sobre o hino, todos sabiam a letra completa. Dentre os entrevistados, não houve exceção.

Assim, mesmo que estes símbolos sejam negados por alguns, eles se fazem presente de forma altamente expressiva no cotidiano do lugar e isso se deve, em grande parte, à expansão do MTG e às ações dos tradicionalistas, como a divulgação dos símbolos por meio de mídias diversas, Festas, Congressos etc., e a cobrança junto ao poder público no sentido de criar leis e decretos que amparem os símbolos e eventos associados à identidade gaúcha.

Abaixo, alguns exemplos em que a publicidade se apropria de elementos identitários para divulgar seus produtos e/ou o tradicionalismo se utiliza da publicidade para divulgar seus ideais, num processo ambivalente.



Figuras13 e 14: Identidade gaúcha na publicidade
(Fonte: Panfletos publicitários)

Nesta linha de pensamento, Haesbaert (1999) afirma que o poder da identidade social se fortalece conforme a eficácia no processo de “naturalização” da mesma:

[...] tornando puramente “objetivo” o que é permeado de subjetividade, transformando a complexidade da construção simbólica no simplismo de uma “construção natural” [...] Seu poder, assim, é muitas vezes mais forte e eficaz do que o poder “objetivo”, mais concreto, porque o poder simbólico é mais sutil em suas formas de manifestação e, portanto, mais dificilmente reconhecido.

Uma das bases que pode dar mais consistência e eficácia ao poder simbólico da identidade são os referenciais concretos aos quais ela faz referência para ser construída (HAESBAERT, 1999, p.177-178).

4.2 . O sentido dos espaços de memória e pertencimento

A fim de avaliar o grau de desenvolvimento do MTG convém observar a teoria defendida por Jarbas Lima (1995), em sua tese intitulada “O Sentido e o Alcance Social do Tradicionalismo”. Segundo ele, os movimentos sociais passam por fases desde seu surgimento até consolidada organização. Geralmente são identificados quatro momentos: fase da inquietação social, da excitação popular, da formalização e, enfim, da institucionalização.

O MTG completou as etapas apresentadas pela teoria explicitada acima, consolidando-se como movimento duradouro e abrangente, com elevado número de participantes e estrutura necessária para atingir seus objetivos – o que pode ser percebido na análise espacial da disseminação dos Centros de Tradições Gaúchas desde a criação do “35”, em 1948, até a atualidade.

A memória, considerada como a evocação do passado no presente, apresenta fronteiras bastante fluidas entre a realidade e a fantasia. Segundo Montes (2007), ela é, em essência, uma construção social que reflete e é reflexo da própria vida social. Dessa forma, temos que a conjuntura vivida por grupos sociais ou indivíduos produz memórias como mecanismos que promovem a noção de pertencimento e atuam no fortalecimento de identidades.

Desta forma, faz-se necessária a apreciação a respeito desses Centros de Tradições, por meio da reflexão sobre o sentido dos espaços de memória e pertencimento, os considerado como lugares de memória e de manutenção da identidade.

Se a construção de uma identidade passa pela consideração de uma herança e pela preservação de um patrimônio sócio-histórico, e se a capacidade de recordar, preservar e perpetuar um passado faz parte de um sentimento identitário, este último encontra um local de expressão privilegiada nos “lugares de memória” (BOSSÉ, 2004, p. 167).

Candau (1998 apud FIGUEIREDO 2006, p.40) considera a memória como mecanismo capaz de definir sujeitos sociais. Além disso, de acordo com o pesquisador, a identidade é uma construção – sempre em processo – fundada na relação dialógica com “o outro”, a partir de um jogo de memória feito de lembranças e esquecimentos. A memória, por sua vez, é mais uma reconstrução continuamente atualizada do passado do que sua reconstituição fiel.

Assim, memória e identidade mantêm estreitas relações que possibilitam o reconhecimento do lugar do indivíduo no mundo e na história, a partir de referenciais como ritos, mitos históricos, representações etc. A memória contribui para os processos de construção de identidade e as práticas que nutrem essa memória reforçam a identidade construída, fortalecendo também os sentidos de pertencimento.

Essa memória, então, “causa” a identidade. E a identidade, hoje, em tempos e mundos altamente fragmentados e, por que não, (des)conectados, é mais que um objeto de estudo; é, antes uma necessidade de sobrevivência sócio-cultural e histórica. Com a existência do multiculturalismo, saber nosso espaço no mundo tornou-se não só difícil e complexo, mas também indispensável (FIGUEIREDO, 2006, p.40).

Além disso, quando se trata de contato direto e contínuo entre culturas, é preciso considerar que os próprios indivíduos possuem inúmeras auto-representações, se comportando de maneiras diversas, segundo o contexto em que estão inseridos. Dessa forma, de acordo com o dinamismo e a complexidade das questões identitárias, os pertencimentos podem ser múltiplos.

Ao falar sobre imigrantes vindos da Europa para o Sul do Brasil, Manuela Carneiro da Cunha (2008) defende a idéia de que na diáspora as culturas se afirmam por meio do fortalecimento das identidades, que se dá através de tradições, de uma cultura filtrada pela memória. Assim, grupos migrantes costumam ser conservadores em relação a seus costumes, manutenção do sotaque, dentre outras práticas, devido a necessidade de declarar seu pertencimento a um lugar; o que não nega a incorporação de elementos da cultura do novo

lugar em que está inserido. Em outros termos, grupos culturais migrantes podem, além de confrontar-se com outras culturas, levar sua territorialidade consigo, procurando reproduzi-las em outras áreas.

Neste sentido, com relação aos espaços de memória criados pelos tradicionalistas – os CTGs – Rocha (2006) afirma que ao sentir saudade do “pago” (local onde nasceu), os migrantes buscam reproduzir na “querência” (lugar onde se vive) seus valores culturais e sociais numa tentativa de (re)territorialização. É possível afirmar, então, que a combinação de elementos produz territorialidades. Assim, os espaços voltados para as práticas associadas à vivência do “ser gaúcho”, em áreas diferentes de seu território original, podem ser considerados redutos de manutenção e consolidação identitária. Nas palavras de Bossé (2004, p.168), *“certamente o território identitário não é apenas ritual e simbólico; é também o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades.”*

Os CTGs, como já dito anteriormente, são estâncias simbólicas: recintos onde se materializam e reproduzem as práticas campeiras tradicionais presentes no registro memorial dos participantes. São lugares de pertencimento que revelam a afetividade pelo território de origem. Seus nomes, por exemplo, remetem a elementos campeiros que fundamentam a identidade gaúcha: “Tropeiro boiadeiro”, “Meu pago”, “Saudades do Sul”, “Saudades da Querência”, “Fronteira aberta”, “Fronteira de ouro”, “União e tradição”, “Querência Farroupilha”, “Liberdade”, “Essência Crioula”, “Tropeiros Missioneiros”, “Barbosa Lessa”, “Alma Charrua”, “General Antônio de Souza Netto”; “Bento Gonçalves”, “Brasil, tchê!”, “Deserto da Saudade”, “Nova Querência”, “Querência do Norte”, “Rancho Rio Grande”, “Saudade da minha terra”, “Recuerdos del Pago” etc., num processo de “levar a terra consigo” ou “ficar (simbolicamente) da terra de origem” (HAESBAERT, 1999, p.169).

Para se fundar um CTG, há uma série de regras específicas (ver anexo 3), porém, muitos centros tradicionalistas existem extra-oficialmente, sendo formados pela reunião de pessoas que cultivam a memória e a tradição gaúcha, por meio das práticas simbólicas fundadoras e mantenedoras da identidade.

Em termos quantitativos, segundo OLIVEN (2006), no ano de 2000 havia cerca de 4500 entidades tradicionalistas no Brasil e 16 no exterior.

Disseminando-se pelos vários municípios rio-grandenses – mui lentamente a princípio e, depois, em vertiginosa progressão geométrica –, os CTGs vieram a valorizar e prestigiar a figura humana do gaúcho. [...] Em resumo: o retorno moral ao tempo de dantes. Não se trata de reviver, esterilmente, o

Passado. Mas, sim, de resgatar, do passado, a Esperança perdida (LESSA, 1995, p. 76).

4.3 . Disseminação dos Centros de Tradições Gaúchas

O expressivo desenvolvimento das práticas tradicionalistas conferiu às mesmas grande visibilidade e abrangência. Hoje é possível falar em Movimento Tradicionalista Gaúcho *Brasileiro* como organização que surge de um movimento social regional, em busca da preservação de sua cultura e dos valores que julgam fundamentais para a vida em sociedade, cujas ações se pautam nas tradições gaúchas, mas ultrapassam os limites do Rio Grande do Sul, estando presente na maioria das Unidades da Federação.

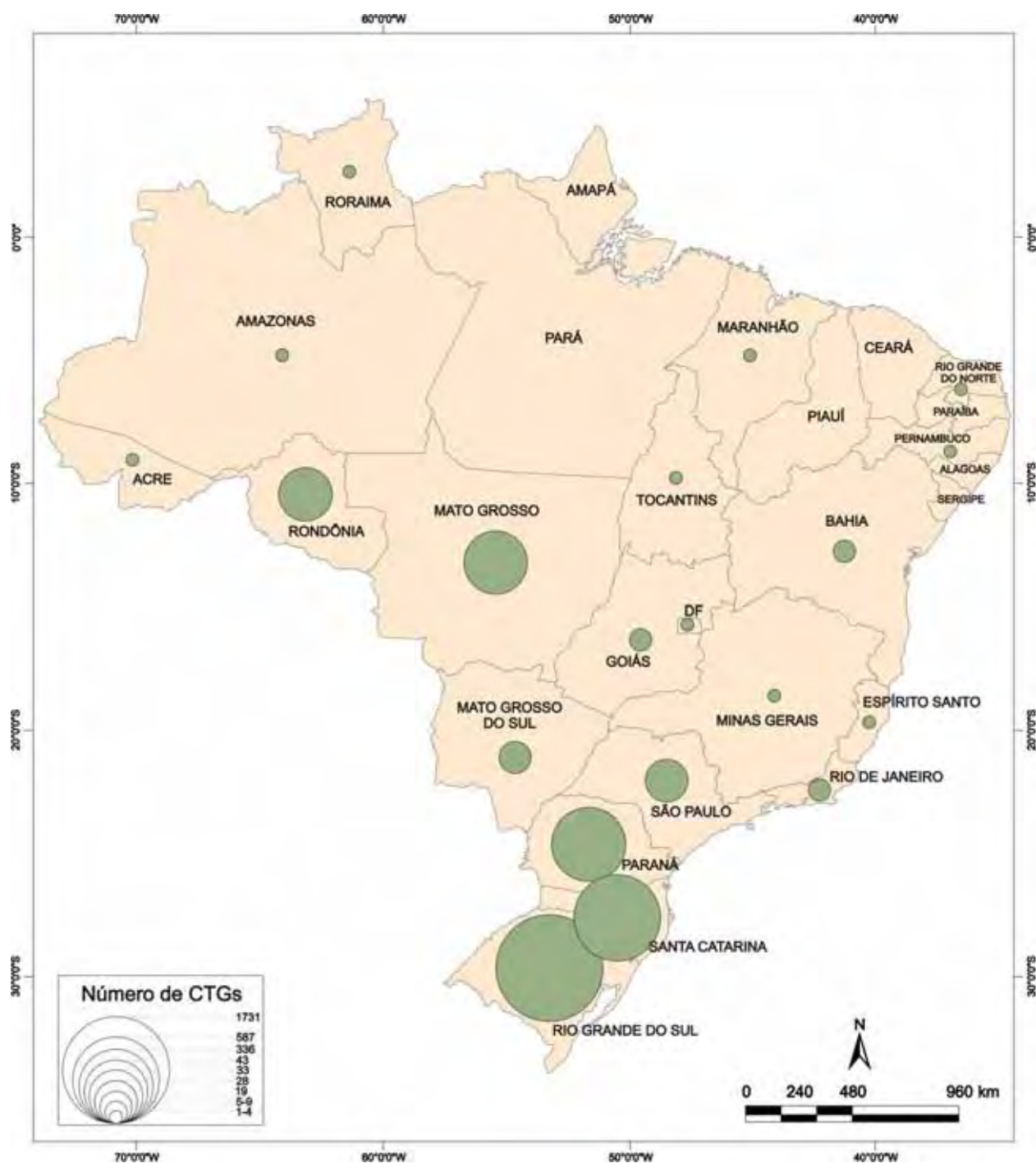
Devido a essa expansão do tradicionalismo por todo território nacional, fez-se necessária a criação da “Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha” (CBTG), considerada a entidade maior do tradicionalismo, em 24 de maio de 1987. Esta Confederação congrega as seguintes entidades estaduais: MTG-RS, MTG-SC, MTG-PR, MTG-SP, MTG-MT, MTG-MS, MTG-RO, “Federação Tradicionalista Gaúcha do Planalto Central” (FTG-PC), “União Tradicionalista Gaúcha do Nordeste” (UTGN), e “União Tradicionalista Gaúcha do Rio de Janeiro” (UTGRJ). Além disso, no exterior foi fundada, em 23 de abril de 2005, a “Confederação Norte Americana do Tradicionalismo Gaúcho Brasileiro” (CNATGB) que, por sua vez, trabalha no sentido de agregar os gaúchos que vivem nos Estados Unidos, promovendo encontros anuais para celebrar seus símbolos e tradições.

Ambas as Confederações são organizações da sociedade civil, sem fins econômicos e de função integradora, cujas ações baseiam-se nas proposições fixadas na Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista do Rio Grande do Sul e tem como finalidade incentivar as tradições gaúchas por meio da definição de estratégias que valorizem suas manifestações culturais, bem como orientar as entidades confederadas, para que se mantenha unidade e autenticidade em suas práticas culturais.

No quadro abaixo é possível observar a distribuição dos CTGs pelos estados brasileiros. Ainda que existam divergências relativas à quantidade dessas entidades tradicionalistas presentes no país e no mundo, e considerando que existem muitas entidades não filiadas ao Movimento, optou-se por apresentar aqui os dados fornecidos pela CBTG.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE CTGs
Acre	1
Alagoas	0
Amapá	0
Amazonas	3
Bahia	5
Ceará	0
Distrito Federal	4
Espírito Santo	1
Goiás	9
Maranhão	1
Mato Grosso	43
Mato Grosso do Sul	19
Minas Gerais	2
Pará	0
Paraíba	0
Paraná	336
Pernambuco	2
Piauí	0
Rio Grande do Norte	1
Rio Grande do Sul	1731
Rio de Janeiro	7
Rondônia	33
Roraima	1
Santa Catarina	587
São Paulo	28
Sergipe	0
Tocantins	1

QUADRO 2: Distribuição de CTGs por Unidades da Federação
 (Organizado pela autora a partir dos dados presentes no site da CBTG -
http://www.cbtg.com.br/_sitio/ctgs/, acesso em 26/06/2010)



MAPA 1: Distribuição de CTGs por Unidades da Federação
(Organizado pela autora em 26/06/2010)

O mapa acima evidencia que a difusão do tradicionalismo gaúcho ocorre conforme a “diáspora” sul-rio-grandense para além dos limites do seu Estado: a identidade cultural do grupo em questão se territorializa nas áreas para onde o gaúcho migra, por meio da fundação de CTGs.

Segundo Haesbaert (1997):

A década de 70 representou o grande boom na expansão dos sulistas pelo interior do país. Tanto pelo agravamento da concentração de terras no Sul e pelos programas estatais geoestratégicos estimulando a ocupação da Amazônia [...] quanto pelos investimentos em tecnologia agrícola que estimularam a agricultura, especialmente de soja, nos cerrados. A presença de gaúchos transformando cidades já estruturadas ou criando novas revela-se um constante na região Centro-Oeste (HAESBAERT, R., 1997, p.21).

O mesmo autor afirma que o termo desterritorialização é utilizado para designar fenômenos que se originam num espaço e acabam migrando para outros (HAESBAERT, 2006). Entretanto, segundo OLIVEN (2006), este termo só faz sentido quando associado ao de reterritorialização, pois as idéias e os costumes, ao se deslocarem, se estabelecem em novas bases territoriais, onde se adaptam e se integram.

No presente trabalho o conceito de multiterritorialidade se revela mais apropriado, pois se trata de analisar a disseminação dos CTGs por múltiplos espaços. Neste sentido, é preciso esclarecer que este conceito não se aplica aos indivíduos em si, mas à identidade cultural que, como já dito anteriormente, é levada para outras localidades muitas vezes distantes e bastante diferentes do território de onde se originou, por meio dos migrantes gaúchos e da criação de seus centros tradicionalistas.

Essa multiterritorialidade da cultura em questão é expressa também pela adesão de imigrantes ao MTG:

Ao saírem do Rio Grande do Sul, onde eram no máximo proprietários apenas de alguns hectares de terra, e adquirirem extensões de terras bem maiores em áreas de expansão da fronteira agrícola, os emigrantes simbolicamente deixam de ser pequenos colonos e tornam-se fazendeiros. Eles se vêem como pioneiros que estão desbravando novas terras com trabalho e coragem. Nesse processo, os colonos se transformam em ‘gaúchos’, categoria pela qual se identificam e são identificados pelos ‘brasileiros’, isto é, aqueles que não têm origem no Rio Grande do Sul. Essa visão é passada para as próximas gerações que já não são nascidas do Rio Grande do Sul. Os gaúchos acabam assim se constituindo em um grupo étnico (OLIVEN, 2006, p. 141).

De forma complementar às afirmações de Oliven apresentadas acima, Jakzam Kaiser (1999) elucida a idéia de “nação gaúcha”:

Os gaúchos mostram, como grupo social, características que permitem classificá-los como um grupo étnico. Primeiro, ao criar espaços regionais de identidade gaúcha, não importa a localização geográfica ou aspectos históricos e culturais do lugar. Segundo, ao naturalizar a reprodução do “ser gaúcho”: os filhos de gaúchos, mesmo fora do rio grande do Sul, nascem gaúchos, como se esta condição fosse uma herança genética (KAISER, 1999, p. 21).

A etnia, segundo Hall (2006), é o termo que designa as características culturais partilhadas por um povo, incluindo a tradição e o “sentimento de lugar”. Ainda de acordo com o autor, a tendência de homogeneização global tem provocado um expressivo retorno a esta noção, reforçando o pertencimento grupal.

Cuche (2002), por seu turno, tece reflexões sobre as teorias “primordialistas” de identidade cultural, que consideram como fundamental a identidade etno-cultural, visto que o pertencimento ao grupo étnico é a mais importante de todas as vinculações sociais, pois é nele que são partilhadas “as emoções e as solidariedades mais profundas e estruturantes”. No entanto essa linha teórica é bastante criticada pelos que acreditam na concepção subjetivista da identidade, por não considerar seu caráter variável.

Cabe, no momento, apresentar a transcrição de parte dos discursos de dois importantes representantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho que evidenciam as questões sobre identidade e territorialidade contempladas na presente pesquisa. Estes discursos foram proferidos durante a Semana Farroupilha, na Solenidade de Outorga dos diplomas de Embaixador e Cônsul Honorário do Rio Grande do Sul aos gaúchos dirigentes de entidades tradicionalistas no Brasil.

Primeiramente, o discurso do Presidente da Comissão Estadual dos Festejos Farroupilhas, Presidente do IGTF e 1º Vice-Presidente da CBTG, Manoelito Carlos Savaris:

Este ato que se repete a cada ano como reconhecimento do governo do estado e, por extensão, da sociedade gaúcha, da sociedade sul-rio-grandense – mais do que sociedade gaúcha – a dizer a esses líderes da tradição gaúcha fora do Rio Grande do Sul, muito obrigado. Na verdade não é só um ato de dizer “muito obrigado”, é dizer: continuem a representar e bem como vem

fazendo – agora de documento, de diploma, de papel passado – coisa que já fazem sem papel passado, já fazem na prática. E nós temos aqui vários outros companheiros que já foram agraciados com essa comanda, que é também comprometedora – sem dúvida nenhuma. Ela deixa a pessoa mais comprometida, moralmente mais responsabilizada, por essa coisa de manter tradição gaúcha, cultura gaúcha, em lugares aonde dificilmente outro povo conseguiria manter sua cultura. Então parabéns à vocês, em nome da comissão estadual dos festejos farroupilhas, que é quem assume a responsabilidade de executar esse ato junto com o Palácio Piratini. [...] Eu acho que nós temos permanentemente que dizer aquilo que já se dizia: “No Rio Grande do Sul, a necessidade organizou a tradição, fora do Rio Grande do Sul a saudade organizou a tradição”. E vocês são detentores desse sentimento de saudade, que nós que moramos aqui nesta terra não temos o direito de ter (Manoelito Carlos Savaris, discurso proferido em 18 de setembro de 2009).

Abaixo, o discurso do Presidente da CBTG, Dorvílio José Calderan:

O gaúcho deixa sua terra natal, mas não deixa suas raízes. Quando a saudade bate, é na roda de chimarrão, no CTG, nas cavalgadas, nas danças, nos jogos e nas provas de laço que encontram o aconchego de seu pago. Seus descendentes, muitos deles, nem conhecem o Rio Grande, mas fazem com o coração e amam essa terra. Manter a tradição no Rio Grande não é fácil, mas fora do estado é muito mais difícil. As dificuldades são muitas, sejam elas econômicas, financeiras, de adaptação e convivências com as culturas locais, mas os líderes tradicionalistas, com amor à terra e às tradições, lutam para manter acesa essa chama da tradição e dos valores morais, éticos e de família, sem esquecer “liberdade, igualdade e humanidade”. Não temos dúvidas de que nos dias atuais precisamos desses valores pra fazer frente às facilidades oferecidas pela sociedade atual que levam à situações muitas vezes desagradáveis para nossa juventude. Que os nossos governantes reconheçam a importância da cultura do povo gaúcho e de seu movimento tradicionalista que é o maior movimento cultural organizado do mundo, que busca cumprir a carta de princípios que coloca como prioridade seu papel social e parcerias com o estado na solução de problemas fundamentais e na conquista do bem comum. Esperamos unir forças para que a cultura seja

valorizada e sejam valorizadas as parcerias entre entidades tradicionalistas e governo. Que as fazanhas farroupilhas traduzam para os dias atuais a força presente em cada um, não só nos tradicionalistas, mas no povo, nos políticos, na sociedade. Que a paz do ponche verde seja o símbolo que necessitamos para nossos dias atuais, lutando pela paz nas sociedades, nas nossas famílias, defesa das idéias e dos ideais farroupilhas (Dorvílio José Calderan, discurso proferido em 18 de setembro de 2009).

A partir dos dados levantados e das reflexões desenvolvidas, é possível afirmar que atualmente para ser gaúcho tradicionalista o indivíduo não precisa, necessariamente, ter nascido no Estado do Rio Grande do Sul, ou ter alguma forma de parentesco, ou ainda qualquer outra ligação prática com o lugar. Para ser um autêntico gaúcho, segundo o discurso tradicionalista, basta ser um admirador do povo sul-rio-grandense, de sua história, de seus costumes e símbolos, e assim, praticar a cultura tradicional gaúcha em seu cotidiano, ainda que esteja geograficamente longe do lugar onde foi construída.

É dessa forma que agem os tradicionalistas que vivem no exterior. Muitos deles nasceram e cresceram no Rio Grande do Sul, e a necessidade de migrar veio por motivos econômicos ou pessoais/familiares; outros, porém, nunca estiveram no estado gaúcho, mas se identificam com a cultura – cada qual à sua maneira – e voluntariamente se juntam ao grupo. De acordo com a CBTG, existem doze CTGs localizados no exterior, sendo seis nos EUA, e os outros no Canadá, na Espanha, em Portugal, na França, em Israel e Paraguai.

O contato com os grupos de tradicionalistas que moram fora do Brasil se deu por meio de correio eletrônico. Assim, depois das apresentações iniciais, as questões que nortearam a conversa basearam-se nos motivos que levaram à fundação do CTG, no perfil das atividades desenvolvidas e seus participantes, e em como é ser tradicionalista longe do Rio Grande do Sul.

Paulo Garcia, do CTG “Querência do Norte”, de Toronto (Canadá), conta que a fundação do Centro se deu pela vontade de agregar brasileiros, pois há, além de gaúchos, mineiros, paulistas, entre outros “brasileiros espalhados”. Paulo não se considera “bairrista”, mas afirma que o grupo pratica a roda de chimarrão, o churrasco, os bailões, nos quais a pilcha não é obrigatória; mas quem tem, usa. Seus e-mails sempre terminam com a frase: “Um abraço do tamanho do Rio Grande”.



Fotografia 25: Churrasco no fogo de chão – CTG “Querência do Norte”
(Foto publicada no jornal eletrônico “Brasileiros no Canadá” - <http://brasilnocanada.wordpress.com/>, acesso em 03/05/2010)

Giane, de New Jersey (Estados Unidos), diz que o objetivo da criação do CTG “Saudade da minha Terra” foi o de cultivar e divulgar a cultura e as tradições do Sul do Brasil. Com seis anos de existência, o CTG não conta com sede própria, há somente um escritório. O custo de um salão é alto e isso dificulta os encontros e reuniões.

Não há muitos integrantes no grupo, pois, segundo ela, é pequena a quantidade de gaúchos na região. A maioria dos integrantes é de Santa Catarina e do Paraná, e há também simpatizantes mineiros e paulistas.

Apesar das dificuldades, ela defende que a tradição continua a mesma e há grande esforço para participar das festas de Portugal e do Brasil, apresentando a culinária gaúcha. Já receberam também famosos grupos de música tradicionalistas como, *Os Serranos*, *Gaúcho da Fronteira*, *Os Monarcas*. Além disso, uma vez por ano há o encontro tradicionalista dos CTGs mais próximos e, algumas vezes, um grupo vai para algum evento tradicionalista no Brasil, como na Semana Farroupilha de 2008 – quando seis casais do “Saudade da minha Terra” se apresentaram em Porto Alegre.



Fotografia 26: Peões e prendas do CTG “Saudade da Minha Terra”
(Fonte: Foto publicada no site: <http://www.ctgnj.com>, acesso em 26/04/2010)

Jatir Cosme Delazeri, presidente da Confederação Norte Americana do Tradicionalismo Gaúcho Brasileiro – CNATGB esclarece que quando chegou em Los Angeles, em 1984, com 35 anos de idade, começou a sentir saudade das coisas boas que deixou no Rio Grande do Sul: os amigos, o bom relacionamento com as pessoas, as comidas, o churrasco, o chimarrão, o batepapo em português. Foi então que ele começou a pensar em fazer uma pequena sociedade de famílias amigas e aí surgiu a idéia envolver as culturas e tradições do Rio Grande do Sul.

No dia 20 de setembro de 1992, Jatir reuniu um grupo de 15 famílias já conhecidas em um parque público de Los Angeles, onde foi realizado um churrasco em comemoração a data e onde foi assinada a ata de fundação do CTG, também conhecido como Centro Cultural Gaúcho “General Bento Gonçalves”.

O número de famílias sócias varia de 15 a 25, somando um total de 40 a 70 pessoas. Entretanto, muitas delas não podem participar porque trabalham aos fins de semanas ou moram longe. A maioria das pessoas que participa é de meia idade, entre 30 e 60 anos de idade, e a quantidade de homem e mulher é proporcional. A maioria dessas famílias é de imigrantes do Rio Grande do Sul, mas há famílias de outros Estados do Brasil e de outros países com Peru, Guatemala, e dos Estados Unidos, que simpatizam com o movimento.

Em cada ano, há em torno de 3 ou 4 reuniões, nas quais se costuma usar roupas típicas da indumentária tradicionalista, fazer churrasco, arroz carreteiro, chimarrão, músicas gaúchas,

etc. Segundo Jatir, o mais importante dessas reuniões é aproximação com as pessoas que moram longe, a troca de informações sobre o Brasil, sobre o dia-a-dia no exterior, etc.

O “ser tradicionalista” fora do Brasil, para Jatir, é bem mais difícil do que no Brasil, pois no exterior é preciso obedecer muitas normas e leis locais, Estaduais e Federais. Para não agredir essas normas e, assim, manter a admiração por parte do povo Norte Americano, foi necessário realizar algumas modificações nas práticas tradicionalistas. É proibido, por exemplo, fazer churrasco em parques públicos, devido ao risco de incêndio.



Fotografia 27: Sede da Confederação Norte Americana do Tradicionalismo Gaúcho Brasileiro
(Fonte: Arquivo pessoal de Jatir Cosme Delazeri. Foto recebida por e-mail.)

David Dominguez, Patrão do CTG “Recuerdos Del Pago”, de Madri (Espanha), fala sobre a diversidade cultural que existe no mundo, e os sentimentos de afinidades com povos e seus saberes – culinária, vestimentas, agremiações, iconografia, arte, música, história, etc., que merecem ser preservadas onde quer que estejam seus representantes, territorialmente falando. Para ele, os gaúchos constituem um desses povos, cuja identidade é marcada por forte regionalismo.

Apesar do aparente paradoxo de vivermos numa sociedade globalizada, David acredita que os imigrantes, especialmente aqueles que vivem em continentes longínquos, precisam mais do que nunca apoiar os movimentos tradicionais, sob risco sério de extinção frente às culturas hegemônicas. Para ele, o MTG surgiu neste contexto de uniformização do universo

humano, devido aos meios de comunicação que levam uma informação uniforme instantaneamente a qualquer parte do planeta.

Com relação à experiência da fundação do CTG em Madri, o patrão relata que há bastante tempo alguns gaúchos da Espanha passaram a se reunir com o objetivo de compartilhar seus interesses nas raízes de sua terra, podendo ser o Rio Grande do Sul ou os territórios simpatizantes aos rincões gaúchos. Procurando se informar sobre a organização formal de CTGs em todo mundo, optou-se por unir o grupo ao MTG a fim de criar uma estrutura onde os gaúchos pudessem se expressar, por meio do culto às tradições.

Coisas simples como realizar um churrasco crioulo (com apetrechos raros por aqui como espeto, churrasqueiras de alvenaria ou fogo de chão, lenha ou carvão, etc.) ou tomar um chimarrão (onde cuia, bomba ou erva-mate são artigos praticamente desconhecidos) se fazem mais fáceis com a participação coletiva. Escutar canções gaudérias, como milongas, vaneras, bugio, bailara, fandangos... adereçar-se com bombachas ou vestir-se de prenda se faz mais natural quando compartilhado entre gaúchos. Assim mesmo como discutir nossas aflições clubístico-desportivas, especialmente entre eternos rivais futebolístico num Gre-Nal universal (David Dominguez, Patrão do CTG “Recuerdos Del Pago”, 2009).

O número de participantes do CTG é bastante variável, pois em cada encontro aparecem gaúchos novos interessados em se juntar ao grupo. Tanto nos churrascos caseiros como nas mateadas em parques, costumam apresentar-se em torno de uma dúzia de membros – entre sul-rio-grandenses nativos e outros interessados pela cultura gaúcha. O número de homens e mulheres é praticamente o mesmo e os participantes são, em sua maioria, jovens e adultos, posto que entre imigrantes em Madri predomina esta população em idade laboral inicial.

David termina seu depoimento com uma fala que revela a importância da noção de pertencimento fornecida pelos espaços locais de memória e que consagra a essência dos processos identitários:

Enfim, digo que a vida dura de um imigrante se torna muito mais amena quando sabemos que ao nosso lado há sempre companheiros que se criaram em situações culturalmente semelhantes, com os quais é possível festejar nossas tradições, e nos quais podes confiar teus sentimentos e compartilhar

teus momentos mais íntimos (David Dominguez, Patrão do CTG “Recuerdos Del Pago”, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram apresentadas, ao longo do presente trabalho, as reflexões desenvolvidas sobre a emergência de políticas culturais patrimoniais voltadas aos bens imateriais, em meio a processos globalizantes, bem como sobre questões relativas à identidade cultural e ao Movimento Tradicionalista Gaúcho.

É possível concluir que, de forma contrária ao que se supunha, a diversidade das identidades culturais muitas vezes persiste e se afirma fortemente em oposição aos efeitos da globalização. Nota-se, diante dessa configuração, o estabelecimento de uma “via de mão dupla”: de um lado, o interesse em preservar a diversidade cultural e o surgimento das políticas patrimoniais; do outro, a busca de apoio junto ao poder público por parte das identidades construídas. Assim, os dispositivos legais são considerados aliados, sendo capazes de assegurar, valorizar e subsidiar a perpetuação de manifestações culturais.

O desenvolvimento das políticas culturais brasileiras, especialmente daquelas relativas aos bens imateriais, se deu por meio de interações com organismos internacionais representados pela UNESCO, com a qual se compartilha o interesse pela preservação da diversidade cultural. No país, houve, sem dúvida, significativo avanço com relação a essas políticas – de 1922 até os dias atuais – especialmente porque passaram a considerar o dinamismo e a complexidade das expressões culturais a partir da visão antropológica.

O fato das metodologias de pesquisa empregadas nos processos de identificação, registro e salvaguarda do patrimônio serem pautadas na etnografia aponta para a importância das ciências humanas na compreensão das manifestações culturais e na formulação dessas políticas, por trazerem à luz as categorias espaço-tempo, imprescindíveis para a compreensão de toda e qualquer expressão cultural.

Neste sentido, a Geografia traz profundas contribuições no que diz respeito à espacialização de expressões culturais, processos de ocupação de território e produção de territorialidades, ao passo que a Antropologia e a Sociologia auxiliam na compreensão das organizações sociais e dos elementos simbólicos mais relevantes da identidade das comunidades. A História, por sua vez, se empenha em explicar trajetórias e dinâmicas da sociedade, bem como a construção da memória. A aproximação destes campos das ciências humanas é imprescindível para a compreensão substancial de processos e manifestações culturais.

Mesmo diante de todos os avanços aqui explicitados, existem muitos problemas a serem enfrentados na formulação e aplicação das políticas voltadas ao patrimônio cultural imaterial,

como, por exemplo, a dificuldade de articular realidades jurídicas e políticas de Estado a usos e costumes locais, tornando-se necessário, assim, considerar as diversidades existentes entre comunidades culturais.

Ainda nesta linha de pensamento, muitos questionamentos são feitos com relação ao elevado número de decretos e leis envolvendo os símbolos do tradicionalismo. Os contrários a essa proliferação acreditam que dispositivos como estes são desnecessários e extravagantes, pois os símbolos regulamentados estão altamente presentes nas práticas cotidianas, sendo efetivamente tradicionais.

No entanto, o tradicionalismo gaúcho organizado surgiu justamente com o propósito de retomar, ressignificar e manter as tradições – inventadas ou não – diante das crescentes transformações que continuam a ocorrer vertiginosamente no mundo, por meio dos processos de globalização. Sendo assim, o MTG acredita que o apoio de poder público, por meio de iniciativas que legitimam seus referenciais culturais, contribui para o fortalecimento e para a consolidação da identidade gaúcha.

Por fim, é possível afirmar que as culturas são realidades vivas e mutáveis, e sua produção, continuidade e mudança dependem de condições específicas. Dessa forma o Movimento Tradicionalista Gaúcho, em linhas gerais, cumpre sua função de oposição aos mecanismos de homogeneização cultural. Em contrapartida, inúmeras são as críticas ao movimento, cujos principais argumentos se sustentam na falta de autenticidade e em seu caráter conservador.

Em termos de expressões culturais, deve-se, como já dito anteriormente, considerar autêntico tudo o que for real e tiver significado para o grupo social que o cria, mantém ou transforma. Nesse sentido, não há dúvidas de que o MTG, com todo o simbolismo que carrega consigo, tem alta significância para seus participantes e para outros indivíduos que gradualmente se integram ao movimento, promovendo sua expansão.

Assim, a identidade cultural construída no estado do Rio Grande do Sul migra com seus atores sociais que, obrigados a se deslocarem espacialmente devido, geralmente, a fatores econômicos, levam consigo, a novos territórios, os costumes e tradições que lhes conferem a noção de pertencimento. Em outras palavras, as manifestações culturais relacionadas à identidade cultural gaúcha se ressignificam e se territorializam em diversos espaços, em localidades internas ao Brasil e além das fronteiras nacionais, por meio dos Centros de Tradições Gaúchas, configurando, assim, a multiterritorialidade identitária sul-rio-grandense.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **O gaúcho**. 3. ed. São Paulo : Ática, 1998.

ARANTES, A. A. **As dimensões do patrimônio**. Curso Livre: Patrimônio Imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda – turma 2. Realização: UNESCO. Coordenação Geral: COMUNA. Plataforma de Educação à Distância: DUO Informação e Cultura . <www.duo.inf.br>. Belo Horizonte, 2008.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **A identidade gaúcha** (Projeto de Pesquisa). Porto Alegre, 2000.

ASSUMPÇÃO, E. Por que não festejo o 20 de Setembro. In: ASSUMPÇÃO, E. e MAESTRI, M. (coords). **Nós, os afro-gaúchos**. 2ª edição. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

BERG, T. J. **Território, cultura e regionalismo**: aspectos geográficos em símbolos estaduais brasileiros. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Rio Claro, 2009.

BOSSÉ, M. L. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L. e ROZENDAHN, Z. (orgs). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CAMARGO, O. N. **Falando em tradição e folclore**. 2ª edição. Passo Fundo: Méritos, 2006.

CANDAU, J. **Mémoire et identité**. Paris: PUF, 1998.

CARTA DE PRINCÍPIOS – Movimento Tradicionalista Gaúcho (1961). Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/cartadeprincipios.html>>, acesso em 15/07/2008, às 14h.

CASTRO, M. V. e FONSECA, M. C. **Patrimônio cultural imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol.2).

CBTG – Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha. Disponível em: <http://www.cbtg.com.br>, acesso em: 25/03/2009, às 23h.

CHIAPINNI, L. Fronteiras culturais e cultura fronteiriça na comarca pampeana: obras exemplares. In: CHIAPPINI, L.; MARTINS, M.H. e PESAVENTO, J.S. (orgs). **Pampa e Cultura**: de Fierro a Netto. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Estadual do Livro, 2004.

CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CORRÊA, R. L. **Caderno de textos**: sobre a geografia cultural. Textos NEPEC nº 3. Rio de Janeiro: NEPEC-UERJ, 2007.

COSTA, B. P.. As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Geografia**: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

COSTA, E. B.; FONSECA, R. e SCHMITT, R. (coord). **História ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. 2ª edição. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, E. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CUNHA, M. C. **O milagre do pão**. Documentário produzido por Isa Grinspum Ferraz. Ilópolis-RS: Museu do Pão 2008.

DUTRA, C. P. **A prenda no imaginário tradicionalista**. Dissertação (Mestrado em História) – PUC/RS. Porto Alegre, 2002.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FAGUNDES, A. A. **Indumentária Gaúcha**. 2ª Edição. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

FAGUNDES, A. A. **Tradicionalismo**. Caderno de História, nº 22. Memorial do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/tradicionalismo.pdf>>, acesso em 15/03/2009, às 21h.

FIGUEIREDO, J. B. **A tradução da tradição**: gaúchos, guaxos e sombras – o regionalismo revisitado de Luiz Carlos Barbosa Lessa e de Ricardo Güiraldes. Tese (Doutorado em Letras) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

FLORES, M. **História do Rio Grande do Sul**. 8ª edição. Porto Alegre: Ediplat, 2006.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GONZAGA, S. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. (orgs). **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R. L. e ROZENDAHL, Z. (orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaraeira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, E. e RANGER, T. **A invenção das tradições**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **A Trajetória da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil: 1936 - 2006**. Brasília: Departamento do Patrimônio Imaterial, 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=582>>, acesso em 20/06/2007, às 21h.

KAISER, J. **Ordem e progresso: o Brasil dos Gaúchos**. Florianópolis: Insular, 1999.

KHÜN, F. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 3ª edição. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LE COMTE, M. G. H. **El Mate**. Buenos Aires: Miazal ediciones, 2005.

LESSA, B. Porteira aberta. In: GONZAGA, S.; FISCHER, L. A. (coord.) **Nós, os gaúchos**. 3ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

LESSA, B. **O sentido e o valor do Tradicionalismo**. (1954) Primeiro Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul. Santa Maria, 1954. Disponível em <http://www.mtg.org.br/valor.html>, acesso em 17/07/2008, às 21h.

LIMA E ALVES, A. C. **A instrução dos processos de Registro**. Curso Livre: Patrimônio Imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda – turma 2. Realização: UNESCO. Coordenação Geral: COMUNA. Plataforma de Educação à Distância: DUO Informação e Cultura . www.duo.inf.br. Belo Horizonte, 2008.

LIMA, J. **O Sentido e o Alcance Social do Tradicionalismo** (1995). Disponível em <http://www.mtg.org.br/alcance.html>, acesso em: 25/05/2008, às 19h.

MARTINS, C. **Porteira fechada**. Porto Alegre: Globo, 1944

MONTES, M. L. Memória e Patrimônio Imaterial. In: MIRANDA, D. S. (org) **Memória e Cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC, 2007.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO. **MTG 40 anos: raiz, tradição e futuro - 1966-2006**. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha – MTG, 2006.

NETO, S. L. **Contos gauchescos e lendas do sul**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

OLIVEIRA, R. C. de. **O trabalho do antropólogo**. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

OLIVEN, R. G. **A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil-Nação**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2006.

OLIVEN, R. G. O renascimento do gauchismo. In: GONZAGA, S.; FISCHER, L. A. (coord.) **Nós, os gaúchos**. 3ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

PELEGRINI, S. C. A. e FUNARI, P. P. A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos)

PESAVENTO, S. J. **A revolução farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 9ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

RAMIL, V. **A estética do frio**. Conferência de Genebra. Porto Alegre: Satolep, 2004.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, B. N. **“Em qualquer chão, sempre gaúcho!”**: a multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SALAINI, C. J. **“Nossos heróis não morreram”**: um estudo antropológico sobre formas de “ser negro” e de “ser gaúcho” no estado do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SANTA’ANA, E. **A cavalo, Anita Garibaldi!** - Piquete Anita Garibaldi. Porto Alegre: Age, 1993.

SANT’ANNA, M. **O patrimônio imaterial – políticas em curso**: a legislação brasileira e os programas de fomento. Curso Livre: Patrimônio Imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda – turma 2. Realização: UNESCO. Coordenação Geral: COMUNA. Plataforma de Educação à Distância: DUO Informação e Cultura . <www.duo.inf.br>. Belo Horizonte, 2008.

SAVARIS, M. C. **Rio Grande do Sul**: história e identidade. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha – MTG, 2008a.

SAVARIS, M. C. (org). **Nossos símbolos, nosso orgulho!** Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 2008b.

SAVARIS, M. C. (org). **Os farroupilhas e suas façanhas**. Porto Alegre: Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª edição revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

VERISSIMO, E. **O Continente**. Volume 1. Trilogia: O Tempo e o vento. Parte 1. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

VIANNA, L. **Patrimônio Imaterial**: legislação e Inventários Culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. Disponível em: [http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Patrimonio Imaterial/Patrimonio Imaterial Legislacao/CNFCP Patrimonio Imaterial Leticia Vianna.pdf](http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Patrimonio%20Imaterial/Patrimonio%20Imaterial%20Legislacao/CNFCP_Patrimonio_Imaterial_Leticia_Vianna.pdf), acesso em 15/03/2009, às 22h.

VIANNA, L. **Metodologia de inventário e pesquisa aplicados ao patrimônio imaterial**. Curso Livre: Patrimônio Imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda – turma 2. Realização: UNESCO. Coordenação Geral: COMUNA. Plataforma de Educação à Distância: DUO Informação e Cultura . <www.duo.inf.br>. Belo Horizonte, 2008.

WARNIER, J. **A mundialização da cultura**. 2ª edição. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, M. G. **Geografia Cultural e Geógrafos Culturalistas: uma leitura francesa**. Geosul, Florianópolis: Editora da UFSC, v. 14, p. 35-47, 1993.

ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos)

CANDAU, J. **Anthropologie de la mémoire**. Paris: Armand Colin, 2005.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Organizado por José Reinaldo Santos Gonçalves. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: passado e futuro – uma introdução. In: CORRÊA, R. L. e ROZENDAHL, Z. (orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 1995. (Coleção Repensando a Geografia)

FIALHO, M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento**: interpretações sobre comportamento coletivo. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2005.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ; MINC – IPHAN, 2005.

GOLDENBRG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998.

GOLIN, T. **A ideologia do gauchismo**. 3ª edição. Porto Alegre: Tchê!, 1955.

GONZAGA, S.; FISCHER, L. A BISSÓN, C. A. (coord.) **Nós, os gaúchos / 2**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. B... [et al.]. **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. (Coleção espaço, território e paisagem)

JACKS, N. **Mídia nativa**: indústria cultural e cultura regional. 3ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 19ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. Tradução: Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LESSA, B. **Nativismo**: um fenômeno social gaúcho. Porto Alegre: L&PM editores, 1985.

MELLO, J. B. F. Descortinando e (re)pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-Fu Tuan”. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

NUNES, Z. C. e NUNES, R.C. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

OLIVEIRA, R. C. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2006.

OLIVEN, R. G. A fabricação do gaúcho. **Ciências sociais hoje** – 1984 (Anuário de antropologia, política e sociologia). São Paulo, Cortes: 1984.

OLIVEN, R. G. Cultura brasileira e identidade nacional (O eterno retorno). In: MICELLI, S. (org.). **O que ser na ciência social brasileira** – 1970-2002. São Paulo, Sumaré, 2000.

OLIVEN, R. G. The largest popular culture movement in the western world: Intellectuals and gaucho Traditionalism in Brazil. **American Ethnologist**, vol. 27, nº 1. Bloomington, 2000.

PAIXÃO, D. P. **O que é MTG**: pensamentos e perspectivas. 2ª edição. Santa Maria, 2004.

PESAVENTO, S. J.. Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: PESAVENTO, S. J. (org). Et al. **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

POERNER, A. J. **Identidade cultural na era da globalização**: política federal de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SCHÜLER, F. L. e BORDINI, M. G. (org.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. (Coleção Memória das Letras)

VANNUCCHI, A. **Cultura brasileira**: o que é, como se faz. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ZALUAR, A. Teoria e Prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Organizadora Ruth C. L. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GLOSSÁRIO

Regionalismos do Rio Grande do Sul

CAMPANHA GAÚCHA: área de campo, apropriada à criação de gado. Local distanciado da cidade; interior.

CARRETEIRO: prato campeiro, constituído de arroz com guisado de charque.

CASTELHANO: pessoa natural do Uruguai ou Argentina. Relativo ao Uruguai ou à Argentina.

CENTAURO DOS PAMPAS: denominação dada, no Rio Grande do Sul, aos gaúchos que, nas revoluções, lutavam a cavalo. Hábil cavaleiro.

CHAMA CRIOLA: fogo simbólico que representa a história, a tradição da sociedade gaúcha.

CHARQUE: carne de gado bovino, salgada e seca, em mantas.

CHIMARRÃO: mate cevado sem açúcar; é preparado em uma cuia ou cabaça e sorvado através de um tubo metálico, com um ralo na extremidade inferior, ao qual se dá o nome de bomba.

CHINA: descendente ou mulher de índio, ou pessoa do sexo feminino que apresenta alguns dos característicos étnicos das mulheres indígenas. Cabocla, mulher morena. Pejorativo: prostituta.

COSTANEIRA: a primeira e última tábuas de um tronco de madeira serrado em diversas folhas.

COXILHAS: grandes extensões onduladas de campinas cobertas de pastagens, que constituem a maior parte do território sul-rio-grandense e onde se desenvolve a atividade pastoril dos gaúchos.

CUIA: recipiente de barro, louça ou de madeira, usado para se tomar chimarrão. Cabaça. Porongo.

ESCARAMUÇAS: movimentos rápidos de cavalaria, na frente do inimigo, com constantes mudanças de direção e ataques e retiradas repentinas para desorientá-lo.

ESTÂNCIA: estabelecimento rural destinado à criação de gado, formado por grande extensão de campo. Fazenda.

FANDANGO: denominação genérica de antigos bailes campestres, constituídos de danças sapateadas, executadas alternadamente com canções populares, com acompanhamento de viola.

FARROUPILHA: o mesmo que *farrapo*. Diminutivo de *farrapo*. O que pertenceu à República de Piratini, de 1835. O revolucionário republicano de 1835.

FOGO DE CHÃO: grande fogo que se acende no chão do galpão das estâncias para o preparo do mate (chimarrão) e do churrasco. Ponto de reunião dos tropeiros e peões. Conotação de hospitalidade, visto que qualquer forasteiro é admitido ao convívio dos que se reúnem em torno dele.

GALPÃO: construção existente nas estâncias destinada ao abrigo de homens e de animais e à guarda de material. O galpão característico do Rio Grande do Sul é uma construção rústica, de tamanho regular, geralmente feita de madeira e com assoalho de terra batida, sem portas e até sem uma parede, onde o fogo de chão está sempre aceso. Serve de abrigo aos peões da estância e aos viajantes.

GAÚCHO: nascido no Rio Grande do Sul. Habitante do interior do Rio Grande do Sul, dedicado à vida pastoril e profundo conhecedor das lides campeiras. Habitante da Argentina e do Uruguai, da região da campanha, com origem e costumes semelhantes aos do sul-rio-grandenses.

GUAUDÉRIO: denominação dada ao gaúcho antigo em sentido depreciativo. Pessoa que não tem ocupação séria e vive à custa dos outros.

GUAPO: forte, vigoroso, valente, bravo.

INVERNADA: grande extensão de campo, cercado. Nas estâncias, geralmente, há diversas invernadas: para criar, para engordar etc. Usa-se também no sentido de repartição, seção, departamento.

MILONGAS : espécie de música dolente, crioula, de origem platina, cantada com acompanhamento de violão ou guitarra.

PAGO: lugar em que se nasceu, o lar, o rincão, a querência; o povoado, o município em que se nasceu ou onde se reside.

PAMPA: denominação dada às vastas planícies do Rio Grande do Sul e dos países do Prata, cobertas de excelentes pastagens, que servem para criação de gado, principalmente bovino, cavalar e lanígero.

PELEIA: peleja, contenda, briga, rusga, disputa, combate, luta.

PELEGO: pele de carneiro ou de ovelha, de forma retangular, com a lã natural, que se coloca sobre os arreios, para tornar macio o assento do cavaleiro.

PILCHA: vestimenta típica de gaúcho.

PILCHADO: trajado com vestimenta típica de gaúcho.

PIQUETE: área da estância menor do que a invernada, ao lado da casa, onde se põe ao pasto os animais utilizados diariamente.

PONCHO: espécie de capa de lã, de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, por onde se encaixa a cabeça. É o agasalho tradicional do gaúcho do campo.

PRENDA: jóia, relíquia, presente de valor. Em sentido figurado, moça gaúcha.

QUERÊNCIA: lugar onde alguém nasceu, se criou ou se acostumou a viver, e ao qual procura voltar quando dele se afasta.

VACARIA: grande extensão de campo ocupada por gado bovino.

(Adaptado de NUNES, Z. C. e NUNES, R.C. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul.**

Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996)

ANEXO 1

CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS ESTÂNCIA CELESTE BRASIL **Pioneirismo gaúcho também no mundo virtual**

Por Clediney Silva

O Centro de Tradições Gaúchas Estância Celeste Brasil foi criado por iniciativa do jornalista Clediney Silva, gaúcho radicado há muitos anos no Paraná, no início de 2007, exatamente no momento em que o Second Life começava a ganhar amplitude nacional. Desde então, o empreendimento vem construindo uma história de luta, garra e sucesso, retratando com fidelidade no mundo virtual os passos heróicos do povo gaúcho. Instalado inicialmente em uma ilha estrangeira, o CTG agora faz parte da Ilha Brasil Porto Alegre.

Com um tráfego diário médio de 5.000 pessoas, segundo medições da própria Linden Lab e que podem ser consultadas diretamente no local por qualquer interessado, o CTG está instalado em uma área total de 3.500 s.q.m. (metros quadrados simulados), ocupando um quarteirão ao lado da Usina do Gasômetro. Além do patrão Bloguinho Bourgoin, avatar do jornalista Clediney Silva, a entidade é comandada por dois capatazes, Thomas Taov e Toninho Barzane, este último contando com o inestimável auxílio de sua esposa Silvia Hynes, os filhos Juliana Boyle e Carravetta Fierrens e a nora Daiiia Garfield.

O CTG possui dois locais de baile – um galpão aberto e um salão fechado –, além de fogo de chão com churrasco e arena de rodeio. No porão do salão fechado estão o escritório da patronagem, os estúdios da Rádio CTG Brasil e uma exposição de quadros com notícias publicadas pela imprensa nacional. Outro importante apoio à cultura gaúcha é dado pela loja Xergão, grife criada pela jornalista Clediney Silva, que oferece pilchas completas e vestidos de prenda confeccionados pela estilista CherNo Boram, além de camisetas do CTG Estância Celeste Brasil.

A primeira notícia sobre a criação do CTG Estância Celeste Brasil foi dada pelo jornal Zero Hora, de Porto Alegre, no dia 28 de março de 2007. Em texto assinado pela jornalista Vanessa Nunes, destaque do Caderno de Informática, com chamada de capa no jornal e anúncio na TV Gaúcha (Rede Globo), a matéria anunciava que “um baile marcará a inauguração, sábado à noite, do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Estância Celeste Brasil, o primeiro desta realidade simulada na Internet”.

QUERÊNCIA VIRTUAL

Por Vanessa Nunes
(repórter do jornal ZERO HORA)

Fogo de chão, pilcha e chimarrão ganharam versões digitalizadas no Second Life (SL), comunidade online com 5 milhões de habitantes. Nos pagos virtuais, um baile marcará a inauguração, sábado à noite, do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Estância Celeste Brasil, o primeiro desta realidade simulada na Internet.

Para dançar no baile, os avatares - como são chamados os bonequinhos que representam cada residente - deverão estar rigorosamente pilchados. Foram confeccionados chapéus, lenços, bombachas e vestidos de prenda por uma estilista virtual. A indumentária estará à venda por 490 lindens (a moeda do SL, equivalente a cerca R\$ 5 o traje completo).

A idéia de criar um CTG no SL é do jornalista Clediney Silva, 49 anos, gaúcho de Dom Feliciano radicado há mais de uma década em São José dos Pinhais (PR), onde é xiru das falas (mestre-de-cerimônias) do CTG Sentinela dos Pagos.

- O culto às tradições gaúchas não fica restrito ao Rio Grande do Sul. Por que não se expandir pelo mundo virtual? - argumenta.

Na opinião do folclorista Paixão Cortes, 79 anos, todo trabalho feito para preservar os valores da terra merece aplausos:

- É uma forma atualizada de divulgar a identidade da região. Tradicionalismo não significa ficar parado no tempo. É preciso acompanhar a modernidade, mas não fazer modismo.

Para tocar o projeto do CTG virtual, Silva recorreu a Bloguinho Bourgoïn, a sua segunda vida no mundo digital. O avatar fundou a entidade no SL e contratou outras pessoas dentro da sociedade online para construir objetos característicos da cultura gaúcha, como cuia de chimarrão e churrasco em espeto de chão. Para reconstruir um pedacinho do pampa no mundo online, o investimento ultrapassou os 100 mil lindens (pouco acima de R\$ 1 mil).

Mais do que um passatempo e uma forma de matar a saudade dos pagos, Silva vislumbrou no SL uma chance de ganhar dinheiro real com a venda da indumentária gaudéria na loja Xergão, outro empreendimento seu.

- Quero trazer a grife Xergão para o mundo real. Quem sabe alguma empresa se interessa. Também quero ver se consigo patrocínio para o CTG - planeja.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) pretende acompanhar o projeto, para se certificar de que a cultura do Estado não será desvirtuada no mundo digital. Então, talvez possa até apoiar a iniciativa:

- É algo positivo, porque comunica a cultura gaúcha a outro perfil de público, mais urbano. Geralmente, o gaúcho campeiro é bem xucro nesta área de Internet - comenta o presidente do MTG, Oscar Gress.



(Fonte: <http://www.ctgbrasil.com/historia.htm>, acesso em 14/06/2010)

ANEXO 2

Turma do rock'n'roll conquista os gaudérios do Acampamento Farroupilha - Piqueteiros ensinam as regras tradicionalistas para visitantes –



O mau tempo dos últimos dias proporcionou uma fusão inusitada no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. Flávio Vichinheski, patrão do Piquete Amigos do Parque, mal imaginava a tribo para a qual abria as portas ao abrigar da chuva de sábado o empresário Richard Zimmer. Era a turma do rock'n'roll.

Zimmer agendou a comemoração do seu aniversário no local para o dia seguinte, tamanho o entrosamento com os piqueteiros. Os convidados vieram bem trajados, mas não como manda o figurino do acampamento. O uniforme? O clássico do rock: calça jeans, camisetas de bandas e muito preto – mais piercings, tatuagens e cabelos coloridos, como o penteado cor-de-rosa do estudante Lucas Rosa, 26 anos.

O tatuador Ricardo Novoa, 30 anos, frequenta o evento há seis anos.

– Não é porque estou sem bombacha que não cultivo a tradição. Não deixo de ser gaúcho por conta da minha aparência – garante.

Perguntado se os novos visitantes agradaram, Vichinheski, no parque desde 1997, respondeu orgulhoso:

– Achei maravilhoso. Já estamos acertados para que eles voltem no ano que vem.

A obediência às regras do Movimento Tradicionalista Gaúcho é a única exigência do piquete. Piercings são aceitos desde que não invadam a pista de dança. O publicitário Fernando Tedesco, 30 anos, não se incomoda:

– Às vezes, é preciso ser radical para a tradição não se perder.

MANUAL DO VISITANTE ROQUEIRO

- Brincos, piercings, bermudas e chinelos de dedo são proibidos na pista de dança.
- As mulheres não podem exagerar ao usar decotes e minissaias.
- Nas caixas de som, nada de guitarras distorcidas ou baterias pulsantes. Só música regionalista.
- Tatuagens, bonés e camisetas de bandas estão liberados.
- São bem-vindos todos os cortes e cores de cabelo, bem como penteados ousados, sem restrições.

(Fonte: Site do “ClickRBS”, durante a Semana Farroupilha, em 14 de setembro de 2009, disponível em: <http://www.clickrbs.com.br/especial/rs/regionalismo/19,0,2652717,Turma-do-rocknroll-conquista-os-gauderios-do-Acampamento-Farroupilha.html> , acesso em 23/09/2009)

ANEXO 3

COMO FUNDAR UM CTG

As exigências mínimas variam de Federação (MTG) para Federação.

Como regra básica se tem a exigência de filiação ao MTG e o respeito às normas da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha (CBTG).

- O primeiro passo é visitar o sítio da CBTG (www.cbtg.com.br) e, nele, clicar no ícone do MTG correspondente ao seu Estado. Vá ao Regulamento Geral e lá verifique os requisitos mínimos exigidos para a fundação de um CTG.

- Entre em contato com o coordenador Regional com atuação sobre a cidade em que será fundado o CTG e busque os esclarecimentos suplementares, convide-o para participar do processo.

- Os fundadores devem se reunir em assembléia, em dia e hora previamente agendados e divulgados para conhecimento de interessados, se possível através de edital publicado na imprensa local.

- Realizada a Assembléia, cuja minuta está em anexo a esta nota, a ata, por cópia, deverá ser levada a registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas (Títulos e Documentos). Em anexo modelo de requerimento para registro de Atas.

- A Ata deverá estar firmada por um advogado, além dos presentes.

- Após o registro, providenciar a inscrição da entidade no CNPJ (Receita Federal).

- Obter Alvará da Prefeitura.

- Na seqüência, através da coordenadoria Regional do MTG de seu estado, pedir a filiação do CTG.

- Importante, atendidas as exigências legais, a declaração de utilidade pública da entidade junto ao Município e ao estado. Informe-se na Câmara de Vereadores de sua cidade.

- Por fim, habilite o CTG como Organização Social de Interesse Público (Lei Federal em anexo) o que possibilitará acesso a recursos públicos para o desenvolvimento dos fins sociais.

- ATENÇÃO: SEMPRE QUE SE REALIZAREM ELEIÇÕES, REGISTRAR A ATA E PROVIDENCIAR A ALTERAÇÃO DO RESPONSÁVEL FISCAL JUNTO A RECEITA FEDERAL, SOB PENA DO PATRÃO QUE ENTREGOU O CARGO ASSUMIR RESPONSABILIDADES FISCO-TRIBUTÁRIAS DIANTE DE EVENTUAL OMISSÃO DE SEU SUCESSOR.

O Estatuto poderá conter um Conselho de Agregados Vitalícios, órgão meramente consultivo e a ser integrado por ex-Patrões do CTG que tenham cumprido todo seu mandato. Basta acrescentar mais um artigo no Título correspondente a administração.

(Fonte: <http://www.cbtg.com.br/sitio/DocumentosCBTG/montarctg.php>, acesso em 21/06/2009)